

VII Encontro Estadual de História da ANPUH – RN

De 26 a 29 de julho de 2016



VII Encontro Estadual de História
(ANPUH– RN)

“Contra os preconceitos:
História e democracia”

CADERNO DE RESUMOS

Realização

Apoio





ANPUH–RN

BIÊNIO 2012–2014

Comissão organizadora:

Arthur Luís de Oliveira Torquato
Carmen Margarida Oliveira Alveal
Jailma Maria de Lima
Márcia Severina Vasques
Lyvia Vasconcelos Baptista

Comissão científica:

Joel Carlos de Souza Andrade
José Evangelista Fagundes
Marcílio Lima Falcão
Mariano de Azevedo Júnior
Lemuel Rodrigues Pereira

Elaboração:

Lívia Brenda da Silva Barbosa



Apresentação

Atuando desde seu aparecimento no ambiente profissional da graduação e da pós-graduação em história, a ANPUH foi aos poucos ampliando sua base de associados, passando a incluir professores dos ensinos fundamental e médio e, mais recentemente, profissionais atuantes nos arquivos públicos e privados e em instituições de patrimônio e memória espalhadas por todo o país. O quadro atual de associados da ANPUH reflete a diversidade de espaços de trabalho hoje ocupados pelos historiadores em nossa sociedade. A abertura da entidade ao conjunto dos profissionais de história levou também à mudança do nome que, a partir de 1993, passou a se chamar Associação Nacional de História, preservando-se, contudo, o acrônimo que a identifica há mais de 40 anos. Entre os dias 26 e 29 de julho de 2016 a ANPUH-RN promove na cidade do Natal-RN o VII Encontro Estadual de História, com o tema "Contra os Preconceitos: história e democracia". O objetivo é estimular a pesquisa e o ensino no Rio Grande do Norte, estabelecendo o diálogo com historiadores de todo Brasil durante quatro dias de intensos debates sobre questões relevantes da historiografia.

Comissão organizadora



Programação

26 DE JULHO (TERÇA-FEIRA)		
Horário	Evento	Local
17h-19h	Credenciamento	IFRN (Auditório)
19h-21h	Conferência de Abertura Dra. Maria Helena R. Capelato (Presidenta ANPUH)	IFRN (Auditório)

27 DE JULHO (QUARTA-FEIRA)		
Horário	Evento	Local
8h-10h	Minicursos	UNP-ROBERTO FREIRE
10h-12h	Mesas-Redondas	UNP-ROBERTO FREIRE
12h-14h	Intervalo	(ALMOÇO)
14h-18h	Simpósios Temáticos (STs)	UNP-ROBERTO FREIRE
18h-20h	Lançamento de Livros	UNP-ROBERTO FREIRE

28 DE JULHO (QUINTA-FEIRA)		
Horário	Evento	Local
8h-10h	Minicursos	UNP-ROBERTO FREIRE
10h-12h	Mesas-Redondas	UNP-ROBERTO FREIRE
12h-14h	Intervalo	(ALMOÇO)
14h-18h	Simpósios Temáticos (ST)	UNP-ROBERTO FREIRE
19h-21h	Assembleia Geral	UNP-ROBERTO FREIRE

29 DE JULHO (SEXTA-FEIRA)		
Horário	Evento	Local
10h-12h	Conferência de Encerramento Dr. Ronaldo Vainfas (UFF)	IFRN (Auditório)
12h-14h	Intervalo	(ALMOÇO)
14h-18h	Simpósios Temáticos (ST) Reunião de GTs	UNP-ROBERTO FREIRE
18h-19h	Confraternização	UNP-ROBERTO FREIRE



CONFERÊNCIAS

CONFERÊNCIA DE ABERTURA			
Data	Conferencista	Local	Horário
26.7.16	Dra. Maria Helena R. Capelato (Presidenta ANPUH)	IFRN Auditório	19h-21h

CONFERÊNCIA DE ABERTURA			
Data	Conferencista	Local	Horário
29.7.16	Dr. Ronaldo Vainfas (UFF)	IFRN Auditório	10h-12h

MESAS-REDONDAS

MESA-REDONDA - I			
A colonização em movimento: colonos e reinóis na expansão do Império (América portuguesa, séculos XVII-XVIII)			
Data	Componentes	Local	Horário
27.7.16	Antônio Felipe Caetano (UFAL) Helidacy Corrêa (UEMA) Helder Alexandre M. de Macedo (UFRN)	UNP Roberto Freire Sala 123	10h-12h

MESA-REDONDA - II			
Mídia e poder em cenário de crise			
Data	Componentes	Local	Horário
27.7.16	Maria Helena Rolim Capelato (ANPUH) Almir de Carvalho Bueno (UFRN) Jailma Maria de Lima (UFRN)	UNP Roberto Freire Sala 124	10h-12h

MESA-REDONDA - III			
Gênero e feminismo nas malhas do contemporâneo: olhares históricos e historiográficos			
Data	Componentes	Local	Horário
28.7.16	Alcileide C. do Nascimento (UFRPE) Mirla Cisne (UERN) Andreza de Oliveira Andrade (UERN)	UNP Roberto Freire Sala 123	10h-12h

MESA-REDONDA - IV			
História, ensino, ideologia: os rumos da democracia no Brasil			
Data	Componentes	Local	Horário
28.7.16	Fernando Penna (UFF) André G. B. da Paz Mendes (IFRN/USP)	UNP Roberto Freire Sala 124	10h-12h



SIMPÓSIOS TEMÁTICOS (ST'S)

ST-01			
TÍTULO: História das mulheres & as mulheres na história: novos olhares, diálogos e perspectivas			
Data	Proponentes	Local	Horário
27.7.16 & 28.7.16	Genilson de Azevedo Farias - UFRN Maiara Juliana G. Silva – IFRN	UNP Roberto Freire Sala 103	14h-18h

ST-02			
TÍTULO: Estágios Supervisionados e o Ensino de História: a produção de saberes na formação docente			
Data	Proponentes	Local	Horário
27.7.16 & 28.7.16	Jailma Maria de Lima - UFRN Diego Marinho de Gois – UFOPA	UNP Roberto Freire Sala 105	14h-18h

ST-03			
TÍTULO: História da educação no Rio Grande do Norte			
Data	Proponentes	Local	Horário
27.7.16 & 28.7.16	Ana Carla de M. Trindade - UFPB Anderson Dantas da S. Brito – UFRN	UNP Roberto Freire Sala 105	14h-18h

ST-04			
TÍTULO: História, educação e sensibilidades			
Data	Proponente	Local	Horário
27.7.16 & 28.7.16	Olívia Morais de M. Neta – UFRN	UNP Roberto Freire Sala 105	14h-18h

ST-05			
TÍTULO: Teoria da História e História da historiografia: reflexões sobre a escrita da história no passado e presente do fazer historiográfico			
Data	Proponentes	Local	Horário
27.7.16 & 28.7.16	Bruno Balbino A. da Costa - IFRN/UFRGS Diego José Fernandes Freire – UNP	UNP Roberto Freire Sala 108	14h-18h

ST-06			
TÍTULO: História e imprensa: métodos e possibilidades			
Data	Proponentes	Local	Horário
27.7.16 & 28.7.16	Lindercy F. Tomé de S. Lins – UERN	UNP Roberto Freire Sala 109	14h-18h

ST-07			
TÍTULO: História indígena e do indigenismo no Rio Grande do Norte: identidades e emergências étnicas em perspectiva histórica			
Data	Proponente	Local	Horário
28.7.16 & 29.7.16	Lígio José de Oliveira Maia – UFRN	UNP Roberto Freire Sala 110	14h-18h



ST-08			
TÍTULO: Ficção e História pública: debates sobre as apropriações do saber histórico pelas narrativas ficcionais			
Data	Proponente	Local	Horário
27.7.16 & 28.7.16	Mariano de Azevedo Júnior - UNP/UFU	UNP Roberto Freire Sala 111	14h-18h

ST-09			
TÍTULO: A Antiguidade e o Medievo em perspectiva			
Data	Proponentes	Local	Horário
27.7.16	Marcia Severina Vasques - UFRN Lyvia Vasconcelos Baptista – UFRN	UNP Roberto Freire Sala 112	14h-18h

ST-10			
TÍTULO: Ensino de História: pesquisas e práticas			
Data	Proponente	Local	Horário
27.7.16 & 28.7.16	Margarida M. Dias de Oliveira – UFRN	UNP Roberto Freire Sala 113	14h-18h

ST-11			
TÍTULO: A colonização em movimento: colonos e reinóis na expansão do Império (América portuguesa, séculos XVII-XVIII)			
Data	Proponentes	Local	Horário
27.7.16 28.7.16 29.7.16	Carmen Alveal – UFRN Antônio Filipe P. Caetano – UFAL	UNP Roberto Freire Sala 116	14h-18h

ST-12			
TÍTULO: História e Política			
Data	Proponente	Local	Horário
27.7.16 & 28.7.16	Saul Estevam Fernandes - PUC-RS	UNP Roberto Freire Sala 118	14h-18h

ST-13			
TÍTULO: A Lei 10.639/03 e o Ensino de História: entre a prática e as experiências			
Data	Proponente	Local	Horário
27.7.16 & 28.7.16	Rodrigo Ferreira da Silva – UFPB	UNP Roberto Freire Sala 121	14h-18h



Resumos – Simpósios Temáticos



Simpósio temático I

História das mulheres & as mulheres na história:
novos olhares, diálogos e perspectivas

Coordenação:

Genilson de Azevedo Farias – Doutorando – UFRN

Maiara Juliana Gonçalves Silva – Mestre – IFRN

Sessão I – 27/07/2016

O terror do “caritó”: uma breve história das solteironas brasileiras no século XIX

Samara Karoline Dantas Costa – UFRN

A muito vem sendo esperado das mulheres a sua atuação “natural” como irmã e filha, e, posteriormente, como mãe e esposa, existindo uma espécie de imposição social para que as mulheres, enquanto seres femininos, realizassem a sua função biológica de procriadora que, concomitantemente, seria mais bem aceita quando ocorresse dentro de uma união estável (casamento). Naturalmente, os indivíduos que destoam desse padrão são encarados como “rebeldes”, desviantes do padrão hegemônico e, que por isso, são colocados a margem da comunidade. No século XIX, as transformações provocadas pela abolição da escravidão, a ascensão da burguesia e o processo de industrialização em nosso país fizeram com que ideal em torno da mulher perfeita e feliz também mudasse. As mulheres que optaram pelo não casamento não se enquadravam na imagem de senhora casada, altamente “prendada” e mãe exemplar, tornando-se estigmatizadas, amarguradas, invejosas, inférteis e incapazes de amar. Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo discutir como se deu a construção a da solteirona no Brasil, levando em consideração as influências estrangeiras do mesmo período, além das permanências dessa figura dois séculos depois.

“Magdalena Antunes (1880–1959): um feminismo nas entrelinhas da imprensa e da literatura potiguar

Genilson de Azevedo Farias– UFRN



A partir da segunda metade do século XIX, as mulheres das classes abastadas do Brasil começaram a transpor o espaço da domesticidade galgando, paulatinamente o espaço público. Embora antes desse século já houvesse mulheres escrevendo e algumas questionando as expectativas sociais para o seu gênero, mesmo que de forma isolada, foi no XIX que houve um aumento considerável no número de mulheres participando do espaço público da imprensa e da literatura, inclusive no Brasil. Nesse sentido, dentro desse quadro de mulheres brasileiras que buscaram se atrelar ao mundo da escrita pública, vale colocarmos a atuação das escritoras potiguares e dentro dessa seara trazemos em nossa pesquisa o caso particular da escritora norte-riograndense Magdalena Antunes (1880-1859). Ela era filha de senhores de engenho do então Vale do Ceará-Mirim – RN, sendo conforme nos diz o historiador e folclorista Luís Câmara Cascudo, uma típica sinhá moça brasileira. Magdalena Antunes consagrou-se também enquanto escritora do livro *Oiteiro: memórias de uma sinhá-moça*, livro este de memórias e também autobiográfico, publicado pela primeira vez em 1958. Além do livro, a escritora também colaborou com escritos em jornais, a saber: *Esperança e Sonho*. Nesse sentido, observamos que a autora foi além do que era esperado para as mulheres pela sociedade de seu tempo, pois se esforçou em fazer-se presente no mundo da intelectualidade como autora, transgressão essa que se estende nas entrelinhas de sua obra, corroborando para a ampliação que o conceito de feminismo tem tido nos últimos anos, dissociando-se da noção de movimento militante organizado para estar ligado também a formas distintas de colocar em pauta problemas de gênero que inferiorizam as mulheres (RAGO, 2013; ADICHIE, 2015; DUARTE, 2009b; MUZART, 1990). Dessa forma, esse é nosso objetivo principal: identificar ecos feministas na obra de Magdalena Antunes.

“Reflexões iniciais sobre o movimento feminista potiguar em Palmyra Wanderley (1914 – 1928)”

Maiara Juliana Gonçalves da Silva – IFRN

Palmyra Guimarães Wanderley nasceu na cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, em 6 de agosto de 1894. Palmyra Wanderley destacou-se no meio intelectual potiguar por meio das suas poesias. A jovem escritora, desde cedo, parece ter trilhado os caminhos dos “Wanderleys”, uma família de intelectuais renomados no Rio Grande do Norte. No período da Primeira República, a capital do Rio Grande do Norte



experimentou um ânimo cultural no espaço citadino conduzido por grupos de intelectuais potiguares. Tal produção cultural estendeu-se à atuação na imprensa mediante as publicações de jornais e revistas literárias, à emergência de grêmios literários, à organização de conferências e saraus a fim de discutir-se arte e literatura, e à publicação de livros. No ano de 1914 foi fundada a revista Via Láctea, que levava em seu subtítulo os temas “religião, artes, sciencias e lettras”. O periódico, organizado pelas primas Carolina Wanderley e Palmyra Wanderley, apresentava como projeto a aglutinação, exclusiva, de escritoras potiguares em suas páginas, reunidas em torno do propósito de escrever acerca da condição da mulher nas primeiras décadas do século XX. Logo, a Via Láctea emergiu como primeira revista feminina da cidade, proporcionando a contribuição intelectual e letrada das mulheres potiguares no circuito da imprensa norte riograndense. Com o surgimento da Via Láctea, a mulher potiguar dava seus primeiros passos rumo à conquista de um espaço que antes lhe era negado. Acostumada a escrever no refúgio do âmbito privado, seu lar, ela passava a se deparar com a possibilidade de uma escrita pública. As páginas do periódico feminino traziam representações do entorno da cidade de Natal das duas primeiras décadas do século XX, em destaque para a campanha feminista da década de 1920 que apresentavam debates acerca da educação da mulher e do voto feminino. Por meio de conferências literárias, do periódico feminino Via Láctea e de outros impressos veiculados na cidade, a poetisa Palmyra Wanderley conquistou um espaço de destaque na vida pública potiguar na medida em que seus escritos abordavam questões relacionadas à emancipação da mulher. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo contemplar uma análise das primeiras reflexões de caráter feminista apresentadas pela escritora Palmyra Guimarães Wanderley entre os anos de 1914 a 1928.

“Mulheres em luta: trajetórias e contraposições do movimento feminista na cidade do Natal a partir dos anos 1980”

Evelyne Rodrigues da Silva – UFRN

Janaína Porto Sobreira – UFRN

O trabalho tem por objetivo analisar o movimento feminista em Natal com foco em dois grupos específicos: O coletivo Leila Diniz (2002) e a Marcha Mundial das Mulheres (2013). Todavia, se faz necessário um resgate histórico do contexto dos anos 1980 para perceber algumas estratégias de militância política por mulheres no processo da



redemocratização brasileira. A pesquisa foi desenvolvida com base na metodologia da História Oral, tentando captar subjetividades, sentimentos de luta, garra, frustrações, vitória, impotência e as dificuldades dessas mulheres no período citado percebendo os diferentes posicionamentos sobre o feminismo e os grupos em si, além de tentar compreender o local de fala dessas entrevistadas. Entendendo a História Oral como um campo que possibilita dar vozes à grupos e categorias que por muito tempo permaneceram silenciados e marginalizados da história oficial, a pesquisa com as fontes orais reforçam, assim, a busca por uma narrativa mais democrática e plural. Compreendemos que a cidade é o espaço ideal para que os movimentos, das mais variadas naturezas se realizem. E podemos pensar as lutas feministas dentro da busca de representatividade que as mulheres inseridas na urbe buscavam: uma transformação cultural de valores pré–estabelecidos. Busca–se ao estudar o movimento feminista em Natal, entender as mulheres na cidade e sua trajetória pela luta por direitos.

“Não se trata aqui de liberar o instinto sexual”: marcas de gênero nas publicações da BEMFAM (1967–1990)

Valderiza Almeida Menezes

Embarca no avião rumo ao México em 1975 a delegação feminina brasileira, para uma conferência em comemoração ao Ano Internacional da Mulher, proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Neste mesmo ano, Ernesto Geisel celebra este evento enfatizando que “Hoje, mais do que nunca, a mulher tem uma participação dinâmica em todos os níveis da vida nacional e para o grande esforço comum da grande nação que estamos construindo” . Destarte, este artigo tem como objetivo contrapor esta fala do então presidente, embasando–se no Jornal Nós Mulheres, acerca das condições do feminino neste período. Além de problematizar que mulher a Ditadura Militar buscava construir, e se realmente os fins da década de 70 significaram uma abertura política, tal como declara alguns historiadores.

Sessão II – 28/07/2016

A mulher inimiga não merece perdão: violência contra as mulheres no contexto do cangaço



Nadja Claudinale da Costa Claudino – UFPB

Antes da incorporação no bando, as mulheres eram vistas pelos cangaceiros como um perigo, um corpo repleto de mistérios. Como nos adverte Gruspan (2003) os tabus relacionados ao sexo feminino eram intensos dentro do mundo masculino do cangaço. Comparadas à mãe ou irmã deveriam ser respeitadas. As outras mulheres, principalmente aquelas que estavam aliadas com os inimigos dos cangaceiros, sendo familiares de policiais volantes ou de qualquer um que ousasse desafiá-los, eram vistas simplesmente como inimigas, que seriam subjugadas pelo seu sexo (LINS, 1997). Nisso o estupro também era usado pelos cangaceiros como arma de guerra, forma de vingança contra seus adversários. Violentar uma mulher era desgraçá-la, deixá-la sem utilidade numa sociedade que prezava a “pureza feminina”. A mulher violentada não encontrava solidariedade no meio em que vivia, mesmo sem chance de defesa frente à brutalidade dos cangaceiros, ela não merecia perdão, pois estaria violada a partir do estupro sofrido. Assim, pretendendo problematizar nesse trabalho como a figura feminina era percebida pelos cangaceiros no tocante aos aspectos sexuais, atentando para como a sociedade sertaneja pensava a sexualidade da mulher na década de 30 do século XX.

“Gênero e espaço: cartografias da masculinidade nos processos criminais de Mallet-PR – 1930-1950

Gabriel José Pochapski – UFRN

Este trabalho busca desenvolver uma análise histórica das relações entre o gênero e o espaço tendo como objeto as masculinidades nos processos criminais de Mallet. Os crimes ocorridos entre as décadas de 1930 e 1950 naquele município paranaense permitem problematizar as masculinidades que nos atentados ao pudor e a honra, nas afirmações da virilidade e na prática da violência estabeleceram diversas relações com o espaço. Para além de objetos naturalizados e fixos, os espaços são produzidos pela ação humana, que se utilizando de marcadores diversos, tais como o gênero, determinam posicionamentos e constituem subjetividades. No contexto delimitado, o cotidiano rural de Mallet foi atravessado por diversos crimes em residências, plantações, estradas e matas, espacialidades que a partir do gênero foram demarcados entre o público e o privado, o interior e o exterior, o aceitável e o intolerável. Nestas



perspectivas, torna-se possível ao historiador cartografar as práticas e as performances que atravessaram tais espaços e produziram historicamente as masculinidades.

Características e dinâmica da inserção das mulheres na atividade de venda direta

Estefânia Knotz Canguçu Fraga – PUC/SP

Maria da Conceição Silva Félix – PUC/SP

O presente artigo, parte da pesquisa de doutoramento em História, ainda em curso, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem por objetivo conhecer o trabalho desenvolvido por mulheres, como revendedoras de produtos de beleza para uma indústria de cosméticos instalada no Brasil na década de 1950. Procura-se, assim, entender, como estas mulheres se percebem na realização desta atividade, conhecida como venda direta. Teixeira (2004) avalia o trabalho das revendedoras com uma forma de trabalho em que se potencializa o processo de exploração, e que deve ser entendida como parte de uma nova lógica do capital, enquanto terceirização do processo de vendas, como forma de reduzir os custos da produção e como parte da nova estratégia de organização produtiva, repondo, sob novas bases, as leis da igualdade, liberdade e propriedade. Por ainda se encontrar em andamento, utilizamos como metodologia levantamento bibliográfico e aproximações com alguns sujeitos da pesquisa para conhecermos mais de perto esta atividade. Os resultados parciais nos levam a considerar que o processo de reestruturação produtiva iniciado nas últimas décadas do século XX culminou com várias transformações no mundo do trabalho, que trouxeram entre outras consequências, o desmantelamento das políticas sociais públicas e dos direitos sociais conquistados pela ação política dos movimentos sociais ligados à classe trabalhadora; o aumento da inserção da força de trabalho feminino no mercado de trabalho, tanto nos países centrais como nos periféricos. Particularmente no Brasil, o aumento da inserção das mulheres se inicia na década de 1970, quando se consolida o crescimento da indústria nacional. Este processo atinge, sobretudo as mulheres através de várias formas de terceirização, subcontratação e formas de trabalho flexibilizadas. Essas formas terceirizadas, empregam predominantemente a força de trabalho feminina provocando por um lado, o aumento da taxa de atividade feminina, mas por outro lado, veio acompanhada, simultaneamente pela precarização. Que o sistema de venda direta está associado ao modo de produção capitalista através do desenvolvimento de novo padrão de acumulação flexível, como uma forma de reverter



a queda na taxa de lucro. Um fator apontado por algumas revendedoras que as tem levado a adentrarem nesta atividade é que por ser mais flexível, elas tendem a adaptar-se melhor, notadamente aquelas que necessitam conciliar as funções domésticas com as profissionais, pois esta atividade permite horários flexíveis e a possibilidade de ser executada em casa, evidenciando também a divisão sexual do trabalho, indicando que as mulheres continuam se sentindo como as responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos.

Direitos da mulher brasileira na ótica de João Batista Cascudo.

Nágylla Nara Rocha Cláudio – UERN

Marcos Daniel Rosa de Freitas – UERN

Esta comunicação tem o objetivo de analisar os escritos do professor e advogado João Batista Cascudo Rodrigues sobre o “Papel Político da Mulher”, se trata de uma pesquisa ainda em desenvolvimento. Esse texto se refere ao capítulo de um livro lançado no ano de 1962 que levou o título de A mulher brasileira: Direitos políticos e civis. Procuraremos compreender como um homem que estava inserido na elite de Mossoró – Rio Grande do Norte, que chegou a ser o primeiro reitor da primeira universidade do estado, em 1968, entendeu e diagnosticou o que seria direito da mulher. Primeiro, entendendo o seu lugar social, tomando como base os escritos de Michel de Certeau, assim como perscrutando o sentido do discurso do referido autor, refletindo sobre o contexto histórico em que esta obra foi construída. Segundo, problematizando a visão do professor sobre o direito das mulheres, tomando como base seu espaço formativo: filho de uma professora que atuou ativamente na política local mossoroense. Para que essa análise possa ser feita, trabalharemos com textos que ajudam a pensar a trajetória dos direitos políticos e civis da mulher brasileira e sua condição jurídica, como a autora Lúcia Avelar e José Murilo de Carvalho que pensou sobre questão da cidadania no Brasil.

“Emília, uma (trans)formação do feminino”

Jussier Dantas – UFRN

Monteiro Lobato foi um grande escritor e incentivador da produção literária brasileira. Em seus ideais políticos e econômicos era grande defensor do progresso brasileiro, defendendo e investindo no desenvolvimento cultural e tecnológico do Brasil. Mas sua



mentalidade ainda era um tanto conservadora quanto a visão de sociedade que almejava. Em suas produções literárias, nos artigos de jornais e até em correspondências mostrava-se descrente em relação às posições de alguns indivíduos de menor condição social – exemplo disso são os artigos que publica acerca da figura do Jeca Tatu. Em sua obra mais conhecida – "Sítio do pica-pau amarelo" – seu posicionamento quanto a figura da Tia Nastácia – negra, ex-escrava – será alvo de muitas discussões, chegando o autor a ser visto como racista e suas produções – principalmente as infantis – vítimas de severas críticas. Este pensamento conservador é aqui posto em questão apresentando-se como um contraponto da representação feminina que Lobato construiu por meio de seu personagem mais conhecido: a boneca Emília. Sendo, a boneca, um dos símbolos de nossa cultura comumente atribuído ao feminino, Lobato decide dar voz e ação – ambos em demasia – à figura de Emília. Porém, por que justamente a figura da boneca é vestida deste caráter rebelde? Porque um personagem que nem se poderia caracterizar como gente, indivíduo, ser humano possui uma voz tão ativa na produção de alguém com uma visão de sociedade um tanto retrógrada? Seria esta uma forma do autor "rir" da figura feminina em seus escritos, apresentando-a como uma personagem de menor importância que apenas fala muito e que constrói seus ideais apenas em um plano utópico, almejando alcançar a modificação das engessadas estruturas da realidade, almejando "ser gente"? Ou seria uma forma do autor se mostrar sensível às mudanças vigentes na sociedade demasiadamente patriarcal de seu tempo? Ambas colocações poderiam ser atribuídas a Lobato: seu pensamento conservador poderia fazer com que o autor, mesmo dando maior espaço às mulheres em suas histórias do Sítio – até mesmo por se apresentarem em maior quantidade –, ainda as visse como personagens secundários da História; também poderíamos pensar um Lobato que – seguindo seus ideais de mudança e desenvolvimento para o país – percebesse e incentivasse as mudanças sociais necessárias e emergentes nas modificações que ocorrem no Brasil durante o século XX. Embora não possamos afirmar qual seria o pensamento de Lobato ao desenvolver seus escritos – e esta não é a proposta do presente trabalho –, podemos refletir acerca das imagens do feminino apresentadas em seus livros do "Sítio do pica-pau amarelo" e tentar entender as motivações inerentes à notoriedade e o caráter subversivo que Lobato dá à boneca/menina Emília. Sendo, portanto, mais relevante aqui a análise da personagem Emília, levando-se em consideração o que se sabe – por meio de



biografias – do pensamento de seu criador – Monteiro Lobato – e o contexto de sua época.

“Sobre a dor e a delícia de ser o que é: as faces transgressoras do discurso homoerótico em Chico Buarque durante a Ditadura Militar”

Maria Clara de Carvalho Lima – UFRN

A música de Chico Buarque de Hollanda, cantor e compositor, e por excelência, poeta, são consideradas bandeira dos protestos contra a ditadura militar no Brasil. Poeta do social, Chico cantou os gritos contidos das vozes que condenavam a opressão, a censura e a violência. Poeta do feminino, escreve para e sobre as mulheres a partir de um olhar masculino, exaltando o desejo feminino como contestador, transgressor de uma sociedade ainda marcada, em grande medida, pelas sobrevivências do patriarcado. Acompanhando as mudanças do feminino que acontecem durante a ditadura militar, traz à tona a relação entre mulher e marginalidade social. Nessa perspectiva, Chico traduz o discurso homossexual sempre oprimido pelo conservadorismo, uma vez que procurou retratar mais precisamente a homossexualidade feminina em músicas como Bárbara, Mar e Lua. Além disso, na canção Geni e o Zepelim, Chico Buarque figuratiza o travesti Geni(Valdo) como mulher, a partir do momento que o canta a partir de um discurso feminino. Nesse sentido, este ensaio pretende fazer uma leitura dos sujeitos homoeróticos na obra de Chico Buarque, considerando que seus discursos sobre homossexualidade são marcados pelo momento em que estes foram produzidos, servindo como testemunho histórico da contestação dos discursos binários fortemente presentes durante o regime militar. Dentro dessa perspectiva, pretende-se também analisar até onde esses discursos se apagaram de fato na sociedade atual, uma vez que, estes revelam cada vez suas sobrevivências no social; Como essas canções manifestam suas impressões, como suas subjetividades se fazem atividades em suas composições, ganha qualidade de espetáculo à medida que o teatro interno do subjetivo é colocado em cena para o público como forma de transgressão das normas e regras de uma moralidade social. Essas canções são produzidas durante um período da história brasileira marcado pela repressão e conservadorismo, que se produz e reproduz através das instituições, discursos e organizações estabelecidas socialmente. Esses discursos conservadores se constroem a partir de relações de poder que se estabelecem em um determinado momento histórico, que emerge uma determinada



consciência social. Utilizando-se dos conceitos do filósofo Michel Foucault, trabalharei como a produção de discursos e sujeitos se dá a partir de relações de poder sociais e institucionais e como estes discursos são produto da centralidade e, ao mesmo tempo, condenação da sexualidade, partindo do conceito foucaultiano “dispositivo de sexualidade”. Para trabalhar as possíveis permanências desses discursos conservadores, que Chico Buarque tentou transgredir em suas composições, no modo como a sociedade atual cotidianamente se relaciona com as questões de gênero e sexualidade, utilizarei como suporte teórico os conceitos do historiador Georges Didi-Huberman acerca das sobrevivências do passado e anacronismos das imagens.

“Orgulho e Preconceito”: mulheres pela História Social Inglesa”

Trícia Nunes Patrício de Araújo Lima – UFPB

O presente trabalho tem como objetivo analisar a obra “Orgulho e Preconceito”, de Jane Austen, escritora inglesa do século XIX, a partir da perspectiva da História Social Inglesa. Começando com a conceituação de tal perspectiva, bem como quais caminhos vem sendo suscitados à pesquisa. Trabalhando, também, com o conceito de cultura trabalhado por E. P. Thompson e, mais profundamente, Raymond Williams. Thompson trabalha com o conceito de agenciamento humano e é esse o utilizado para entender o comportamento das mulheres. Entender a autora é crucial para compreender a totalidade de seus pensamentos e críticas à sociedade da época, perfeitamente compreensível dado o auxílio que a ciência histórica proporciona grandemente. De alguma forma, é feito um estudo comparativo entre o que diz a história e a dita obra literária; tendo como modelos a obra “O campo e a cidade na história e na literatura” de Raymond Williams e “Machado de Assis: historiador” de Sidney Chalhoub. A fonte básica utilizada foi bibliográfica, incluindo a própria obra.



Simpósio temático II

Estágios Supervisionados e o Ensino de História: a
produção de saberes na formação docente

Coordenação:

Diego Marinho de Gois – Mestre – UFOPA

Jailma Maria de Lima – Doutora – UFRN

Sessão I – 27/07/2016

Identidade docente: pensando a consciência histórica e a relação com o tempo presente durante os estágios supervisionados

Dênis Fernandes de Medeiros – UFRN

A partir do processo de formação docente frente aos componentes curriculares de estágios supervisionados I, II e III na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na cidade de Caicó/RN, busca-se discutir algumas problemáticas. Verificou-se nesse processo, que nas aulas de História, os professores responsáveis pelas turmas ainda mantém uma relação “vertical” de conhecimento, e em certa medida aplica-se uma metodologia reprodutora de ensino, com poucas discussões/problematizações. Nesse sentido, perante um ensino de história pouco crítico e reflexivo que ainda persiste nos espaços escolares, busca-se como objetivo nas atividades de Estágio, perceber como se dá a construção de uma consciência histórica por parte dos alunos, bem como a relação o tempo presente no Ensino de História. As análises a partir das atividades de estágios, bem como os relatórios finais escritos, servem como fio condutor para reflexões frente à formação da consciência histórica ancoradas em Jörn Rüsen. Pretende-se pensar o ensino de história, como um campo de saberes não somente metodológicos, mas teóricos, vislumbrados a partir da história ensinada e da cultura escolar. Entende-se que tais questões e problematizações são pertinentes, pois permeiam as reflexões de futuros professores no processo de formação docente nos estágios supervisionados. Palavras-chave: Ensino de História. Estágios Supervisionados. Teoria. Consciência histórica.



A escassez da leitura como obstáculo na prática do Ensino de História.

Patrícia da Silva Azevedo

O objetivo desta comunicação é relatar como foi a experiência no Estágio Supervisionado I, sendo esse o primeiro momento dos quatro estágios necessários para a formação docente exigidos no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus CERES. Na experiência de prática docente, nas aulas de observação e aula participativa foi possível identificar uma problemática chave para a elaboração desse trabalho: a falta de compreensão do conteúdo ministrado em primeiro momento, decorrente da falta do domínio da leitura e, em consequência disto, uma falta de compreensão e desinteresse pela disciplina de História. Uma indagação surge nesse caminhar: é possível ensinar sem que o aluno compreenda os conteúdos ensinados em sala de aula? Claramente não. A reflexão desse trabalho perpassa pensar novas rotas para o ensino de história, levando em conta o desenvolvimento da leitura que permitirá ao aluno a construção de sentidos e significados e assim melhor compreensão dos conteúdos, é o desafio a ser superado. Palavras-chaves: História; Ensino de história; história e leitura.

De cotidiano á conteúdo: a representação dos conteúdos históricos do alunato mediante o uso das relações didáticas no ensino médio

André Victor Cavalcanti Seal da Cunha – UERN

Jefferson Alberto de Souza – UERN

Esta pesquisa é sobre ensino de história, e tem por objetivo buscar perceber como o alunato reflete os conteúdos históricos e por sua vez os interpreta. A forma como enxerga as questões de tempo e de espaço. Para tal nos lançamos no campo da sala de aula, onde a experiência docente da regência foi o foco principal para que pudéssemos perceber a representação dos discentes em relação à matéria história. Assumindo a sala de aula no ensino médio, e utilizando práticas narrativas que possibilitassem nos alunos certa familiarização com as questões postas em sala, elementos que se aproximassem do cotidiano dos discentes, e por sua vez estipulassem a ponte entre as informações empíricas, e o saber histórico. Utilizamos algumas produções dos alunos com o objetivo de analisar como apropriaram as informações obtidas em aula, e como no período de um mês, seus rendimentos se desenvolveriam. A pesquisa ofereceu um olhar peculiar na maneira como o alunato enxerga as noções



do passado, em como se projetam dentro de suas próprias identidades para buscar as relações com os acontecimentos históricos, trazendo a tona questões de identidade, religiosidades e diversidade social. Para o pesquisador, cabem olhares mais minuciosos acerca das interpretações empíricas em sala de aula. O espaço escolar se entende aqui como lugar de pesquisa e análises, onde o passo da atividade docente é acompanhado pelo passo da coleta de dados, auxiliando assim os alicerces para a edificação dos estudos sobre ensino de história. Palavras chave: Ensino de História, Representação, metodologia.



Simpósio temático III

História da educação no Rio Grande do Norte

Coordenação:

Ana Carla de M. Trindade – Mestre – UFPB

Anderson Dantas da S. Brito – Doutorando – UFRN

Sessão I – 27/07/2016

Uma análise política e pedagógica das campanhas “de pé no chão, também se aprende a ler” e as quarenta horas de Angicos

Izabel Maria Nunes do Nascimento – UERN

Marcelo Cristenes Maia de Andrade – UERN

Uma análise política e pedagógica das campanhas “de pé no chão, também se aprende a ler” e as quarenta horas de Angicos DE ANDRADE Marcelo Cristenes Maia¹ DO NASCIMENTO Izabel Maria Nunes² Resumo: O presente artigo intitulado “Uma Análise política e Pedagógica da Campanha ‘De Pé no Chão, também se Aprende a Ler’”, e as quarenta horas de Angicos, analisa o papel político, pedagógico e educacional das campanhas de alfabetização “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, e quarenta horas de Angicos, ocorridas nos municípios de Natal/RN, 1961/1964 e Angicos/RN 1963/1964, no Rio Grande do Norte, O Objetivo do trabalho é compreendermos como duas campanhas de alfabetização, que começou de forma espontânea, entre as pessoas mais carentes, contribuiu para melhorar os índices de alfabetização das pessoas mais simples nas cidades de Natal, e Angicos. Além disso, partimos do contexto político, econômico e social dos referidos municípios para compreendermos como esses movimentos que nasceram de forma espontânea, entre essas pessoas erradicou quase que completo o analfabetismo nos municípios de Natal/RN e Angicos/RN. A metodologia usada é a qualitativa e analisa os movimentos de pé no chão também se aprende a ler, em Natal/RN e as quarenta horas de Angicos, em Angicos/RN e ainda observa as memórias coletivas das pessoas que participaram de forma direta e indireta desses períodos que foram as reformas educacionais nos municípios de Natal/RN e Angicos/RN. Com isso o referido artigo tem por finalidade principal propor uma reflexão sobre quais foram às dificuldades pedagógicas do Rio



Grande do Norte no passado, fazendo uma correlação do presente, para que se possa construir uma educação que esteja a serviço de todos.

O Pibid–História e a formação de professores na UFRN/CERES 2009–2015

Ana Carla de M. Trindade – UFPB

A formação docente nos últimos anos tem se firmado no palco de investigações e discussões educacionais no país, enquanto um dos personagens chave para qualidade da Educação Básica Pública no Brasil. Tal perspectiva, está inserida em um contexto de reformas e políticas educacionais que desde a promulgação da Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e base da educação nacional (LDB), seguidos, do Plano Nacional da Educação Brasileira (PNE/2001–2011), do Plano Nacional de Desenvolvimento Da Educação Brasileira (PND–2007) e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação–2007, tem refletido em políticas públicas destinadas a formação de professores para magistério da educação básica e valorização desses profissionais. Desta forma, esta comunicação, objetiva apresentar, alguns resultados acerca da pesquisa, que está em andamento de mestrado, vinculada ao Programa de Pós–graduação em História e Cultura Histórica –UFPB, linha de pesquisa Ensino de História e Saberes que histórico, que tem por finalidade, investigar a formação de professores de história por meio do Programa Institucional de Bolsa à Iniciação a Docência (PIBID), gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), localizado na cidade de Caicó no Rio Grande do Norte – RN.

Projovem campo – saberes da terra: a interdisciplinaridade e o ensino de história

Daniel Francisco da Silva – Escola Estadual Isabel Oscarlina Marques

O Projovem Campo – Saberes da Terra é um programa do Ministério da Educação – MEC desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) em parceria com as Secretarias Estaduais do Brasil. Esse projeto visa à qualificação educacional dos jovens educandos entre 18 e 29 anos de idade do campo que não tiveram oportunidade de concluírem o Ensino Fundamental na “idade regular”. Assim, o projeto contribui para o desenvolvimento educacional e pessoal dos jovens do campo. Essa política pública educacional é de suma importância para os



jovens agricultores. O trabalho ora proposto tem como objetivo discutir a metodologia interdisciplinar do ProJovem Campo – saberes da terra e como o Ensino de História é ministrado nas aulas do programa por meio de um relato de experiência. Usaremos como fontes, o Projeto Político–Pedagógico do programa; Práticas Pedagógicas e Formação de Educadores (as) do Campo – Caderno Pedagógico da Educação do Campo. Palavras Chaves: Projovem Campo – Ensino de História – Políticas Públicas.

Para instruir é preciso criar escolas: Políticas públicas para educação primária no Rio Grande do Norte (1930–1947)

Anderson Dantas da Silva Brito – UFRN

Com a Revolução de 1930, o presidente Getúlio Dornelles Vargas logou promoveu um Programa de Reconstrução Nacional, para o qual a educação escolar se destacava como uma das prioridades. Nos estados, os interventores, além de emissários políticos à frente da administração dos governos, representavam uma espécie de extensão dos interesses do governo central, inclusive no desenvolvimento de políticas públicas que se voltavam para a educação primária. O trabalho, metodologicamente, é orientado para análise do corpus documental (constituições federais, legislação educacional, mensagens de interventores, artigos de jornais), pelas teorizações de Jamil Cury (2007, 2010, 2014); e, René Rêmond (1996). O objetivo é refletir sobre as políticas de institucionalização de uma rede de escolas públicas primárias, nas modalidades de escola (grupo escolar, escolas reunidas, escola isolada e escola rudimentar), criadas em diversas espacialidades do Rio Grande do Norte durante os governos dos Interventores Federais, entre 1930 e 1947. A pesquisa indica para uma história da educação primária protagonizada por políticas públicas para criações, transferências e reformas de escolas em áreas urbanas, suburbanas e rurais em conformidade com a feição descentralizada ou centralizada conferida ao federalismo enquanto origem das iniciativas, bem como, das necessidades das espacialidades locais conforme a demanda demográfica. Palavras–chave: Federalismo. Políticas públicas. Educação primária. Modalidades de escola. Rio Grande do Norte.

Experiências em um estágio supervisionado: A presença do diálogo e do afeto ou a falta deles em sala de aula.

Susana dos Santos Moraes



O presente trabalho propõe-se a discutir e analisar a partir da prática no estágio de observação supervisionado, questões relacionadas ao diálogo e o afeto ou falta deles em sala de aula, em especial referindo-se as aulas de história em uma escola pública estadual inserida em uma região periférica da cidade de Mossoró-RN. A explanação oral é um dos meios mais usados como forma de transposição didática para a maioria dos educadores, e inclusive, muitos estudiosos apontam o diálogo como uma das principais formas de se manter uma boa relação entre professores e alunos e isso para a maioria das disciplinas presentes na grade curricular do ensino fundamental. Um dos primeiros pensamentos que vem a nossa cabeça ao ouvirmos o termo história são as velhas “histórias” contadas a nós quando crianças, assim, é possível imaginar uma aula de história em o uso intensivo da oralidade? Para a maioria dos professores, a fala é o meio de explicação mais usual, porém na prática foi possível perceber que nas salas observadas durante o estágio o diálogo, a fala e o afeto eram coisas escassas ou muito pouco aproveitadas. Problematizaremos como essa falta de diálogo pode ou não alterar na aprendizagem e na absorção de conhecimento por parte dos alunos. Ou ainda como o afeto no modo de lidar com os estudantes com os estudantes pode acrescentar tanto ao professor quanto ao aluno. Enveredaremos por caminhos referentes a práticas didáticas e pedagógicas nas aulas de história.



Simpósio temático IV

História, educação e sensibilidades

Coordenação:

Olívia Morais de Medeiros Neta – Doutora – UFRN

Sessão I – 28/07/2016

Por uma história dos congressos brasileiros de História da Educação

Francisca Rafaela Mirlys da Silva – UFRN

Jessica Souza Martins – UFRN

Marcelly Kathleen Pereira Lucas – UFRN

Olivia Morais de Medeiros Neta – UFRN

O Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) e a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) são espaços para difusão da produção da área de História da Educação vinculados a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Esta Sociedade foi fundada, em 28 de setembro de 1999, como entidade sem fins lucrativos que com o objetivo de congregar profissionais brasileiros que realizam atividades de pesquisa e ou docência em História da Educação. Nesses termos, nos questionamos: como os CBHE e a RBHE corroboram com a produção e difusão do conhecimento no campo da História da Educação? A partir desse questionamento recortamos à análise os CBHE e objetivamos inventariar como esses congressos difundiram saberes e congregaram pesquisadores da História da Educação no Brasil. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizaremos a noção de campo científico de Bourdieu e a abordagem bibliométrica, pois esta permite estabelecer relações e análises a partir de contagens estatísticas de publicações ou de elementos extraídos das publicações dos anais dos CBHE. A primeira edição do CBHE ocorreu no ano de 2000 com o tema “Educação no Brasil: história e historiografia” e a partir dessa edição foram realizadas mais sete edições, sendo a última realizada na cidade de Maringá, no ano de 2015, com o tema “Matrizes interpretativas e internacionalização”. O CBHE que concentrou o maior número de trabalhos em anais foi o V CBHE, realizado em Aracaju, tendo como temática “O ensino e pesquisa na história da educação”. Nas oito edições dos CBHE, foram os



pesquisadores do Sudeste os que apresentaram maior índice nas participações, sendo esses seguidos pelos pesquisadores da região Nordeste, Sul, Centro–Oeste e por último os pesquisadores da região Norte do Brasil. Quanto aos recortes temporais predominantes dos trabalhos apresentados nos CBHE, destacam–se o recorte de 1930 a 1960 e o recorte de 1890 a 1930, por ordem de prevalência. Os eixos temáticos que mais concentraram trabalhos ao longo das oito edições dos CBHE foram os que abordaram em seus títulos os temas referentes às histórias das instituições escolares e cultura escolar e, o tema mais constante nos eixos temáticos dos Congressos foi o da profissão docente, ora associado às práticas, às instituições ou mesmo de maneira independente. Assim, consideramos que CBHE e suas temáticas e a produção divulgada em eixos temáticos com suas teorias e metodologias são indícios à compreensão dos domínios, abordagens e dimensões da história da Educação no Brasil e particularmente a veiculada nesses congressos.

Uma reflexão sobre o componente curricular Arquivologia, do Curso de História do CERES/UFRN: da teoria à vivência em laboratório

Ana Carolina Oliveira – UFRN

Jefson Bezerra de Azevedo Filho – UFRN

O presente trabalho visa fazer uma reflexão sobre os saberes construídos no componente curricular Arquivologia, ofertado no Curso de História do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da UFRN, procurando responder aos seguintes questionamentos: O que é a disciplina? Qual seu objetivo? De que forma os saberes nela construídos estão ligados à habilitação do licenciado e do bacharel em História em formação? Qual o papel da disciplina na formação do historiador – licenciado e bacharel? O ponto de partida da reflexão é o pressuposto de que há uma relação íntima entre a História e os arquivos. A primeira se utiliza dos arquivos como fonte de pesquisa. Mas, isso não aconteceu desde o princípio, pois a valorização dos arquivos como fonte documental para uso em pesquisas históricas dá–se em meio ao contexto da Escola Positivista, na Europa. A reflexão está pautada, também, em nossa experiência enquanto alunos do componente curricular Arquivologia, em 2016.1, onde trabalhamos num processo de reintegração de fundos, a partir de atividades da catalogação e conservação preventiva no espaço do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC). O contato com os documentos em sala de aula despertou uma maior



compreensão sobre o mundo arquivístico, além de discernir e romper a barreira que se cria entre teoria e prática. Através da análise de relatórios realizados pela turma de Arquivologia 2016.1 da UFRN – Ceres, campus Caicó, cruzaremos as experiências de vivência enquanto leigos no início das aulas e posteriormente, seus relatos finais após toda uma bagagem de conhecimento adquirida. A partir de tais cruzamentos será possível perceber a importância do componente curricular para a formação do graduando em História.

Reflexões sobre a prática de monitoria: o papel do planejamento para aulas de História

Luisa Cristina de Medeiros Santos

Expõe uma reflexão sobre a experiência vivida pela monitoria dos componentes curriculares Paleografia, Arquivologia e Seminário de Metodologia do Ensino de História II orientado pela Professora Juciene B. Félix Andrade e pelo Professor Helder Alexandre Medeiros de Macedo. O propósito dessa análise comparativa é mostrar as experiências por quais passa a monitora em exercício da docência, evidenciando os planejamentos e preocupações, acerca das atividades da monitoria. Assim autores como, Crislane B. Azevedo, Déa Ribeiro Fenelon e João Batista Carvalho Nunes que refletem sobre a necessidade de planejamento na área de ensino e a própria união da pesquisa com aquela área. Metodologicamente, parte dos relatórios mensais da monitoria, e de fontes iconográficas referentes aos encontros com os alunos, além de todo o material elaborado para intervenções e auxílios nas aulas. Conclui que o relato dessas experiências servirá para incitar a um maior diálogo sobre a relação entre aluno, monitor e professor, facilitando assim a criação de novas abordagens que não só auxiliem ao professor, mas também possibilite a aprendizagem do aluno e do monitor nesse exercício.

Relato de uma experiência de intervenção: a presença/ausência da mulher nos conteúdos de História em sala de aula

Tamisiane Linhares Dutra – UFRN

Rafaela Costa de Azevedo – UFRN

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise de um estudo de caso: uma intervenção no terceiro ano do Ensino Médio, no Centro Educacional José Augusto em



Caicó–RN realizado pelo Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID–UFRN/CERES). A intervenção desenvolvida baseia–se na realização de uma aula com a temática da atuação e forte contribuição da mulher na Primeira Guerra Mundial. O trabalho procura complementar o estudo do período citado, para isto, os alunos e alunas elaboraram cartas que expressassem todo seu sentimento e crítica com relação à contribuição das mulheres a partir dos conteúdos sobre presença feminina na Primeira Guerra e conseqüentemente no meio social, aprendido e explicado em sala de aula. A atividade também aborda a complexidade sobre o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade e, principalmente, nos conteúdos da própria história ensinados na escola. Com o intuito de refletir sobre a dominação de gênero que se encontra na sociedade encontrada em vários setores sociais, principalmente no ambiente e currículo escolar que causa historicamente a ausência de representatividade significativa das mulheres nos conteúdos de História.

Protagonismo acadêmico: reflexões e experiências iniciais com a docência no Ensino Superior

LiudmilaAleksandra de Medeiros

Este artigo visa a discutir o protagonismo discente no Ensino Superior, tendo como base o Curso de Extensão: Ciclo de oficinas “o ofício do historiador” ocorrido entre 18 de setembro a 17 de dezembro de 2015 no Laboratório de Documentação Histórica – LABORDOC/UFRN/CERES (Campus Caicó), sendo ministrado pelos monitores Augusto Cesar Ferreira Dantas, Liudmila Aleksandra de Medeiros e Luisa Cristina de Medeiros Santos, ligados ao Projeto de Ensino “O ofício do historiador: Ensino e Pesquisa na sala de aula e no laboratório” coordenado pelo professor Helder Macedo, com a colaboração dos professores Evandro Santos e Juciene Andrade. O ciclo de oficinas foi um importante momento de ensino–aprendizagem tanto para os monitores que ministraram o Curso de Extensão quanto para osicineiros que puderam adquirir conhecimento sobre as diversas tipologias de fontes existentes no LABORDOC, e de como aplicá–las em uma pesquisa histórica. Através das experiências proporcionadas pelo ciclo de oficinas, do relatório final do Curso de Extensão e de um questionário avaliativo, que apresentam conteúdos relevantes para as abordagens que se farão presentes neste trabalho, buscamos analisar a importância de um momento como este na formação docente para o Ensino Superior, partindo do contexto de autonomia que



os discentes tiveram ao enfrentarem o desafio de ministrarem um Ciclo de Oficinas, destinado aos graduandos do curso de História/UFRN/CERES (Campus Caicó).

A quebra dos estereótipos através do conhecimento do outro: a construção da sensibilidade do aluno a partir do ensino de História da África

Saonara Micaela dos Santos Batista – UFRN

Sara Pereira Ferreira – UFRN

A escola no que diz respeito à relação entre professor e aluno constitui um momento de grande importância na construção do discente como cidadão, por isso esta relação deve estar pautada nos princípios de respeito, construção de conhecimento e principalmente na construção do ser sensível ao ambiente, as relações, e as pessoas que o rodeiam. Partindo desse pressuposto o presente resumo tem como objetivo analisar como o Ensino de História da África e dos Afro-brasileiros pode contribuir para a composição de um aluno consciente, humanitário e sensível as diferenças e semelhanças que englobam a cultura brasileira e africana no tocante a construção da história do Brasil, a fim de diminuir os estereótipos e preconceitos existentes na sociedade brasileira, muitas vezes, afirmados pelos meios midiáticos e ensino tradicional. E assim contribuir para a formação de uma sociedade baseada no respeito às diferentes culturas, etnias e tradições que compõem a diversidade cultural do Brasil. Palavras-chaves: Ensino de História; História da África e dos Afro-brasileiros; Sensibilidade.

Atendimento em projetos de monitoria: desafios e possibilidades

Augusto Cesar Ferreira Dantas – UFRN

No presente artigo pretendemos investigar a contribuição do atendimento dentro dos projetos de monitoria, em três âmbitos: tanto para o docente da disciplina, quanto para os alunos contemplados, e também para o próprio monitor. Além disso, pretende discutir uma das partes essenciais dos projetos de monitoria: o atendimento extra-classe. Esses atendimentos consistem na participação dos alunos em atividade fora do horário de aula regular das disciplinas, conversas individuais ou grupais, nas quais os discentes podem tirar dúvidas, conversar sobre aspectos da disciplina e desenvolver atividades ligadas ao componente curricular. Para isso utilizaremos a experiência que foi gestada na disciplina de “Metodologia do Ensino de História” do curso de Licenciatura em



História/ Manhã (CERES/ CAICÓ/ UFRN), durante o primeiro semestre do ano de 2015, que teve como docente a profa. Dr. Juciene Andrade e está vinculado ao projeto de ensino “O ofício do historiador”, coordenado durante o período pela mesma, assim como pelos professores Helder Macedo e Evandro Santos. Dessa forma, pensaremos os principais desafios do atendimento: a falta de procura por parte dos alunos. Assim também como as suas possibilidades: o incentivo por parte do professor da disciplina, atribuindo uma nota a esse tipo de participação, para incentivar os alunos a procurar o monitor.

Gênero e sexualidade na educação: abordagens de alunos e professores acerca dos temas na rede pública de ensino

Dênis Fernandes de Medeiros – UFRN

Jéssica Raiane de Araújo – UFRN

Discute-se, a partir da pesquisa em andamento, as abordagens de professores e aluno/as acerca dos temas gênero, sexualidade e feminismo na Escola Estadual Calpúrnia Caldas de Amorim, localizada na cidade de Caicó – RN. Para tanto, foram elaborados questionários com perguntas abertas, entregue aos alunos de diversas turmas do ensino médio da referida instituição de ensino. Após a análise das respostas dos questionários, levantou-se as seguintes questões: Qual a importância das discussões que envolvem gênero e sexualidade no âmbito escolar? Que tipo de articulações podem ser feitas junto aos conteúdos das disciplinas? Quais as possibilidades para a inserção destes temas nas aulas e/ou demais projetos escolares? Busca-se, por meio das perspectivas teórico-metodológicas de Guacira Lopes Louro, problematizar a relação entre corpo e escola. Assim como, pretende-se entender o diálogo entre gênero, sexualidade e ensino de história, a partir dos escritos de Andréa Ferreira Delgado. Contudo, no decorrer da pesquisa, desenvolveremos materiais e intervenções didáticas (banners, cartilhas, palestras, entre outros) que auxiliem na resolução de questões detectadas no âmbito da discussão que objetivamos inserir/realçar na escola.

As escolas profissionais do Rio Grande do Norte: um mapeamento dos decretos e legislações (1908–1957)



Karla Katielle Oliveira da Silva

Olívia Moraes de Medeiros Neta

O objetivo deste trabalho foi realizar o mapeamento acerca das escolas profissionais que foram iniciativas do Estado do Rio Grande do Norte no período de 1908–1957. E para situar o referido debate, utilizou-se a metodologia da análise documental por meio do mapeamento dos decretos, das legislações e mensagens dos governadores do recorte temporal em estudo. E fez-se uso de numa perspectiva da abordagem qualitativa para análise dos dados. O mapeamento realizado evidenciou que as estratégias do Estado do RN referente ao ensino profissional foram através de iniciativas como: a criação de escolas, cursos e subvenções. Dentre as escolas foram identificadas: a Escola Normal de Natal e Mossoró, Escola de Música, Escola Feminina de Comércio, Escola Profissional do Alecrim, Escola Operária, Escola Doméstica, Escola de Farmácia e Odontologia, Escola Agrícola de Jundiá e Faculdade de Direito e Medicina. E, quanto às iniciativas para o ensino profissional, o Estado do RN criou os seguintes cursos: agronomia, zootecnia, agrimensura, belas artes, indústria, comércio, primário elementar (artesanato, aprendizagem industrial–agrícola), Observa-se que geograficamente há concentração das escolas e cursos em Natal–RN. Diante disso, espera-se com o presente estudo contribuir para as pesquisas referentes à temática da história da educação. Como também, vislumbrar caminhos que levem a estudos que apontem resultados que fomentem novos debates para a história da educação profissional norte–rio–grandense.



Simpósio temático V

Teoria da História e História da historiografia:
reflexões sobre a escrita da história no passado e
presente do fazer historiográfico

Coordenação:

Bruno Balbino Aires da Costa – Doutorando –
IFRN/UFRGS

Diego José Fernandes Freire – Mestre – UNP

Sessão I – 27/07/2016

Da tradição: o IHGB, Paris, Portugal e as bases políticas da história

Evandro dos Santos

O objetivo desta exposição é o de analisar brevemente as diversas implicações políticas e epistemológicas demarcadas, ao longo da década de 1830, nas ligações entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Histórico de Paris e a Academia das Ciências de Lisboa. Por meio desta aproximação é possível apontar alguns aspectos relacionados à autoridade do historiador e à legitimidade do conhecimento histórico, às implicações do presente nos debates acadêmicos, à presença da religião, ao diálogo com autores antigos e, enfim, aos usos públicos da história em meados do século XIX.

Quando a história fala pela boca da classe dominante: a história da historiografia brasileira como crítica da ideologia (1973)

Diego José Fernandes Freire

Partindo do pressuposto teórico de que a história da historiografia é plena de historicidade, o presente trabalho propõe-se a apresentar e a discutir a maneira como se realizava uma história da historiografia brasileira nos anos 1970. A investigação ocorre no momento em que na sociedade brasileira vários historiadores dedicaram-se a analisar sua própria disciplina, configurando um relativo movimento historiográfico. Maria de Lourdes Jannoti, Carlos Guilherme Mota, José Roberto de Amaral Lapa, Maria



Odília, Francisco Iglésias e muitos outros formaram, talvez pela primeira vez em nossa história, um grande ambiente de discussão em que a historiografia nacional era a grande preocupação. Na impossibilidade de trabalhar com todas as obras desses historiadores, seleciona-se a tese de Pedro de Alcântara Figueira, *Historiografia brasileira: 1900–1930 (análise crítica)*, defendida em 1974, como objeto privilegiado de análise. Nesse sentido, questiona-se: como se praticou a história da historiografia brasileira na década de 1970? O que significava no referido contexto fazer uma história da historiografia? Com quais motivações procedia-se a essa discussão? Tais são as perguntas que motivam o corrente estudo.

Disputas em torno da construção da memória disciplinar da "moderna historiografia brasileira": A ANPUH e a RBH como espaços de enfrentamento (1980–2011)

Wagner Geminiano dos Santos

Este texto tem por objetivo discutir como a ANPUH e a Revista Brasileira de História participam da construção da memória disciplinar da historiografia brasileira, sobretudo a partir do ano de 1981 quando da criação da revista e publicação de seu primeiro número. Neste sentido, procuramos pensar as relações institucionais, políticas e intelectuais que possibilitaram a construção de uma dada memória disciplinar para o campo da História no Brasil a partir de então. E como, a partir destes elementos e lugares, alguns debates, conflitos e disputas irão permear a construção desta memória. Sento, talvez, a mais evidente e emblemática destas disputas a que opõe a historiografia paulista, ou melhor, a historiografia produzida a partir das instituições paulistas, notadamente a USP e a UNICAMP, à historiografia fluminense. Disputa esta que visa definir o lócus norteador e irradiador da "moderna historiografia brasileira", ao se apresentar como um espelho da própria em que se refletiriam suas regras, procedimentos e nomes de referência.

Exercícios de escrita da história de Rondônia (1998–2008)

João Maurício Gomes Neto

A construção da espacialidade rondoniense situa-se dentro de estratégias do estado brasileiro em promover uma espécie de segunda "expansão para o oeste", tendo em vista principalmente colonizar a Amazônia, concebida pelos governos militares entre as



décadas de 1970 e 1980 como espaço vazio, lugar ermo, dominado pela natureza madrastra. É nesse período que serão intensificadas as políticas migratórias à região, nas quais Rondônia ocupará lugar de destaque, tornando-se inclusive ente federado no início dos anos oitenta. Na construção desse lugar político para o então mais “novo estado” da federação, observou-se também estratégias de escrita de uma história que inventariasse e inventasse um passado comum, ao mesmo tempo em que lhe projetava futuros possíveis, desejáveis. Nesse sentido, o presente trabalho busca, a partir de duas publicações – Rolim de Moura, um ponto de vista, de Maria do Socorro Pessoa, 1988; e Rondônia, sua história e sua gente, de Dante Ribeiro da Fonseca, 2008 – pensar a respeito das narrativas históricas que têm sido construídas para e sobre esta espacialidade, com vistas a compreender como elas (re)atualizam tópicos bastante tradicionais à historiografia brasileira e que representações constroem de si ou para si por meio dessas narrativas. Palavras-chaves: historiografia; narrativa histórica; estudos amazônicos.

Jacques Léonard: um historiador entre os Annales e o Marxismo

Pablo Spíndola

Em 1975, o pensador Michel Foucault publicou na França seu sexto livro, Vigiar e Punir: o nascimento das prisões. O texto teve grande recepção e muitas críticas foram escritas sobre o livro. Uma das críticas de maior relevância foi o texto elaborado pelo historiador Jacques Léonard em 1976 por ocasião de uma palestra, depois transformada em artigo. Com o título de: L'historien et le philosophe – A propos de: Surveiller et punir: naissance de la prison (O historiador e o filósofo – a propósito de: Vigiar e punir: o nascimento da prisão) Jacques Léonard fez uma análise sobre os procedimentos adotados por Michel Foucault na escrita do referido livro e, sobretudo, sua forma de fazer/escrever sobre história. Chama atenção o fato desta análise ter sido elogiada e respondida pelo próprio Michel Foucault num artigo intitulado A poeira e a nuvem, estabelecendo assim um diálogo e levando o debate para as questões que envolvem o historiar. O posicionamento assumido por Léonard no seu texto é de anteposição entre o trabalho realizado por Foucault em Vigiar e Punir, hora comparando-o a um historiador, hora a um filósofo. O historiador hipotético usado como comparação por Léonard, ao longo da argumentação requer de Foucault uma prática muito próxima do marxismo de então. Em contrapartida os trabalhos do historiador Jacques Léonard, principalmente sua tese



doutoral *Les Médecins de l'Ouest au XIX siècle*, se aproxima dos procedimentos mais comuns ao que se convencionou chamar de Escola do *Annales*, como propõe o historiador da medicina Matthew Ramsey. A proposta desse trabalho é fazer uma investigação das problematizações feitas ao livro *Vigiar e punir* por Léonard e relacioná-las ao artigo *Review essay: history of a profession, Annales style: the work of Jacques Léonard* de Matthew Ramsey. Tentando assim, perceber quais os caminhos argumentativos que Léonard adotou e historicizar uma determinada forma de se refletir sobre o historiar. Não se quer com isso eleger uma forma de historiar e sim pensar sobre formas de fazer/escrever história e suas possibilidades.

Sessão II – 28/07/2016

Literatura, História e memória: Oswaldo Lamartine de Faria e a identidade seridoense

Maria Samara da Silva

Esta comunicação constitui um desdobramento das atividades de pesquisa que foram realizadas no âmbito do projeto “Escriturística Seridoense: fontes históricas, literárias e memorialísticas (fins do séc. XIX ao XX)” que, em sua segunda etapa (temas e objetos), apontou para algumas possibilidades de trabalhos a partir do material investigado. É o caso do escritor Oswaldo Lamartine de Faria. Partindo de seu lugar de autoria, que cruza espaços, memórias e vivências, e entendendo a relevância do diálogo da História com a literatura, analisaremos, numa perspectiva da construção de uma identidade seridoense. Tal escolha se justifica por algumas inquietações lançadas no decurso da leitura em relação aquelas obras e ao seu autor: os dilemas enfrentados (pessoais, sociais) por este sujeito em meio à sociedade em que está inserido; Estas facetas são apresentadas em muitos de suas escritos entre os quais podemos destacar a coletânea *Sertões do Seridó* (1980), *Encouramento e Arreios do Vaqueiro do Seridó* (1969) e *Vocabulário do Criatório Norte-rio-grandense* (1966) que se coadunam com uma fase em que se estabelece/constrói a própria ideia de Nordeste e de nordestino (na literatura, no teatro, na música), pautados pelos lugares, sobretudo, da identidade Sertaneja. Portanto, nosso exercício consistirá numa pequena reflexão sobre a relação entre literatura, história e memória pelas facetas de um autor que deu uma rica densidade ao seu sempre ausente/presente espaço Seridó.



Uma discussão teórica em torno das metáforas ou tendências do vocabulário histórico: tradução cultural e hibridismo

Marco Aurélio Ferreira da Silva

A presente proposta de trabalho é parte do Projeto CAPITALISMO E CIVILIZAÇÃO NAS CIDADES DO ESTADO DO CEARÁ (1860–1930) que foi aprovado no último Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES – Ação Transversal nº 06/2011 – Casadinho/Procad, tendo como parceria os Programas de Pós-Graduação em História das seguintes Instituições: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUC/RS) E A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE). Nele apresentamos uma discussão teórica em torno dos temas: Capitalismo, Civilização e Encontros Culturais (“Mistura de Culturas” / “Hibridização” / “Tradução Cultural”). O que acabou por envolver um debate em torno dos termos, keywords, metáforas ou tendências do vocabulário histórico como aculturação, imitação e apropriação, acomodação e negociação, mistura, hibridização, criouliização, empréstimo cultural, fluxos, fronteiras, híbridos etc.. Para o momento, o nosso foco se dirigirá tão somente em direção à ideia de Fronteiras e Encontros Culturais e a interpretação / compreensão desses encontros através do termo/metáfora da Tradução Cultural. Nossa atenção está voltada a um processo de “encontro, contato, interação, troca e hibridização cultural”. (BURKE, 2003, p. 6). Estaremos atentos ao fenômeno do Hibridismo Cultural ou das Trocas Culturais. O que faremos, então, é recortar e destacar as variedades de terminologias. Estas são diversas, vívidas, enganosas e metafóricas. No entanto, fizemos nossa escolha pela metáfora linguística da “Tradução Cultural”, que é (...) “usada para descrever o mecanismo por meio do qual encontros culturais produzem formas novas e híbridas” e “por ser mais útil e menos enganosa”. (BURKE, 2003, p. 55–56) [O] “‘termo ‘tradução’ também tem a grande vantagem de enfatizar o trabalho que tem que ser feito por indivíduos ou grupos para domesticar o que é estrangeiro, em outras palavras, as estratégias e as táticas empregadas”. (BURKE, 2003, p. 58) Contudo, ainda, o mesmo Burke nos alerta sobre o problema da traduzibilidade: “Um dos problemas que estes desacordos revelam com clareza é o problema da traduzibilidade. Só porque muitas tentativas de tradução cultural foram feitas não quer dizer que os elementos da cultura sejam plenamente traduzíveis. De fato, pensando na possível direção da pesquisa futura, poderia ser frutífero que os scholars prestassem mais atenção àquilo que em uma dada cultura



mais resiste à tradução, e ao que se perde no processo de tradução de um acultura para outra". (2003, p. 60) Então, um dos desafios lançado, que passa nesse instante pela reflexão em torno do fenômeno dos encontros culturais e suas traduções, é o de tentarmos reunir algumas das ideias e imagens evocadas por formulações conceituais sobre os Encontros ou Hibridismos Culturais, seja no campo de saber histórico ou da teoria social. BURKE, Peter. Hibridismo Cultural. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

O "Seridó" de José Augusto na escriturística seridoense

Antonio Batista Dantas Neto

Gleyze Soares Macedo de Oliveira

O estudo trata de uma "operação historiográfica" (CERTEAU, 2011) da obra Seridó (1954), de José Augusto Bezerra de Medeiros (1884–1971), em consonância com as pesquisas realizadas no âmbito do projeto de pesquisa (IC/Propesq) Escriturística Seridoense: fontes históricas, literárias e memorialísticas (fins do século XIX ao séc. XX), coordenado pelo historiador Joel Carlos de Souza Andrade, a partir do Fundo José Augusto encontrado no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC/CERES/UFRN), onde se guarda as fontes documentais, as quais contêm informações a respeito da sua vida política, algumas referências bibliográficas e dados que foram incorporados pelo autor à sua obra. Diante deste rico "achado", e considerando as possibilidades de análises do Fundo, optou-se por fazer uma abordagem historiográfica a respeito das fontes que foram utilizadas na elaboração do Seridó, em especial, as fontes genealógicas e bibliográficas. Portanto, teórico-metodologicamente, este exercício historiográfico buscou problematizar os repertórios discursivos e os suportes documentais em sua forma específica de escrever e fazer a história seridoense.

Regina Furtado e a renovação da historiografia Seridoense

Joel Carlos de Souza Andrade e Elaine Cristina Diniz da Silva

O trabalho enfoca a dissertação de Maria Regina Mendonça Furtado, denominada de "Sertão do Seridó– um estudo de caso da Pobreza", defendida em 1985, na UFF, que constituiu um estudo inaugural sobre uma vertente acadêmica que trata a história Seridoense, uma vez que, está em consonância com os estudos ligados ao projeto "Escriturística Seridoense: fontes, literárias e memorialísticas (século XIX ao séc. XX)".



Esta discussão partir de algumas inquietações: em que momento da historiografia brasileira foi elaborado tal estudo? Qual é abordagem feita pela autora em relação à região intitulada como Seridó? E como a sua escrita foi articulada? Dessa forma, é importante considerar que os temas pesquisados e problematizados por Regina Furtado estavam embasados na história agrária, na economia e nas abordagens sobre a escravidão, diante disso, a sua obra pode ser considerada inovadora e pioneira, porque deu visibilidade para os menos privilegiados como o escravo e o camponês livre, que regulamente não são mencionados na Escriturística Seridoense. Os métodos utilizados constituíam sobre os estudos da história regional, quantitativa e serial da agricultura deslocado do sistema plantation. Em suma, a análise desta investigação, a luz de seus lugares de produção (CERTEAU, 2011), permite compreender como a perspectiva inovadora no texto impulsionou o surgimento de fecundos trabalhos sobre a região conhecida como Seridó.

As faces da coleção: a primeira fase da editora Coleção Mossoroense (1949

Yadson Fabio da Silva Magalhães

A presente comunicação tem como objetivo discutir a influência da editora Coleção Mossoroense na tentativa de construção identitária para a região do Oeste Potiguar, cujos principais agentes da sua instalação eram do grupo político que se constituiu em torno da família Rosado, com Jerônimo Vingt-un Rosado Maia o principal responsável pelo projeto da editora, atuando como expoente intelectual do grupo. Para tanto nos voltamos no período que corresponde a 1ª fase da editora, que vai de 1949 a 1974. A existência da Coleção Mossoroense é dividida em três fases que correspondem, principalmente, às suas formas de financiamento: na primeira fase, a principal forma de captação de recursos se dava por meio da relação de proximidade com a gestão da prefeitura de Mossoró; na segunda fase, a principal forma de arrecadação de recursos era por meio da Fundação Guimarães Duque (FGD); e na terceira, a captação se dava por meio da Fundação Vingt-un Rosado (FVR). Acreditamos que na primeira fase se desenvolveu um projeto que viria a dar bases à formação de um discurso que pretendia engrandecer a cidade para, conseqüentemente, enaltecer seus produtores de discurso. A construção desse aparato discursivo se fez necessário para legitimar o poder político do grupo que o domina. O ecletismo temático da coleção também contribuiu para a sua maior inserção nos diversos grupos sócias. Entendido na categoria de sistema de



significações, proposto por Raymond Williams, a tentativa de relacionar as diversas ciências naturais, biológicas e humanas possibilita uma maior abrangência para a produção e propagação de discursos. Esse ecletismo também contribuiu para a construção dos mitos que perpassam a sociedade mossoroense como a de cidade libertadora, pioneira, cidade da resistência, capital da cultura e outros que iram culminar no mito do “País de Mossoró”. Assim o objetivo desse trabalho é compreender de que forma esse complexo produto cultural e seus agentes contribuíram para a formação de uma visão da sociedade mossoroense que queria ser constituir como prática.

Escrevivendo, Cinevivendo: uma crítica aos imperialismos culturais nordestinos através dos filmes de Jomard Muniz de Britto nos anos 70

Henrique Masera Lopes

Neste artigo, farei uma análise historiográfica que partirá de três pequenos filmes gravados em Super 8 na década de setenta na cidade de Recife. São eles: O palhaço degolado, Inventário de um Feudalismo Cultural Nordestino e Recifernália, todos concebidos por Jomard Muniz de Britto. A trajetória de Jomard como agitador cultural, educador e filósofo da cultura brasileira apontam para uma atuação crítica que atravessou diferentes espaços, oficiais e não-oficiais, ao longo do tempo. Professor universitário e colaborador do projeto de alfabetização coordenado por Paulo Freire, foi afastado de suas atividades como educador durante a ditadura militar. A partir da década de setenta suas investidas no cinema tornaram visíveis uma crítica contundente aos chamados "imperialismos culturais nordestinos" construídos em torno das ideias de dois intelectuais importantes da cultura brasileira: Gilberto Freyre e Ariano Suassuna. Como se sabe, o saudosismo é uma característica latente nas imagens e discursos que teceram as fronteiras culturais do Nordeste nas obras destes dois escritores. Além disso, durante a década de setenta, ambos atuavam institucionalmente em Pernambuco, transformando em cultura oficial suas perspectivas, através do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e da Pró-reitoria do Departamento de Extensão Cultural da UFPE. Através dos filmes de Jomard Muniz, tanto o Regionalismo de Freyre quanto o Movimento Armorial criado por Ariano, passaram a ser problematizados em sua condição de existência, algo que já havia se esboçado no final da década de sessenta com a publicação de manifestos tropicalistas escritos por Jomard e outros intelectuais e artistas nordestinos. Assim, procurarei compreender a historicidade da crítica que



atravessa os filmes em questão, apontando de que maneira estas imagens nos colocam diante de zonas de enunciação que se situavam, intencionalmente, nas margens culturais e existenciais da conturbada década de setenta na cidade de Recife. No que concerne ao exercício historiográfico, este artigo conecta-se àquilo que o filósofo francês Michel Onfray afirma ser uma contrahistória, ou seja, uma história que parte de experiências pouco iluminadas pelos holofotes da historiografia tradicional. Assim sendo, os filmes escolhidos nos ajudam a compor contrahistórias do Nordeste que fazem ecoar as vozes daqueles que, em seus atos de enunciação, não confirmavam a existência das fronteiras de uma cultura regional a ser preservada, mas, ao contrário, questionavam a motivação – sentimental e política– dos agentes que se diziam defensores destas mesmas fronteiras.



Simpósio temático VI

História e imprensa: métodos e possibilidades

Coordenação:

Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins – Doutor –
UERN

Sessão I – 27/07/2016

Escravizados e escravizadores: a escravidão ilegal interpretada e noticiada na imprensa cearense do século XIX

Antonia Márcia Nogueira Pedroza

A escravização de pessoas livres era considerada crime pelo Artigo 179 do Código Criminal de 1830. Todavia, foi usual a prática de escravizar descendentes de africanos, livres e libertos. No Brasil escravista do século XIX existia um trânsito permanente entre o mundo da escravidão e o da liberdade, vivenciado de um modo particular pelos negros, que num dia podiam experimentar a liberdade e no outro eram jogados no cativeiro. As estratégias para escravizar e reescravizar ilegalmente eram muitas e essas práticas aconteciam, às vezes, com o conhecimento das autoridades. Contudo, os supostos escravos, livres e libertos pobres não assistiam à opressão passivamente. Eles atuavam dentro e fora da Justiça para obter a liberdade, mantê-la ou readquiri-la. Conservar a liberdade poderia ser tão difícil quanto conquistá-la. Os jornais foram utilizados como espaços no qual os escravizados criavam estratégias para lutarem contra a escravidão ilegal. O mais comum era denunciar a ilegalidade de uma escravização ou reescravização quando ela já havia sido concretizada. No entanto, neste repertório de estratégias para manter a liberdade também estiveram presentes nos periódicos cearenses “denúncias” de escravidão ilegal e /ou reescravização ilegal ou não, em que ainda não haviam sido concretizadas, mas que se acreditava firmemente que este fato estivesse para acontecer. É o que estamos denominando de “denúncia antecipada”. Isso pode ser explicado porque quando a escravização ilegal de uma pessoa livre acontecia no mesmo local de sua moradia era comum que o escravizador emitisse sinais do seu interesse em escravizar antes de fazê-lo. Essas



pistas eram fornecidas, por meio das relações ilegítimas de parentesco, das relações de trabalho, e das relações sociais desiguais. É importante lembrar que os jornais servem como instrumentos dos partidos políticos, de facções e/ou grupos, são opinativos. Numa palavra, como afirmou Lilia Moritz Schwarcz, os jornais são “produto social”. Deste modo, se por um lado, os periódicos foram armas de lutas contra a escravização ilegal, obrigando as autoridades a tomarem decisões políticas, de maneira que expusessem suas interpretações acerca do que era legal e de direito nas ações em que envolviam escravos ou pessoas que estavam sob suspeita de serem escravas, por outro também foram utilizados em defesa da escravidão, da propriedade privada, e em favor da imagem pública de indivíduos condenados pelo crime de reduzir pessoa livre à escravidão. Neste trabalho analisaremos como as posições dos sujeitos envolvidos nas histórias de escravização ilegal, escravizados, escravizadores, advogados, curadores, juízes, etc., aparecem na imprensa cearense do século XIX O corpus documental que permite essa tarefa investigativa é formado pelas informações jornalísticas do O Araripe 1855 a 1864, O Cearense 1846 a 1884, A Constituição 1863 a 1884 e o Jornal Pedro II – 1840 a 1884. Palavras-chave: imprensa; escravidão ilegal; liberdade

Entre o cais e a redação: O porto de Natal e as sociabilidades nas páginas do jornal A Republica (1900–1930)

Clara Maria da Silva

Gabriel Barreto da Silveira Oliveira

O jornal “A República”, veículo oficial do Partido Republicano no Estado, era um instrumento de comunicação entre o governo e os moradores de Natal. Desse modo, o jornal levava ao conhecimento da população as resoluções da Intendência Municipal, difundindo a legislação que deveria reger muitos aspectos da vida na cidade. O jornal difunde, sob a forma de artigos, reclames publicitários, imagens, as formas modernas de se vestir, consumir, bem como as sociabilidades que se acreditavam adequadas a uma época moderna. O porto de Natal, por sua vez, aparece no jornal não apenas como um ponto estratégico para a inserção da economia local nos mercados regionais, nacional e internacional, mas também como um espaço fundamental de práticas de sociabilidades, frequentemente associadas às relações políticas. Desse modo, o jornal fornecia as descrições das chegadas e partidas das “personagens ilustres” da cidade,



no porto de Natal. Essas mesmas personagens utilizavam o jornal para informar a sua partida, e algumas vezes se dirigiam à redação do jornal para levar as suas despedidas aos “correligionários” e aos “amigos”. Neste sentido, esta proposta analisa matérias publicadas no jornal A Republica, com a finalidade de compreender, por um lado, as relações entre a imprensa e a vida social da cidade de Natal, que tem no porto um dos seus pontos estratégicos, enfatizando o papel da imprensa nas formas de sociabilidade de uma cidade que pretendia viver sob o ideal de progresso.

A Revista da Liga Marítima Brasileira e o seu papel no processo de modernização da Marinha e da nacionalização da pesca no Brasil (1907–1924).

Clara Maria da Silva

Giovanni Roberto Protasio Bentes Filho

A imprensa tem sido utilizada como uma valiosa fonte para o historiador. Jornais, revistas e manifestos impressos, têm sido explorados para, entre outras finalidades, se compreenderem projetos, programas e ideologias de grupos sociais. Em 1907, um grupo de oficiais da Marinha de Guerra organizou uma associação, denominada de Liga Marítima Brasileira, para apoiar todas as questões associadas à vida marítima: comércio, indústrias marítimas e o desenvolvimento da própria Marinha de Guerra – sempre levando em consideração suas congêneres na Europa. No mesmo ano, a Liga criou a Revista da Liga Marítima Brasileira, periódico mensal que circulou até finais da década de 1950, tendo como objetivo levar informações e discussões sobre os assuntos que estavam na pauta da Marinha, como a situação da esquadra, do poder naval brasileiro e da defesa nacional. Esses assuntos foram alvos dos programas navais colocados em execução em 1904 e 1906, elaborados pelos ministros Júlio Cesar de Noronha e Alexandrino de Alencar, respectivamente, e se baseavam na construção e importação de novos navios para a esquadra naval brasileira. Um dos animadores da Revista foi o capitão-tenente Frederico Villar, fundador da Liga Marítima, que durante o primeiro ano realizou nos estados brasileiros conferências sobre a importância dessa instituição para o desenvolvimento da Marinha de Guerra e Marinha Mercante, do comércio, das indústrias marítimas, do esporte náutico, entre outras. Nos anos de 1920, Villar encabeçou a campanha de nacionalização da pesca (1919–1924), que tinha como principal objetivo organizar os pescadores do litoral em colônias e transformá-los em reserva para a Marinha de Guerra. A Revista da Liga Marítima Brasileira levava ao



público leitor um grande leque de temas ligados aos assuntos da Marinha. Nossa intenção consiste em verificar, os temas abordados, os colaboradores, procurando avaliar seu papel no processo de modernização da Marinha e da nacionalização da pesca.

“Bôa viagem n’uma manhã linda cheia de gente bonita”: representações e práticas do femino recifense em 1930 através da Revista P’ra você

Ewennye Rhoze Augusto Lima

Considerada a Veneza Brasileira, a cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, tornou-se referencial de modernidade no início do século XX. Passando por reformas urbanas semelhantes àquelas realizadas primeiramente em Paris e posteriormente em cidades tupiniquins como no Rio de Janeiro, Recife foi alvo de uma modernização dos espaços e costumes, tendo sido receptáculo e difusora de discursos de modernização advindos do exterior, como Europa e Estados Unidos. Neste contexto surge, em fevereiro de 1930, o periódico que é a fonte privilegiada desta pesquisa: a Revista P’ra Você – semanal ilustrado que era associado à empresa Diário da Manhã S.A – com colunas sobre cinema, moda, arte e literatura direcionadas a apresentar à sociedade recifense as últimas novidades referentes a estes aspectos culturais. Seus colaboradores eram nomes celebres tais como Jorge de Lima, Álvaro Lins, Aurélio Buarque de Holanda, Josué de Castro e Mário Melo que compuseram as principais matérias da revista direcionadas a um público feminino elitista. O objetivo desta pesquisa, portanto, é investigar como a revista P’ra Você construiu a alegoria do embelezamento feminino moderno a partir de suas colunas, projetando, desta feita, um rosto para a mulher recifense moderna, ao passo que se torne possível compreender certas mudanças cotidianas e de costumes nas práticas do bom porte, na década de 1930.

Para todos aqueles que falam do vietnã, o rock saúda a você: debate e protesto do Vietnã no rock, no período de 1960/1970

Klebson Augusto Rufino

A Guerra do Vietnã foi uma batalha militar e simbólica sem precedentes para a história do século XX, principalmente Estados Unidos da América. O Rock n Roll, que na década de 1960 estava se consolidando na cultura juvenil, ajudou a mobilizar vozes em



retaliação à Guerra, trabalhando em conjunto com outros movimentos civis que agitaram a sociedade americana desde os anos 1950. A cultura musical, cantada com letras carregadas de protesto, ajudou a mobilizar toda uma geração em plena mudança de comportamento de jovens. O objetivo deste trabalho é entendermos como as canções do Rock N Roll participaram da construção simbólica da Guerra do Vietnã na cultura juvenil nos anos de 1960/1970? Através de análises de canções específicas, que explicam diferentes visões sobre a Guerra, cada canção num total de três torna isso possível.

A construção de uma cultura letrada através das páginas da Coleção Mossoroense: notas para uma História do livro e da leitura em Mossoró/RN

Francisco Dantas Souza Neto

A presente comunicação procura pensar sobre a trajetória da Coleção Mossoroense, editora criada no ano de 1949 por Jerônimo Vingt-un Rosado Maia (1920 – 2005). Para tanto, a perspectiva adotada foi a da História do livro e dos processos de leitura, que assim como expressa Robert Darnton nas páginas de "O Beijo de Lamourette", oferece uma dimensão histórica aos meios de comunicação. Destarte, nossa proposta está inserida no campo da História Cultural. Ou seja, o objetivo é pensar sobre os processos de leitura da Coleção em Mossoró e sua recepção em alguns meios, sobre a forma como criou um circuito comunicacional na cidade, chegando a pensá-la enquanto um "país", trabalhando a formação da editora e da sua construção literária ao longo do tempo. Com isso, atentamos para uma necessidade de entender os papéis das produções da coleção e assim tentar traçar o início do que poderia ser uma mobilidade literária na cidade de Mossoró, prestando também como uma necessidade para tentar ressignificar os estudos sobre História local.

Sessão II – 28/07/2016

O poder dos impressos: um olhar sobre o projeto político e intelectual em torno da editora Coleção mossoroense

Hélia Costa Moraes

Micarla Natana Lopes Rebouças



A Coleção Mossoroense, editora criada em 1949, por Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia, teve por objetivo reunir e publicar documentos, pesquisas e obras literárias sobre política, história, etnografia, ciências agrárias, etc, tendo sob pano de fundo a cidade de Mossoró e os municípios circunvizinhos. Sua vasta bibliografia configurou-se como uma das grandes responsáveis por elaborar uma identidade em torno de Mossoró, da região Oeste Potiguar e do Nordeste como um todo, através da escrita dos principais letrados norte-rio-grandenses. Destarte, o presente trabalho propõe tomar a Coleção Mossoroense como objeto de análise, intentando avaliar a sua lógica editorial, sua produção e os projetos em torno da cidade de Mossoró, atentando para a maneira como esse projeto intelectual e escriturário em torno da cidade e da região constituiu uma dada maneira de produzir representações e criar identidades em torno dos sujeitos e espaços regionais. Nos pautaremos na análise dos catálogos do seu acervo e na maneira como o projeto político e ideológico da Coleção vem sendo analisado na historiografia potiguar. Isto posto nos valeremos de três discussões principais: primeiramente, utilizando o esquema conceitual de Roger Chartier (1990, 2002): apropriação, representação e circulação, a fim de buscar compreender o modo como a Coleção se apropria da memória coletiva de Mossoró e acaba por produzir representações sobre si, sobre os homens de letras a ela ligados e como através do processo de circulação conduz representações no imaginário dos seus leitores. Aplicaremos as reflexões do historiador Eric Hobsbawn (1997) acerca das tradições inventadas, formuladas por conjuntos múltiplos de práticas simbólicas que através de repetições visam inculcar no imaginário coletivo determinados comportamentos e apreensões da realidade. E por último, com o objetivo de compreender como se davam as relações estabelecidas entre os letrados que publicavam na Coleção e o modo como suas escritas eram utilizadas para legitimar umas às outras, dialogaremos com a noção de Campo de Pierre Bourdieu (2002). Tais discussões subsidiarão, portanto, o nosso intuito em analisar os impressos publicados pela Coleção e o modo como estes constituíram representações tanto na historiografia, quanto no imaginário coletivo potiguar.

Ler o Brasil para os Estados Unidos: os correspondentes do The New York Times no país e mudanças na imprensa estadunidense da década de 1950

João Gilberto Neves Saraiva



Este trabalho apresenta resultados iniciais de uma pesquisa de doutorado sobre as visões do Brasil formuladas nas páginas do The New York Times (NYT) entre as décadas de 1950 e 1960, recorte em que ocorreram profundas transformações no diário nova-iorquino e em toda imprensa estadunidense. Se trata da análise dessas mudanças no NYT em um contexto de competição com a televisão, queda na audiência da imprensa escrita e revisão do papel do jornalista. A perspectiva é contextualizar a alteração na extensão e profundidade da cobertura sobre o Brasil no recorte temporal em questão. Há um investimento em se delinear a nova perspectiva do fazer jornalístico e também a mudança no perfil de correspondentes para o continente sul-americano a partir das matérias de Sam Pope Brewer e Tad Szulc, jornalistas contratados pelo The New York Times para atuar no Brasil entre 1952 e 1961.

Retratos das “gentis patricias”: representações do feminino no jornal das moças (1950–1961)

Jessica Gleyce dos Reis Felix

A revista semanal ilustrada “de maior penetração no lar”, assim se auto-intitulava o *Jornal das moças*, periódico destinado ao público feminino, mas cujos principais idealizadores e colaboradores foram homens, publicada no Rio de Janeiro e distribuída por várias capitais do país, a revista circulou do início a segunda metade do século XX. O presente trabalho busca analisar a partir do diálogo com a perspectiva de Roger Chartier (2004) quais os sentidos e representações construídos acerca do feminino no período de 1950–1961 pela senda das matérias, anúncios e imagens publicadas em diferentes seções da revista, verdadeiros manuais de etiqueta que em um contexto de efervescência dos signos da modernidade apontavam “o que a mulher deveria ser”, as “modas e modos” e a “arte de ser elegante”. Enfim, um conjunto de normas e códigos de comportamentos considerados adequados à manutenção dos modelos “ideais” de mulher. As figuras de moças casadeiras que valorizam o amor romanceado e posteriormente de mãe e esposa, sempre belas e recatadas, são vinculadas ao espaço doméstico, cuja felicidade em plenitude também está atrelada ao exercício de suas funções com êxito e primor na instituição “sagrada” do matrimônio como aponta o complemento em perspectiva, o “*Jornal da Mulher*”.



Entre Alves e Rosados: O jornal O Mossoroense e as comemorações do golpe militar de 1964

Lemuel Rodrigues da Silva

Marcílio Lima Falcão

Imprescindível ao trabalho do historiador, a imprensa, enquanto fonte e objeto de estudo, tem revelado certas nuances que exigem uma análise cada vez mais detalhada das articulações que a envolvem diante dos discursos que veicula e de sua relação com o poder político. Nesse sentido, tomá-la como fonte à discussão sobre as disputas políticas entre Alves e Rosados, na cidade de Mossoró, na década de 1970, requer atenção especial as particularidades que envolvem a dubiedade que marca os posicionamentos do jornal O Mossoroense nesse contexto. Embora alinhado politicamente ao MDB, o jornal passará a demonstrar um posicionamento conivente com a situação política nacional, restringindo-se a tecer críticas pontuais aos opositores políticos locais e, em certos momentos chegando a expressar entusiasmo pelas conquistas do que insiste em chamar de “Revolução de Março de 1964”. É por esse caminho que o presente artigo visa compreender como a partir das comemorações sobre o 31 de março de 1964, o jornal O Mossoroense vai se imiscuindo de seu lugar como veículo de ideias emedebistas e restringisse a polarização entre Alves e Rosados.

O uso do periódico e da fonte oral na construção de uma narrativa sobre fugas e rebeliões na Penitenciária Estadual de Alcaçuz

Laís Luz de Menezes

Neste trabalho, pretende-se analisar o histórico de fugas e rebeliões da Penitenciária Estadual de Alcaçuz (PEA), inaugurada no ano de 1998 e localizada no município de Nísia Floresta (RN), a qual abriga uma média de mil homens em cumprimento de pena privativa de liberdade no regime fechado. Observa-se que é recorrente no cotidiano dessa instituição prisional a ocorrência tanto de fugas como de rebeliões. No entanto, esse fato se tornou mais frequente nos últimos anos, notadamente no ano de 2015, em especial no mês de março, quando houve uma rebelião de grande proporção, que se estendeu por alguns dias. Esse acontecimento terminou por desorganizar o espaço prisional, possibilitando uma série de fugas de apenados, nos dias e meses subsequentes. A partir dessa constatação, passamos a nos interrogar sobre os motivos que levaram esses homens a se rebelarem numa proporção nunca antes imaginada,



assim como nos questionamos acerca dos fatores que têm contribuído para o aumento do número de fugas a partir da deflagração da rebelião de março de 2015. Para responder aos questionamentos propostos foram utilizadas, além de outras fontes, o jornal Tribuna do Norte e entrevistas colhidas com agentes penitenciários e apenados.

A representação da cidade de natal por meio do discurso: Um estudo sobre o desejo de praticar o bairro da Ribeira no século XXI.

Anna Gabriella de Souza Cordeiro

Quando se coloca a conservação do Patrimônio Histórico como problema a ser estudado e discutido, faz-se necessário avaliar o sentimento de perda de um cotidiano que ficou para trás e foi substituído, embora não sem traumas para a continuidade histórica e social da cidade. Ao entender que a cidade não é construída apenas materialmente, como também é representada no imaginário social através de diversos elementos, tais como: o discurso, as imagens fotográficas, os cartões postais, as músicas, dentre outros. Neste artigo o elemento abordado será o discurso, para a compreensão da temática, parte-se da premissa de que o espaço é praticado, conforme explica Certeau. Por esta definição, as práticas são construtoras da materialidade física e da configuração simbólica das cidades, são incentivadas pelo desejo. Segundo Deleuze e Guattari, o desejo é responsável por qualquer feito humano. Assim sendo, entende-se que a prática urbana é realizada através do desejo, que, por sua vez, tem na representação social da cidade um incentivador ou inibidor desse desejo de ação. De acordo com o pensamento de Chartier, a representação pode ser percebida nos discursos que compõe o imaginário urbano e pode influenciar, mesmo que indiretamente, na configuração do bairro. O que revela um encadeamento de processos interligados que atuam na atual conformação urbana. O universo desta pesquisa delimitou-se nos relatos jornalísticos que abordam o bairro da Ribeira no século XXI. Para tanto, foram selecionadas reportagens dos jornais: Tribuna do Norte, Diário de Natal e Novo Jornal, a fim de discutir a difícil relação existente entre a cidade do passado e a cidade do tempo presente, reconhecendo que hoje, ambas, participam de um mesmo contexto urbano. Assim sendo, o estudo da atual cidade do Natal, partindo da representação do bairro da Ribeira no século XXI, caracteriza este artigo como uma abordagem da história cultural do tempo presente. Objetiva-se então, identificar uma das possíveis razões capazes de justificar a falta de desejo social em praticar o bairro



histórico de Natal, a fim de verificar se a Ribeira participa da concepção dos lugares malditos, fornecida por Pesavento. A representação do bairro, neste caso a difundida pela mídia impressa, pode explicar a falta de desejo referente às práticas urbanas, destacando-se o fato de se tratar de um espaço que é circundado pelos bairros mais valorizados da capital potiguar. Essa abordagem pode possibilitar, em parte, o entendimento do fracasso, ou, da não continuidade das iniciativas voltadas para a requalificação do centro histórico natalense.

Nas tramas do discurso, a fabricação de um ideal: o centro social morrinhense e a invenção de uma cidade emancipada (1933–1957)

Cid Morais Silveira

Pretendemos, nesta pesquisa, investigar a invenção de uma dada espacialidade, a cidade de Morrinhos, por meio da atuação de intelectuais, da fundação do Centro Social Morrinhense e das estratégias destes junto ao poder político estadual na tentativa de emancipar politicamente a urbe. Entendendo a realidade e as construções espaciais como fabricações humanas, almejamos compreender, por meio da analítica de Michel Foucault, como emergiu um conjunto discursivo construído por intelectuais, permeado por noções de progresso e modernização, cuja estratégia visava legitimar o movimento pela emancipação da cidade. Nosso recorte temporal vai de 1933 a 1957, ano em que ocorre a invenção de Morrinhos como espaço emancipado politicamente de Santana do Acaraú. Esta pesquisa será articulada, teoricamente e metodologicamente, aos campos da História Cultural e dos Intelectuais, como uma melhor possibilidade de entender a historicidade do Centro Social Morrinhense e de seus membros, seus modos de filiação, suas produções discursivas, sua dinâmica institucional e suas estratégias políticas que visavam legitimar suas ações e ideais. Como fontes, analisaremos as atas de reuniões do Centro Social Morrinhense; o jornal Voz de Morrinhos, onde eram vinculados e publicizados os discursos; banco de imagens de reuniões do C.S.M e da cidade em diferentes temporalidades; narrativas orais de ex-membros da instituição, dentre outras. Com este trabalho, pretendemos contribuir para pluralização da história de Morrinhos, compreendendo como um grupo de intelectuais, amparados por uma instituição, inventaram e fabricaram um determinado espaço urbano.



Simpósio temático VII

História indígena e do indigenismo no Rio Grande
do Norte: identidades e emergências étnicas em
perspectiva histórica

Coordenação:

Lígio José de Oliveira Maia – Doutor – UFRN

Sessão I – 28/07/2016

História indígena e indigenista na documentação avulsa do arquivo histórico ultramarino concernente ao Rio Grande do Norte (AHU–RN) – Século XVIII

Victor André Costa da Silva

O Conselho Ultramarino (1642–1833) foi criado por D. João IV para organizar a administração das conquistas (Índia, Brasil, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde), no intuito de operar e tomar conhecimento sobre os seus domínios, uma forma de estender seus tentáculos de atuação visto que a cabeça desse grande corpo se encontrava em Lisboa. Toda a comunicação entre a Coroa portuguesa e a Capitania do Rio Grande produziu uma riqueza documental que merece análise e discussão sobre diversos momentos da história colonial e principalmente a observação e problematização de diversos temas, dentre eles, sobre a presença dos índios nesses documentos – foco central deste trabalho. A partir do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), fundo documental que contém o acervo referente ao Conselho Ultramarino, e a leitura da documentação avulsa referente à Capitania do Rio Grande, busca-se desconstruir a ideia do índio passivo e sem protagonismo no decurso da história, atentando para a sua participação em diversos momentos, seja direta ou indiretamente, como no período da administração das aldeias indígenas; na Guerra dos “Bárbaros” e na atuação dos Terços dos Paulistas; em questões ligadas à terra e ao trabalho; na ação de administradores no período do Diretório Pombalino e, por fim, em demandas de capitães–mores sobre as vilas de índios e na relação de outros agentes sociais envolvidos. Pretende-se, portanto, expor os índios como parte ativa na construção



desta sociedade a qual estavam inseridos, abandonando a ideia que os tratam sempre sujeitos à vontade de outros ou exercendo um papel de submissão.

**“Para o aumento espiritual e temporal deste Bispado e salvação das almas”:
interação e atuação indígena através do Livro de Tombo da Paróquia de
Portalegre, capitania do Rio Grande do Norte (segunda metade do século XVIII)
Ristephany Kelly da Silva Leite**

Em meados do século XVIII, os antigos aldeamentos indígenas foram transformados em Vilas de índios. No Rio Grande do Norte, foi registrada a elevação de cinco aldeamentos à condição de vilas, sendo elas Vila Flor, Extremoz, Arêz, São José e Portalegre. A Vila de Portalegre, única das cinco vilas situada no interior da capitania, recebeu além dos indígenas da Missão de Apodi, os índios Paiacu de Monte-mor, o novo da América, da Capitania do Ceará. A partir do momento de elevação da vila, estes grupos indígenas teriam que conviver com os demais moradores da capitania e se integrar ao modo de vida deles. Mesmo com a dificuldade em se encontrar documentos que abordem a questão indígena no período colonial, o historiador encontra indícios da atuação destes agentes históricos nos espaços destinados ao convívio coletivo entre todos os moradores da vila e nos espaços privados, de convívio entre seus pares. Neste sentido, o presente trabalho se propõe a analisar o Livro de Tombo da Paróquia de Portalegre, documentação importante por apresentar não somente a atuação da igreja na vila em questão, mas também por apontar diversos temas do cotidiano da vila, como atividades econômicas através dos rendimentos dos dízimos, sociais pelas determinações eclesiásticas a respeito da maneira de se portar e agir dos moradores da vila, a fim de tentar perceber como ocorria a interação entre índios e não índios e de que modo os índios atuavam nesta comunidade.

**De senhores do sertão a algozes do litoral: a Guerra dos Bárbaros e o medo do
tapuia (1687–1689)**

Júlio César Vieira de Alencar

O presente trabalho tem por objetivo analisar a atuação do Senado da Câmara da cidade do Natal nos anos iniciais da Guerra dos Bárbaros, sobretudo nos pedidos de socorro que essa instituição encaminhou para as autoridades coloniais e metropolitanas entre os anos de 1687 e 1689, nas quais se relatava que, além dos danos e mortes



provocados no sertão da capitania do Rio Grande, os “bárbaros” ameaçavam a cidade do Natal e outras povoações estabelecidas na faixa litorânea. Haveria, de acordo com os oficiais da câmara, o risco da capitania ser "despejada", caso não fosse encaminhado o auxílio necessário. Percebe-se que as análises sobre a conquista do sertão das Capitanias do Norte do Estado do Brasil tendem a focar nas ações que possibilitaram a incorporação desses espaços à sociedade colonial. Entretanto, parte da documentação produzida pela Câmara de Natal no fim da década de 1680 demonstra a fragilidade das povoações litorâneas e a forma como a "rebelião dos tapuias" chegou a ameaçar não apenas o estabelecimento de moradores no sertão da Capitania, mas algumas localidades situadas na zona costeira, inclusive a própria cidade do Natal. Nos utilizaremos, principalmente, dos registros presentes no Livro dos Termos de Vereação e no Livro das Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, além da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, para demonstrar a presença do medo, sobretudo com relação ao "outro", no discurso das autoridades da Capitania do Rio Grande nesse período.

Nem só *frecheiros*, nem agregados. A força de combate dos índios da Serra de Ibiapaba no processo de expansão da Coroa portuguesa nas capitanias do Norte – Século XVIII

Lígio de Oliveira Maia

Localizada na fronteira das capitanias do Ceará e Piauí, a aldeia de Nossa Senhora da Assunção ou simplesmente aldeia de Ibiapaba era uma aldeia cristã governada pelos jesuítas (1700–1759). Ao longo do século XVIII, o número de índios aldeados oscilava entre quatro mil e 7.500 almas. Ainda que surpreendente, não era o contingente demográfico que mais chamava a atenção da coroa portuguesa. O valor dos índios da aldeia de Ibiapaba estava no seu uso enquanto uma força militar aliada combatendo eles, em várias ocasiões ao longo dos Setecentos, índios hostis e contrários aos interesses da coroa na região entre as capitanias do Ceará, Piauí e mesmo no Maranhão. Enquanto força de combate, inexistia qualquer vestígio de seu uso ou apropriação por régulos do sertão, portanto, nunca foram agregados de quaisquer figuras proeminentes de mando ou senhorio. Sua ação militar aliada à coroa portuguesa consubstanciava-se na relação com autoridades de Recife e da capitania do Ceará: no primeiro momento com a intermediação dos missionários jesuítas (1700–1759), depois,



a partir de suas respectivas lideranças na condição de índios vilados. Pelos elementos até aqui colocados, espera-se perceber a relativa autonomia que granjeava a força militar dos índios de Ibiapaba, assim como elencar alguns elementos de sua organização militar e, assim, construir um quadro mais amplo da importância desses índios quanto aos interesses coloniais. E, não menos importante, constatar como os próprios índios se apropriaram dessa condição especial de vassalos, mas de vassalos guerreiros que muito longe estiveram de serem tão somente meras “peças de apoio” no xadrez dos conflitos no sertão.

Sessão II – 29/07/2016

Etnohistória, Identidade, Indigenismo e Etnogênese: Um olhar sobre os Caboclos do Assú/RN

Kamyla Raphaely Macêdo Monteiro

O presente trabalho objetiva propor uma discussão acerca do contexto atual da comunidade dos caboclos, que está localizada no município de Assú/RN, o qual é banhado pelo Rio Piranhas/ Assú, e tem sido historicamente reconhecido como palco de uma das maiores resistências indígenas que ocorreu na segunda metade do século XVII e início do século XVIII, conhecida como “Guerra dos bárbaros”. Como acreditar que todos foram dizimados em um lugar onde houve tamanha relutância? Os índios, que antes da chegada dos europeus eram apenas nativos, foram logo “vestidos” e assim chamados, integraram-se aos costumes dos colonizadores e com eles aprenderam e compartilharam, sendo isso uma das formas de suas resistências. Passaram por todo um processo de transformação social não apenas politicamente, mas também em termos de definição de identidade, seleção e incorporação inventivas de elementos auxiliares, por um processo de Etnogênese. Pessoas fora da comunidade questionam e desconfiam da sua identidade por quererem dessa vez “despi-los”, porém, eles novamente reagem, afirmam a sua existência dizendo que lá estão e do jeito que são, mostrando-se protagonistas da sua própria história e desejando uma reparação. Sendo assim, o trabalho parte da análise territorial de ocupação da comunidade dos Caboclos, que devido à conquista, seguida de guerras e conversão religiosa, fizeram com que eles buscassem outras formas de sobrevivência, e adentra numa análise contextual de que hoje são eles próprios que negam esse histórico de extermínio. No início do século



XXI, os Caboclos do Assú também passaram a ser vistos e a se auto reconhecerem graças à contribuição do Indigenismo, que é caracterizado pela defesa e valorização das populações indígenas. Eles passaram a afirmar sua identidade, estabelecendo relações políticas e sociais com outros índios, tanto do estado como de estados vizinhos, produzindo e reproduzindo formas de diferenciação social, fazendo-os assim, sujeitos aptos às políticas específicas das populações indígenas. Diante da análise exposta, rumo no sentido de aclarar o processo da etnicidade dos Caboclos do Assú a partir das relações mantidas com os agentes históricos externos e sempre que possível contextualizá-los em relação a estudos anteriores na área, é que serão alcançados os objetivos. Palavras chaves: Etnohistória, Identidade, Indigenismo, Etnogênese.

Globalização e (des)integração desenvolvimentista do índio na Ditadura Militar Brasileira: uma cicatriz histórica esquecida pela coletividade escolar

Rhayara Lira de Souza

Diante da constante discussão acerca da abordagem cultural e pedagógica das minorias sociais pela educação básica brasileira e levando-se em consideração a existência de leis para a garantia desse pressuposto, como a 11.645 de 10 de março de 2008, que determina o ensino de cultura indígena, bem como africana nas salas de aula do ensino fundamental e médio de escolas públicas ou privadas no Brasil, emerge a Comissão Nacional da Verdade, trazendo à tona um passado de dor, opressão e cerceamento dos direitos humanos indígenas em território brasileiro no período da Ditadura Militar. No relatório da referida comissão, evidenciam-se claramente subjugação, reificação e animalização do índio em prol dos interesses dos militares, bem como o exercício de diversas opressões em detrimento do argumento desenvolvimentista e globalizante que emergia à época, para respaldar o tão falado “Milagre Econômico”. Nessa perspectiva, os abusos cometidos contra os povos indígenas foram desde participações involuntárias em conflitos entre população civil e militares (como na Guerrilha do Araguaia) até exploração de sua força de trabalho e prática de tortura em prisões por eles mesmos – os índios – comparadas a campos de concentração (a exemplo do Reformatório Krenak). Nesse enfoque, este artigo fará uma abordagem crítica sobre a ideia de “integração” que se aplicou às diversas etnias indígenas durante a Ditadura Militar enquanto mecanismo cerceador e limitante dos direitos humanos dos referidos povos, demonstrando a necessidade de se estabelecerem debates sobre o assunto nos mais



variados ambientes escolares, sobretudo para que nos voltemos enquanto sociedade com um olhar compreensivo e politizado para a comunidade indígena nacional, tão esquecida pelos livros didáticos e debates de salas de aula do país, ressaltando, evidentemente, as consequências disso na formação da sociedade civil. O trabalho deterá atenção ainda para a abordagem de ideias pertinentes à discussão do tema, como por exemplo a de globalização defendida por Zygmunt Bauman, ao propor que este é um processo expansionista e limitante ao mesmo tempo, que comumente une enquanto separa comunidades. Constatção que se faz ao analisar grupos a partir de óticas internas e externas concomitantemente, relação explicada pelo autor por meio da exploração dos mais fracos pelos mais fortes e pela desintegração local que se exerce em muitos dos casos nos quais se tenta aplicar integração global. Outrossim, a proposta é desconstruir o que se entende por aculturação e da própria utilização desse conceito como elemento útil às classes dominantes e que por tanto tempo subjugaram os indígenas. Baseando-se também nas ideias de autores como Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, a proposta aqui é questionar a referida prática por meio da problematização de conceitos como o de Ocidentalização e Transculturação.

Imagens do Marechal Cândido Rondon no filme Yndio do Brasil (BACK, 1995)

Luana Ramalho de Sá Leite

Este trabalho analisa as imagens sobre o Marechal Rondon utilizadas por Sylvio Back no documentário Yndio do Brasil (BACK, 1995) e a forma como elas dialogam com as músicas “Índio quer apito” e “Ritual da perfuração da orelha”, e com o poema “footing”. A partir da interação entre as formas de linguagens (imagens, música e poema) buscou-se compreender como Back apresenta uma visão diferente da imagem romantizada e ideologizada a respeito dos feitos de Rondon. Na sequência de imagens do documentário sobre Rondon, a impressão que fica é a de um índio explorado pelas expedições. Yndio do Brasil, Sylvio Back, 1995, é um documentário que possibilita ao espectador variadas construções, pois não é intenção do cineasta dar um sentido sequencial e lógico, visto que Back defende o discurso “desideologizado” de produção. Ele composto por colagens de dezenas de filmes nacionais e estrangeiros de ficção, cinejornais e documentários, que pretende mostrar como o cinema vê e apresenta o índio brasileiro desde suas filmagens mais remotas. São imagens acompanhadas por músicas, em sua maioria da MPB, e poemas escritos por Back e narrados por José



Mayer. Após passar cerca de três anos pesquisando em arquivos públicos e privados nos Estados Unidos e no Brasil, Back conseguiu reunir mais de oitenta títulos numa única obra de 63 minutos.



Simpósio temático VIII

Ficção e História pública: debates sobre as
apropriações do saber histórico pelas narrativas
ficcionais

Coordenação:

Mariano de Azevedo Júnior – Doutorando – UNP/UFU

Sessão I – 27/07/2016

Homem, mito e cultura: como o mito se apresenta no mundo contemporâneo

Erick Matheus Bezerra Mendonça Rodrigues.

Este trabalho tem como escopo analisar a função do mito, em seu caráter histórico, para o homem da modernidade contemporânea. A concepção mítica não se dissocia da sociedade ocidental moderna, pretensamente profana. Dentro desta, os sistemas mitológicos se perpetuam e continuam a ser produzidos, embora sejam pensados de forma diametralmente distinta que em outras épocas da história. Desta forma, busca-se analisar as formas pelas quais o homem moderno entende e ressignifica o mito sendo, por si, não apenas um apreciador do pensamento mítico, mas um produtor do mesmo. Desta forma, o mito se dissemina por um longo universo cultural na modernidade, através do cinema, de jogos e da sua atávica parceira, a literatura. O mito, em sua dimensão histórica, é perpetuado de diversas maneiras, configurando-se como elemento essencial do pensamento humano. Sendo assim, busca-se entender como os mitos processualmente influenciam o homem moderno, tendo como fontes de análise algumas diversas formas de produção cultural do mundo moderno. No decorrer da formação do mundo ocidental, a narrativa mítica perdera grande parte de sua essência religiosa. O discurso religioso, na atual sociedade secularizada, já não possui a primazia sobre o pensamento mítico, embora esteja indissociavelmente ligado ao mesmo. Não obstante, o mito subsiste; tal subsistência assume uma forma peculiar, adequada à situação da sociedade moderna. Para tal, a narrativa mítica se fragmentara, assumindo diferentes formas, que não possuem um arcabouço sacro ou metafísico, mas que, entretanto, continuam a se configurar como estruturas de sentido



(BURKERT, 2001), narrativas complexas e orientadas às necessidades cotidianas, espirituais ou psíquicas do ser humano. Tais estruturas permeiam a existência humana em forma de literatura, cinema, arte e diversos outros meios que, em si, sejam capazes de criar narrativas estruturalmente simbólicas, capazes de servir como transmissora de símbolos para outros. Dessa forma, utilizando-se desses meios de propagação, vemos que “Entre o mito e a razão, encontramos ambos representados nas artes e na cultura” (TRIGO, 1988: 120).

Como era gostoso meu francês: cultura visual e alegoria política

Gabriela Cavalcanti Machado

O presente artigo tem como objetivo analisar alguns elementos históricos agenciados pela cinematografia nacional dos anos de 1970, notadamente, no filme *Como era gostoso meu francês*, de Nelson Pereira dos Santos. Através das discussões sobre cultura visual, relacionaremos os estudos visuais e análise histórica, nos interessando identificar as matrizes visuais e discursivas espaciais com os quais o filme dialoga. A partir do recorte espacial da paisagem e do entendimento do filme enquanto alegoria política, a intenção é analisar como a memória social da visão de paraíso e do índio foram atualizados conforme a necessidade e anseio da produção nacional em meio a Ditadura Civil-Militar.

Doze anos de escravidão: quando o cinema se torna janela para o passado

Maria Luiza Rocha Barbalho

A cultura histórica norte-americana é marcada por fortes tradições cívicas. Entretanto, existem certos momentos traumáticos para os quais os americanos não gostam de olhar, entre eles, a escravidão. A mais recente narrativa fílmica contemporânea sobre escravidão norte-americana, o filme *Doze anos de escravidão* (2014) de Steve McQueen, é baseado relato testemunhal homônimo de Solomon Northup publicado em 1853. Neste trabalho, procuramos analisar como o filme citado acima retrata tal realidade e como ele gerou de diferentes recepções em torno de sua representação do passado escravocrata.

“No ceará não tem disso não”: estratégias de (re)afirmação de uma masculinidade nordestina na obra de Luiz Gonzaga



Paulo Higor Duarte de Souza

O presente trabalho faz parte de um projeto de pesquisa intitulado “Lá no meu pé-de-serra deixei ficar meu coração: a saudade e a invenção da terra natal na música de Luiz Gonzaga (1940–1989)” e visa propor um entendimento da obra do cantor Luiz Gonzaga como sendo, entre outras coisas, mais um objeto de análise privilegiado para a compreensão do processo de definição de um tipo ideal de habitante correspondente a um Nordeste assentado firmemente nas bases da tradição, da resistência e da virilidade, e que estava sendo cada vez mais relegado ao declínio, à ligação com um passado de glórias destruído pela modernidade. Assim como entre fins do XIX e o início XX as elites agrárias do nordeste, percebendo sua progressiva perda de protagonismo no cenário nacional, dão vazão a um esforço de definição desta região enquanto uma unidade imagético–discursiva, também isto acontecerá em relação a constituição de um tipo ideal de habitante desta região como possuidor de características específicas que o tornava merecedor de atenção no cenário político, econômico e social nacional e que também o colocava em uma posição de guardião das tradições e de modelo autêntico de nacionalidade, um modelo não corrompido pela modernidade e pelo avanço urbano–industrial notado no Brasil. Como o avanço da modernidade era entendido enquanto feminização da sociedade, o modelo ideal de habitante da região – o nordestino – opondo–se a tal panorama, foi então descrito, divulgado, inventado a partir da valorização de suas características ligadas ao masculino, entre elas a rudeza, a valentia, a disposição para o trabalho, para o enfrentamento de uma natureza hostil. Em conjunto com a invenção do Nordeste está a do nordestino, que é notadamente falocêntrica. Utilizando–se do conceito de invenção (ALBUQUERQUE JR, 2011, 2013), pretende–se no trabalho entender as estratégias de formulação do discurso e reorganização do imaginário sobre o que é ser um homem do/no nordeste adotadas por Luiz Gonzaga associando–as com o acumulado histórico desse exercício de invenção, a exemplo das obras dos tradicionalistas da década de 20 e da literatura regional dos anos 30, mas também – e principalmente – pontuando as diferenças e ressignificações que a própria experiência do autor e do seu público inicial, a experiência da migração para o Sul, promovem no que diz respeito a uma mudança de sensibilidades e de sociabilidades. Compreender a obra Gonzagueana e sua repercussão como formuladoras, reorganizadoras, reafirmadoras de um modo de ser masculino e nordestino suscita também dar luz à força do apelo ao passado, ao saudosismo presente em suas músicas



como potencializadores da aceitação e introjeção de tal modelo de identidade em um momento de experimentação da desterritorialização, de estranhamento em relação a um novo cotidiano, questões sobre a qual se debruçará também – sob o aparato teórico de uma História das Sensibilidades – o presente trabalho.

O som que se guarda: a invenção de um arquivo sonoro na obra dos folcloristas do Nordeste (1920–1950)

Leonardo Carneiro Ventura

Este trabalho é fruto de uma pesquisa iniciada com a dissertação “Música dos espaços: paisagem sonora do Nordeste no Movimento Armorial”. Neste trabalho, procurei analisar o discurso musical armorial surgido em Recife, a partir da década de 1970, e que se propunha produzir uma arte ao mesmo tempo erudita, mas baseada naquilo que se chamou de as “raízes populares da cultura brasileira”. Herdeiros do pensamento regionalista surgido no início do século de XX, Ariano Suassuna, líder intelectual do Movimento, e Antônio Madureira, responsável pela composição da música armorial, pretenderam produzir o que denominaram uma “música erudita popular nordestina”, lidando com o que seriam as “raízes da música popular do Nordeste”. Partindo desta investigação anterior, minha pesquisa atual, realizada no âmbito do curso de Doutorado em História da Universidade Federal de Pernambuco, desloca-se da leitura armorial para adentrar a emergência do arquivo sonoro que ele utilizou; deixa de tratar a forma como o Movimento Armorial lidou com o que considerou “as raízes da música popular nordestina” e a música que buscou elaborar inspirada nesses sons fundamentais, para então questionar que sons e “raízes” seriam esses e o processo pelo qual foram pensados como tais. Trata-se de analisar quais sons foram pinçados em um determinado momento da história, primeira metade do século XX, por um dado grupo de autores que se diziam estudiosos do “folclore”, para formatar um arquivo sonoro “típico” do espaço Nordeste. Concentrando minhas fontes inicialmente nas obras de Gustavo Barroso, Leonardo Mota, José Rodrigues de Carvalho, Luiz da Câmara Cascudo, Théo Brandão e Nery Camello, no período de 1920 a 1950, minha pesquisa busca problematizar o surgimento de uma audibilidade para a região Nordeste, uma maneira específica de ouvir e de soar – através da música – o espaço nordestino. Esta emergência nada tem de natural ou caótica, mas está ligada ao trabalho de compilação de sons – danças, cantos, timbres – dentre outros elementos imagéticos e discursivos,



presente na obra dos folcloristas. Neste trabalho, aproveito para apresentar os resultados preliminares de minha pesquisa, quando me debruço sobre as primeiras publicações de Câmara Cascudo, durante a década de 1920. Estas obras vão no sentido da elaboração de uma paisagem sonora própria ao mundo sertanejo. Cascudo desenvolve uma relação conflituosa com a modernidade. Em seus primeiros textos, percebe-se a preocupação de associar à imagem da cidade moderna um ambiente de ruídos, sons de máquina, dissonâncias; enquanto descreve o sertão como um espaço de silêncios monásticos, vozes murmurantes, timbres suaves como o “chilrear dos pássaros”, o “canto tranquilo dos rios”, ou o “sussurro lento do aboio”. Esta investigação inicial é importante para percebermos a emergência de uma nova sensibilidade, na passagem entre os séculos XIX e XX, voltada para o rural, ligando som e espaço.

Sessão II – 28/07/2016

Quadrinhos que (re) contam histórias: problematizando apropriações e representações da historiografia clássica potiguar em hq's. (1990–2000)

Filipe Viana da Silva

Problematiza as apropriações da historiografia clássica potiguar pelos artistas do Grupo de Pesquisa em História em Quadrinhos (GRUPEHQ) e suas representações por meio da arte sequencial. O conceito de arte sequencial é definido, na concepção de Will Eisner, como um veículo de expressão criativa, uma disciplina distinta, uma forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia. Elegeu-se, enquanto objeto de estudo, a 6ª edição da revista A História do Rio Grande do Norte, a qual foi lançada pelo grupo em 2001. Os elaboradores destacam, através da linguagem dos quadrinhos, temas que envolvem a colonização potiguar, o processo de interiorização da capitania, etnias, o ciclo do algodão e do gado e povos indígenas. Metodologicamente, realizou-se uma revisão de autores como Moacyr Cirne (1970, 1990, 2000, 2006) e Anchieta Fernandes (2011); no âmbito da historiografia clássica, a pesquisa deu ênfase à produção de Luís da Câmara Cascudo (1955). Tomando o conceito de representações, a partir de Roger Chartier (1990), percebemos que os quadrinistas do GRUPEHQ conceberem e narraram, por meio da arte sequencial, olhares, interpretações e visões de mundo, de



lutas e embates, ocorridos em determinado tempo e espaço da História e da historiografia clássica produzida sobre o território potiguar.

Negros e religiões afro-brasileiras na literatura regional/poética nordestina

Natiele Fernanda de Souza Barbosa

A literatura popular é segundo Mark Curran: o retrato de um povo com uma maneira de viver de um país e de sua visão dos eventos. O cordel trás as histórias populares e seus aspectos descritos poeticamente, aspectos esses políticos, culturais, religiosos, econômicos, sociais, sendo um reflexo do cotidiano do “povo”, apresentando a interação popular com a religiosidade. Assim como também a literatura regional em seu todo. Esse trabalho parte da pesquisa que se delimita na análise e percepção do espaço das religiões afro-brasileiras nessa literatura, em especial o cordel, do projeto intitulado “As religiões afro-brasileiras na literatura regional”, orientado pelo Prof. Dr. Lourival Andrade Júnior. Aqui discutiremos o que é trazido nas obras populares/regionais sobre as religiões afro-brasileiras, isso quando há algo. Entenderemos nesse âmbito todo o que há de presente nessa literatura regional sobre as religiões afro-brasileiras e o negro, partindo dos resultados até então encontrados sobre os espaços dados a essas temáticas.

A visão de Jorge Amado sobre os pescadores no romance mar morto (1936)

Thaline Rayane Reinaldo da Silva

Na virada do século XIX para o XX, o Ocidente vivenciou uma série de transformações históricas e sociais que afetaram as sensibilidades dos sujeitos da época. A experiência da modernidade desnorteou uma série de valores que definiam os papéis sociais, e logo, emerge-se em uma consciência coletiva de traços de uma sensibilidade saudosista, na qual os indivíduos passam a retomar o passado para orientar as suas ações no presente e também projetar um futuro ideal. No ano de 1930, Jorge Amado muda-se da Bahia para o Rio de Janeiro no intuito de estudar Direito, o que representa para ele uma mudança brusca de contextos culturais no deslocamento para um grande centro urbano. Nesse período, ele entrou em contato com nomes importantes do cenário intelectual carioca que lhe influenciaram no início da sua carreira de escritor. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) era notadamente formado por intelectuais e foi uma das organizações que se posicionaram contra a postura autoritária que o governo varguista



começava a adotar. Jorge Amado foi um desses intelectuais que se aproximou das lutas e discussões do PCB e também participou do movimento literário chamado Romance Social de 30, marcado por um enfoque realista, em que os enredos colocavam em cena os antagonismos sociais. Nesse sentido, o autor utilizou da literatura como veículo de sua militância política relacionada ao Partido Comunista Brasileiro. Inspirado pelo gênero Romance Proletariado socialista, certamente a década de 30 foi uma das fases mais engajadas do autor em relação às questões políticas. No entanto, em 1936, ele lança o romance *Mar Morto*, nele predominou uma poética romântica e evocou-se um tempo mítico, surpreendeu ao destoar da representação dos anseios do proletariado urbano-industrial. No romance, o autor sobrelevou um território particular, uma fímbria à margem da cidade, entre o urbano e o mar, e também focaliza na representação de um tipo específico de trabalhadores, os do mar, os pescadores. Como se sabe, *Mar Morto* é uma construção ficcional de lugares idílicos em que imperam os valores morais de uma ética comunitária. No enredo do romance, o autor representa os pescadores a partir de uma ótica específica, atravessada pelas suas experiências, seu presente histórico e as suas projeções de futuro. Portanto, o objetivo da presente proposta de trabalho é investigar como esse romance enfoca uma categoria específica de trabalhadores, os pescadores, como ele relaciona o mito e a história e em que medida esse romance nos ilumina acerca de uma possível sensibilidade saudosista no autor.

Milagre e cordel: A Saga de José Leão (Florânia/RN)

Virginia Gislany Alves Ferreira

A religiosidade popular, e não oficial, é pratica bastante comum no nordeste, assim como a literatura de cordel. Esse trabalho enfoca nessas duas temáticas: explicar como se dão as devoções que estão a mercê da oficialidade canônica e como o cordel trata o mesmo. Especificamente o trabalho falara sobre milagreiro José Leão (20/01/1887 – Florânia), Zé Leão, como é conhecido popularmente, foi esquartejado e queimado. No lugar onde ocorreu o crime, os populares construíram uma Capela e uma cruz, que recebe muitos devotos da região e até de outros lugares em busca de um milagre. Os objetos de estudo serão um cordel de José Acaci, denominado “História de José Leão” (Janeiro/2010), que conta essa saga e os motivos da morte de Zé Leão e termina a



prosa dizendo que não se sabe se é verdade ou ficção mas que a história é bela e a capela está para comprovar a memória que o cordelista chama de “Santo Popular”. O outro objeto para análise é um artigo de Mary Campelo de Oliveira, que tratara os elementos que construíram a formação santificada que tornou Zé Leão em um milagreiro popular, diferenciando de outros mortos. Portanto a metodologia será posta juntamente com os estudos da história cultural, seguindo o pensamento de Nikolau Sevcenko que “a literatura pode propiciar ao historiador novas vozes que não aparecem na História tradicional”, e o trabalho em geral busca esse pensamento.

Um instante no tempo, gênese de mundos: a construção de um Nordeste na perspectiva de Newton Navarro

Henrique Alexandre Medeiros De Lucena

O presente trabalho visa identificar de que maneira o intelectual Newton Navarro figurou o Rio Grande do Norte e Natal a partir do discurso tradicionalista Freyriano. Sua dualidade entre o mar e o sertão constrói um Nordeste popular, de força e virilidade bem diferente daquele retratado por Portinari, por exemplo. O Nordeste é, sem dúvida, um lugar de múltiplas temporalidades e percepções, de várias sensibilidades e discursos, sendo sobre ele construído por Cantores, poetas, pintores, cineastas e dramaturgos uma memória visual que é adicionada a um repertório já existente e resignificada a todo instante. Ao observar a obra navarreana, visualizamos uma miríade de animais, tipos sociais, profissões que criam um mundo chamado de Nordeste e dentro desse espaço não apenas geográfico, mas, sobretudo social, a constituição de outros mundos, cartografados pela sensibilidade do pintor, como a cidade do Natal. Cidade identificada como um espaço de saudade, em que a modernidade instalada a partir da segunda guerra recharacterizava o tempo e o espaço. Ao mesmo tempo Navarro cartografa uma cidade do masculino, de profissões de força e rusticidade, salineiros, pescadores e marinheiros, homens do povo, que guardam em si mesmos a Natal que desaparecia em meio às reformas urbanas e aos novos discursos que emergiam da ideia de civilização que a modernidade configurava entre os anos 1950 a 1980. Navarro vem através de sua produção imagética, pictórica e literária construir um lugar da anti-modernidade, onde a matize de sua formação é o masculino. O Nordeste é figurado como um universo do macho, em que até a mulher é virilizada, em suas ações e seus corpos. O mar e a caatinga são espaços em que o homem nordestino (aqui se inclui a



mulher) é colocado a provar a sua superioridade social e genética, evidenciando bravura, virilidade e honradez, forjada a partir da capacidade de adaptação e manutenção de uma integridade cultural, não contaminada pela fragilidade e delicadeza feminina estabelecida nos corpos pela tecnologia, pelo urbano e pelas imigrações que debilitaram o Brasil, principalmente com o advento da República. O Nordeste é o lugar da conservação de um Brasil, que se descaracterizava com a modernidade, tornando-se o espaço da saudade, da sobrevivência dos elementos que por excelência forjaram o povo brasileiro desde o início da colonização a partir de um sincretismo racial, que tinha como amálgama elementos ibéricos que justificaram a Expansão marítima e a Colonização, como o heroísmo atrelado a um ideal de nobreza e virilidade. Portanto, o estudo da obra navarreana é necessário para a identificação de um discurso formador da identidade natalense e norte rio Grandense. Usarei para tanto, como base teórica, principalmente a obra de Georges Didi-Huberman.

A morte da diferença, o chão da revolução, é o bom riso à flor da mão: Uma abordagem da transgressão de sujeito em Novas Cartas Portuguesas

Matheus Pinheiro da Silva Ramos

Pedro Luiz Câmara Dantas

Publicado em 1972, no contexto de uma ditadura conservadora, patriarcal e religiosa – o Estado Novo Português – *Novas Cartas Portuguesas* aborda temas da época como as guerras coloniais, a pobreza e, sobretudo, a liberdade do corpo, a violência e a discriminação femininas, despertando novas consciências e sensibilidades em um sistema sob o qual o discurso em relação às mulheres era pautado em teorias de caráter essencialista; de lugares e discursos permitidos e lugares e discursos proibidos. Imediatamente, o livro foi caracterizado como imoral, acarretando a instauração de um processo judicial contra as “Três Marias” e no recolhimento da obra pelo governo português. A partir desse fato, houve uma sensibilização da comunidade literária internacional em relação aos abusos do regime lusitano e o livro se apresentou como uma das últimas punhaladas no já fragilizado governo de Marcelo Caetano. Se existe uma palavra que represente a obra *Novas Cartas Portuguesas*, essa palavra é transgressão. As “três aranhas astuciosas” (Barreno / Horta / Costa 2010: 34) criticam os discursos permitidos às mulheres; o discurso do lar, da maternidade, da família. Resignificam as *Cartas Portuguesas* atribuídas a Mariana Alcoforado, escrevem as



Novas Cartas Portuguesas, aspiram e projetam Novas Portuguesas. Nunca revelaram a autoria dos textos e o livro não se encaixa em nenhum gênero literário, transgredindo e repensando as categorias autorais e morfológicas de seus escritos. Não à revelia destas, o artigo abordará a transgressão de sujeito da qual as autoras se utilizam para projetarem-se enquanto indivíduos engajados. Trata-se de analisar as relações entre os poemas Teresa, D. Tareja final, Isabel, Elizabeth Regina III |– talvez outros – e as autoras. Elas ressignificam figuras e tempos históricos em vista de construir um discurso sobre si, transgredindo seus sujeitos a partir dessas imagens que criam do passado – imagens que entram em sincronia com esse discurso que pretendem moldar. O encontro de tempos heterogêneos a partir de um choque, um lampejo, formando algo mais complexo, uma constelação. Para tal, utilizaremos metodologicamente as noções de imagem em Walter Benjamin e Georges Didi-Huberman; e a noção de discurso em Michel Foucault. Muito se discute acerca da passividade da mulher em relação a sua opressão, ou de sua reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal. Em oposição à História “miserabilista” – na qual se sucedem mulheres espancadas, violentadas, abandonadas – emerge uma mulher rebelde, que se articula e convoca seu gênero, engendrando discursos de emancipação em relação aos não só pesados, mas leves grilhões – que como linho – as aprisionavam. “Só de vinganças, faremos um Outubro, um Maio e um novo mês para cobrir o calendário. E de nós, o que faremos?” (Barreno / Horta / Costa 2010: 03).

Águas passadas: o saudosismo na fluidez do sertão em João Guimarães Rosa

Pedro Henrique de Almeida

João Guimarães Rosa é, sem dúvida, uma das figuras mais importantes da literatura brasileira. Suas obras, mundialmente conhecidas e aclamadas – destaque para Grande Sertão: Veredas – abordam insistentemente a temática camponesa, destacando elementos naturais e a simplicidade – aparente – de uma vida rural. Curioso é pensar que Guimarães Rosa nunca viveu uma vida propriamente rural, nasceu em Cordisburgo, interior de Minas Gerais, passando por Belo Horizonte, São João del Rey, Rio de Janeiro e Hamburgo, onde atuou como cônsul na embaixada brasileira. Esse fator torna possível a análise de um Guimarães Rosa saudoso, que coloca no campo a essência da sua personalidade cidadina, chegando a afirmar que a obra “Grande Sertão: Veredas” era uma “autobiografia irracional”. Esse sertão transita entre Deus e o diabo, carrega as



mais complexas e simples questões humanas, mergulha constantemente o homem na sua natureza animal e os emerge cada vez mais humanos. O deslocamento da realidade para o campo – seguindo a afirmação de que o sertão é o mundo – traz implícito uma mensagem que desejamos decodificar ao decorrer deste trabalho. Para tanto, transitaremos entre a História e a Literatura, desvendando os mistérios de sua subjetividade, que estrutura a construção de um universo sertanejo.



Simpósio temático IX

A Antiguidade e o Medievo em perspectiva

Coordenação:

Lyvia Vasconcelos Baptista- Doutora - UFRN

Marcia Severina Vasques - Doutora - UFRN

Sessão I - 27/07/2016

Governo coletivo na Mesopotâmia antiga: perspectivas e abordagens na historiografia

Hozana Danize Lopes de Souza

Tradicionalmente, a Mesopotâmia antiga tende a ser retratada como uma terra onde predominou o despotismo através de sacerdotes-reis que governavam de maneira autocrata, em suposto contraste com a ideia da “origem” de governos coletivos no Ocidente a partir da Grécia Antiga. Entretanto, desde os anos 1940, com as contribuições de Thorkild Jacobsen, vem se desenvolvendo na historiografia um debate complexo a respeito da existência de formas coletivas de governo na Mesopotâmia antiga (3000–1000 a.C.), mas permanecem muitas dúvidas sobre a natureza dessas instituições, seu funcionamento, e sua transformação no tempo. Dessa maneira, este trabalho tem como objetivo contribuir de maneira preliminar para uma discussão sistemática da questão das formas coletivas de governo nas cidades–Estados mesopotâmicas, tendo como centro uma revisão de abordagens historiográficas que debatem essa temática, do final do século XIX até hoje. Palavras–chave: Mesopotâmia – governo coletivo – abordagens historiográficas

Ramessés III entre o heroísmo e a decadência: um breve balanço historiográfico

Arthur Rodrigues Fabrício

Ramessés III (1187 a.C. – 1157 a.C.), segundo faraó da XX dinastia egípcia, reinou durante a passagem da Idade do Bronze para a Idade do Ferro no contexto de um delicado clima político e social, com tentativas de invasão por estrangeiros, greves de trabalhadores e uma tentativa de regicídio em meio a um golpe de estado. Com o



avançar dos milênios, a história colocou seu reinado em uma posição privilegiada, não somente pelos fatos ocorridos, mas pela quantidade significativa de documentação que foi capaz de chegar até o presente, fornecendo dados importantes sobre a construção de seu poder real e sobre a sociedade à sua época. Baseado nestas fontes, diversos egiptólogos chegaram a um impasse: Ramessés III teria sido o herói ou o vilão de seu tempo? O último bastião da coesão da sociedade egípcia à sua época ou o responsável por sua derrocada? Neste sentido, o objetivo desta comunicação é a realização de um breve balanço historiográfico acerca do tratamento destinado ao reinado de Ramessés III, da emergência da Egiptologia enquanto ciência às produções de meados da década de 50, destacando nestas os conceitos amplamente explorados de decadência e declínio fortemente integrados à produção da época e que geraram forte influência nos trabalhos posteriores.

Egito Antigo: uma dádiva do Nilo?

Keidy Narely Costa Matias

Referindo-se ao Egito, no V século a.C., Heródoto eternizou umas das mais famosas frases na história. Em um esforço de síntese daquela civilização, o historiador de Halicarnasso proferiu: “a maior parte do país é uma dádiva do Nilo” (II, X). Subjacentes à milenar idade desta sentença estão as variações interpretativas da mesma. Neste trabalho iremos analisar esta ideia herodotiana, considerando o caráter geral da mesma, com o propósito de discutirmos, à luz da dialética espacial do filósofo francês Henri Lefebvre, sobre os conceitos de “obra” e de “coisa produzida”, de “espaço” e de “ação coletiva do homem no espaço”, a fim de analisarmos em que medida pode o Egito ser considerado uma dádiva do Nilo.

Ranciére e o mito de Édipo: perspectivas sobre o uso da razão e desrazão na sociedade

Ivan de Melo Santos

O presente artigo busca explorar os conceitos de razão e desrazão utilizados por Jacques Rancière na obra "O mestre ignorante" a partir do aprofundamento de um exemplo utilizado pelo autor durante a obra: o uso da razão e desrazão no mito grego de Édipo. No exemplo citado por Rancière, Édipo é a figura que transita entre as razões divina e humana, da ordem do social – aqui posto como aquela dos deuses – e do



individual, respectivamente. O mito será analisado a partir da leitura sofocliana, na tragédia "Édipo rei", onde tais elementos também são enunciados, possibilitando entrever o jogo existente entre a razão divina e a razão política humana, assim como as formas de crença e mesmo de racionalização do homem grego, um homem que em tal perspectiva oscila entre as razões presentes na sociedade em que vive. Desta análise serão inquiridas ainda que outras leituras o mito, a partir da problemática levantada, possibilitaria ao homem contemporâneo "desrazoar razoavelmente", segundo a perspectiva abordada na obra de Rancière.

História do cotidiano: implicações contemporâneas sobre o cotidiano no Egito Antigo

Elian Jerônimo

Este trabalho tem como objetivo tratar de questões ligadas à reflexão histórica, mais precisamente sobre o cotidiano e sua historicidade. Para isso, serão utilizadas as ideias de autores contemporâneos que discutem algumas implicações do modo de se fazer história e de como é possível enquadrar o cotidiano como um objeto de estudo plenamente histórico. Traremos informações ligadas ao cotidiano em duas temporalidades do Egito Antigo: o período faraônico e o período ptolomaico, em seus devidos recortes mais específicos. Serão observadas as semelhanças, diferenças, os tipos de fontes que retratam o cotidiano e suas implicações para o conhecimento sobre o passado egípcio. Buscamos refletir como é possível extrair conhecimento histórico sobre cotidiano, mais precisamente, na temporalidade Antiga.

Os mortos no livro VI da Eneida: Uma breve análise sobre os ritos e práticas funerárias durante o século I a..C na Roma Antiga

Matheus Breno Pinto da Câmara

O culto aos mortos apresenta-se como um dos principais pontos da religiosidade Romana Antiga, sendo esta envolta de ritos e celebrações. A prática desses rituais comprovam não apenas a preocupação desse povo com o mistério da morte, mas também uma relação intrínseca entre os vivos e os mortos. Na Eneida, no livro VI, o poeta Virgílio escreve sobre a viagem do Herói Eneas até o Hades para encontrar-se com seu pai, Anquises. Para conseguir acesso ao mundo dos mortos o troiano deve cumprir tarefas e prestar os devidos rituais há alguns de seus companheiros mortos



durante sua aventura pelo mediterrâneo. Durante toda a epopeia é possível perceber a importância dos mortos e a preservação da memória para a fundação da nova cidade, o que nos leva a reflexão sobre o papel dos mortos no cotidiano romano. O presente artigo tem por objetivo elucidar e analisar algumas dessas práticas no contexto histórico do século I A.c, mais precisamente no início do governo de Otávio Augusto, e entendermos um pouco mais sobre as funções dos ritos funerários na religião Romana.

Apuleio : vida e obra

Liliane Tereza Pessoa Cunha

Apuleio teria nascido por volta de 114 e 125 d.C, na província romana de Madaura, localizada na África. Ao que se sabe, teria viajado pelo Oriente e estudado na Grécia e na Itália. Na Grécia, teria tido contato com a filosofia platônica e passado a integrar o núcleo de filósofos medioplatônicos. Sabe-se que o madaurense era um homem letrado e viajado e, por consequência, conheceu diversas religiões e cultos estrangeiros, que residiam legalmente, ou não, no Império Romano, como a arte da magia, que teria lhe rendido um processo de acusação como praticante, que fora registrado pelo próprio autor no discurso Apologia, obra de autodefesa. Com o passar dos anos, muitas pesquisas sobre a biografia de Apuleio e suas obras ganharam espaço no cenário da historiografia atual, com diferentes abordagens. Contribuindo com esta perspectiva, analisaremos de forma breve, as origens de Apuleio, dando enfoque para a importância do movimento da Segunda Sofística e da filosofia Platônica em sua trajetória.

Honra que cavaleiro dirige a Deus, defesa da Cristandade: relações entre guerra e espaço no Livro da Ordem de Cavalaria (1274-1276)

Renno Allesy Veras de Senna Oliveira

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar e explicitar as relações entre a atividade guerreira da cavalaria e a defesa do espaço da Cristandade, realizadas por Raimundo Lúlio (1232? – 1316) no “Livro da Ordem de Cavalaria”. Para percorrer tal caminho, é necessário inserir a determinada obra em um contexto mais amplo, o da aproximação da Igreja com a guerra. Ao aproximar-se da atividade guerreira, negada por um passado pacifista primitivo, o clero produz, não de maneira ordenada e continuada, uma “teologia da guerra” para conter a violência dentro do território da Cristandade Ocidental entre os cristãos; violência essa que o ameaçava. A construção



da determinada teologia possui uma segunda dimensão, não desassociada da primeira: o direcionamento da violência contida para o Outro. A Igreja latina produziu diversos Outros dentro do rótulo do 'infiel'. Contudo, para o determinado trabalho, ficaremos com a produção de dois Outros em específico: o cavaleiro que não defende a fé de São Pedro e o infiel muçulmano, pois são eles os distintivos culturais utilizados na obra em questão. Esses são os inimigos públicos da Cristandade, o combate a eles é vital na manutenção do espaço fraterno em que vive os filhos de Cristo. Com isso, a guerra, contida entre os cristãos, torna-se justificada. Além da obra de Raimundo Lúlio em questão ser atravessada pelo processo histórico de aproximação da Igreja com a atividade guerreira, deve-se levar em consideração o seu contexto histórico local, a região da Catalunha e de Montpellier no século XIII. A Reconquista Espanhola e a caminhada política da coroa de Aragão durante o século XIII devem ser aqui tomadas para analisarmos a sua produção em um caráter mais particular. Quem foram os seus mecenas, as suas influências teológicas, os conflitos por ele acompanhado, a sua relação com a atividade guerreira? Esses questionamentos mais localizados são importantes para realização de uma análise mais nuançada.



Simpósio temático X

Ensino de História: pesquisas e práticas

Coordenação:

Margarida Maria Dias de Oliveira – Doutora – UFRN

Sessão I – 27/07/2016

História e cidadania: a escola como espaço de formação e atuação social de jovens

Adriana Cristina da Silva Patrício

Keila Monique Marques Costa

Ao longo da história o conceito da Escola ganhou e ganha cada vez mais significados diversos, não é apenas um lugar de aprendizagens definidas e elaboradas por grupos, secretarias ou um corpo de intelectuais, a escola se tornou um espaço de construção e socialização do conhecimento, talvez sempre tenha sido, mas a dinâmica de informações torna hoje essa socialização de saberes, opiniões e confrontos de ideias muito mais evidente. É impossível restringir esse espaço a conteúdos e conceitos encontrados em livros e talvez seja esse o grande nó que precisamos desatar dentro do espaço escolar, seria ele apenas um lugar de aprendizagens fechadas em um currículo pouco atrativo ou inovador ou seria ele o espaço legítimo de se discutir e construir um saber para cidadania? Sendo assim, pensamos que a escola exerce uma função bem mais ampla, um espaço onde buscamos entender diante das nossas ações e reações como nos significamos enquanto sujeitos históricos e de que forma o “ser cidadão” vai se construindo. Mas afinal, o que é ser cidadão? Esse é o questionamento iniciado por Jayme Pinsky no seu livro História da Cidadania que nos leva a pensar sobre o que de fato vem a ser um cidadão. O conceito e exercício da cidadania passa diretamente pelas discussões da função da escola e especificamente do ensino de História dentro da perspectiva de uma educação crítica que aponte para a formação de cidadãos. No Brasil, a ciência histórica seguiu as tendências delimitadas pelo Estado, construindo identidades referentes ao ideário de cada temporalidade. Na atualidade, discutir cidadania abrange cotidianamente uma gama de novos problemas, grupos sociais, direitos e temáticas que vão além da participação política no Estado.



Percebemos que a cidadania se amplia e a cada dia novos elementos na história vão tomando seu espaço social e exigindo seu reconhecimento. Nesta dinâmica e nesse exercício de tornar-se cidadão, projetamos uma experiência dentro do espaço escolar para discutir questões como: democracia, cidadania, política, representação estudantil, protagonismo juvenil e nesse discutir, nos levar ao exercício da cidadania junto com os alunos. Essa proposta foi desenvolvida com os alunos do ensino fundamental através de diferentes metodologias objetivando construir representações do passado que os direcione a questionar a realidade e compreender sua função de sujeitos históricos responsáveis pela manutenção e/ou transformação social. O resultado do projeto possibilitou que os alunos atuassem na construção e (re) construção de seus grêmios estudantis.

Com mãos na massa também se aprende: vivências da Pré-História

Cícero Junior de Melo da Silva

Mainara Vitoriano de Lima

O referido trabalho consiste em um relato de experiência vivenciado durante o segundo semestre de 2015 com a turma do 6º ano “A” Matutino da Escola Estadual Professor Josino Macedo. O trabalho desenvolvido na turma tinha por objetivo a problematização dos conteúdos históricos através da “caixa de memória” tendo em vista as dificuldades apresentadas pelos alunos em compreender conceitos relacionados ao período da Pré-História bem como se enxergarem como sujeitos históricos nas relações de ensino e aprendizagem, e como se constrói e utiliza a história.

Raphael Galanti e o Ensino de História na Primeira República

Magno Francisco de Jesus Santos

Treze de setembro de 1896. Na sala de sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na capital Federal, foi lida a proposta na qual apresentava para sócio correspondente o padre Raphael Maria Galanti. O texto, elaborado pelos intelectuais Henri Raphard, Alencar Araripe, Nunes Pires, Marquês de Paranaguá e Marques Pires elucidava alguns traços da biografia do jesuíta nascido na Itália e que atuava como professor de História Universal e História do Brasil no Colégio de São Luiz de Itu. Contudo, para o ingresso no sodalício, foram entregues como instrumento de avaliação duas obras da lavra do professor de História: “História do Brasil” e “Compêndio de



História Universal”. Tratavam-se de dois livros escolares, que foram amplamente utilizados nas escolas brasileiras, ao longo dos três primeiros decênios do século XX, com inúmeras reimpressões. No alvorecer do período republicano, os livros de Galanti eram amplamente utilizados. Esse trabalho tem como foco um desses livros, História do Brasil, no qual proponho analisar a referida obra pelo viés da cultura política republicana. Com a emergência de um novo regime político, o ensino de história passou por importantes transformações, como a inclusão de novos heróis, a recuperação de um passado com conotação democrática e o fortalecimento da defesa dos valores morais e patrióticos, já elucidada nas obras publicadas ao longo da segunda metade do século XIX. No caso do padre Raphael Galanti, a sua concepção acerca da história do Brasil pode ser compreendida por meio de seus livros escolares, como também por meio dos discursos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no decurso do oitocentos. Neste sentido, o ensino de história proposto por Raphael Galanti elucidava uma leitura do passado nacional como uma continuidade da história de Portugal, além de expressar uma preocupação vigente na historiografia escolar da época no processo de edificação da memória republicana respaldada na mitificação de novos heróis. Além disso, os valores morais a serem valorizados no ensino de crianças e jovens nas escolas brasileiras deveriam perpassar pelo reconhecimento da “Pátria”, eixo central de sua narrativa histórica pensada. Desse modo, os livros escolares produzidos por Raphael Galanti são fontes relevantes para a compreensão do ensino de História nos primeiros decênios republicanos.

A memória dos historiadores: a construção das origens e a seleção do que(m) falar

Wendell de Oliveira Souza

Este texto surgiu como resultado de uma pesquisa de iniciação científica e como projeto monográfico e está estruturado a partir de dois eixos principais: 1) apresentar as análises feitas sobre teses de doutorado e dissertações de mestrado que tomaram os cursos superiores de história no Brasil como objeto de pesquisa entre 1998 e 2011, a fim de se investigar: como as pesquisas sobre o ensino superior de história no Brasil têm discutido a formação do profissional de história? Que problemáticas de pesquisa, fontes, conceitos/categorias e delimitações espaço-temporal têm sido elencadas em tais análises? E 2) lançar questões em torno das tensões e embates nas tentativas de



se produzir uma memória para o curso de História da UFRN, a partir de dois momentos. O primeiro momento avaliado é a comemoração, em 1987, dos trinta anos de fundação do curso. Para tal, alguns professores foram convidados a relatar suas experiências e o resultado foi publicado na revista História UFRN. O segundo momento é a comemoração, em 2006, do cinquentenário de fundação do curso. Neste último, a comemoração foi feita em forma de evento que reuniu ex-alunos, ex-professores e professores em atividade no curso para participar em mesas-redondas e estimulou os alunos da disciplina de História Oral (semestre 2006.1) a construir fontes sobre a trajetória do curso, a partir das entrevistas com estas personagens.

Consensos e assimetrias nas políticas curriculares para a disciplina História no Ensino Médio brasileiro (1998– 2012): subsídios para uma discussão sobre a atual reforma curricular.

Kleber Luiz Gavião Machado de Souza

A presente tese investiga os conteúdos escolares em três instâncias de objetivação do currículo de História para o Ensino Médio brasileiro circunscritas entre o período de 1998 a 2012. Através dos conceitos de políticas educacionais, currículo e conteúdos, buscamos investigar os consensos e assimetrias entre conceitos, competências e habilidades presentes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em comparação com às prescrições contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). As fontes utilizadas na pesquisa foram: as três versões dos PCNEM de História (1998, 2003 e 2006); as matrizes de referência e questões do ENEM entre 1998 a 2012 e os editais e coleções didáticas do PNLD da disciplina para o Ensino Médio. A hipótese que norteou o estudo é a de que os livros didáticos de História, provas do ENEM e demais documentos referentes a essas políticas, apresentam profundas dissonâncias em relação aos conhecimentos, competências e habilidades expressos nos PCNEM. Assim, na ausência de currículos sistêmicos (para além da função de “orientar”), juntamente com a negação dos PCNEM e de qualquer outra possibilidade de currículos nacionalmente válidos, transfere-se para as matrizes do ENEM o papel de pautar o currículo de história brasileiro. A investigação sobre a simetria entre políticas curriculares distintas encontra a sua devida pertinência dentro da atual discussão sobre os limites e possibilidades de criação de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para a disciplina História.



Sessão II – 28/07/2016

As pesquisas sobre livros didáticos de história no Brasil: entre contextos e contatos (1970–2013)

Jandson Bernardo Soares

As pesquisas sobre livros didáticos de História no Brasil têm se desenvolvido de forma sistemática, desde a década de 1970. Este momento marca a fundação das pós-graduações no Brasil, espaço que se consolidou enquanto lugar de pesquisa para tal material. Embora já se tenha mais de 40 anos de pesquisa, poucos têm sido os trabalhos que detiveram-se a analisar o estado da arte dessa produção. Neste sentido, o presente empreendimento pretendeu refletir sobre a relação entre o desenvolvimento das pesquisas sobre livros didáticos de História e os contextos históricos em que se processaram, visando compreender as possíveis demandas e no que essas resultaram. Para isso partiu-se de um levantamento de dados baseado no banco de teses e dissertações do Memorial do PNL D, do catálogo analítico intitulado Que sabemos sobre livro didático (1989) e dos poucos trabalhos que se propuseram a análises similares, a saber, a Dissertação intitulada Um mapeamento das pesquisas sobre o livro didático de história na região sudeste: 1980 a 2000 (2006) e o artigo de Flávia Caimi, O que sabemos (e o que não sabemos) sobre o livro didático de História: Estado do conhecimento, tendências e perspectivas (2013)

O valor da capoeira no ensino de história: uma análise através da produção acadêmica do período da redemocratização brasileira ao atual (1985–2015)

Jefferson Pereira da Silva

Buscamos neste trabalho anunciar a pesquisa que será desenvolvida no Bacharelado em História/UFRN e quem tem como objetivo geral: analisar, dentro da produção acadêmica que relaciona capoeira, educação e/ou ensino de história – a partir de dissertações de mestrado e teses de doutorado, tendo como recorte temporal o período de 1985 a 2015 –, quais os referenciais e os valores que são atribuídos à prática da capoeira. Este trabalho surgiu da necessidade de que é preciso construir referenciais que norteiem as atividades dos professores em sala de aula para o cumprimento da Lei 10.639/03, que determinou a obrigatoriedade do estudo da cultura e história afro-brasileira. No caso, estamos entendendo a capoeira como um desses referenciais. Além



do que já foi dito aqui, apresentaremos ainda os referenciais teórico–metodológicos, bem como as fontes que serão analisadas ao longo da pesquisa. Palavras–chave: Capoeira; Relações Étnico–raciais; Pesquisa.

Ensino de História, historiografia e livros didáticos: como as sínteses brasileiras abordaram as formas de resistências ao longo da escravidão no Brasil e o que os livros didáticos projetam

Sheerazade Rodrigues Santos

O ensaio apresentado é proposta de pesquisa e discussão acerca das permanências, silêncios e mudanças sobre as formas de resistência escrava negra no Brasil, partindo das sínteses já consagradas em nossa historiografia junto a produções recentes e quais são as representações sobre o tema presentes nos livros didáticos. Problematizar as formas que os conteúdos que tratam das resistências durante a escravidão são abordados nos livros didáticos. Quais as permanências e silêncios existentes e qual sentido ou interesses há em mantê–los? Tendo como objetivos analisar como as principais sínteses influenciam na composição dos livros didáticos na atualidade e pensar o Ensino de História em sua função social dentro da perspectiva da resistência negra e seus reflexos em nossa sociedade. Utilizando como fontes as obras Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freire e Escravidão no Brasil, de Jaime Pinsky e algumas coleções de livros didáticos de História do ensino fundamental. Palavras–chave: Ensino de História, Livros didáticos, Resistência negra.

O Patrimônio Cultural no Livro Didático de História do Ensino Fundamental – Primeira Fase

Almir Félix Batista de Oliveira

O presente trabalho é parte de minha tese de doutoramento no Programa de Pós–Graduação em História na PUC–SP e tem por objetivo analisar a presença do patrimônio cultural nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental – Primeira Fase, através da análise dos conteúdos dos mesmos e a presença ou não da temática estudada. Foram escolhidas 04 coleções didáticas presentes nos PNLDs 2004/2007/2010/2013 e avaliadas e distribuídas pelo MEC/FNDE.



Simpósio temático XI

A colonização em movimento: colonos e reinóis na
expansão do Império (América portuguesa, séculos
XVII-XVIII)

Coordenação:

Antonio Filipe Pereira Caetano – Doutor- UFAL

Carmen Alveal – Doutora – UFRN

Sessão I – 27/07/2016

O olhar dos viajantes franceses: as representações e o imaginário sobre o novo mundo através das descrições de André Thévet e Jean De Léry. (século XVI)

Célia Cristina Ribeiro da Costa

Este artigo tem como objetivo analisar as narrativas de viagens do período das grandes navegações as quais tiveram como finalidade as "descobertas" de novas terras, havendo como um dos enfoques principais a introdução da evangelização através do clero, e a economia extrativista de produtos comercializados na Europa. Com esse intuito, propomos, através das crônicas de André Thévet e de Jean de Léry poder elaborar uma análise dessas narrativas e identificar as controvérsias aos quais os cronistas objetivaram nas suas obras. Poderemos perceber suas narrativas sobre o que estava ocorrendo nas terras exploradas, quando estes em épocas diferentes aportaram na América, pela expedição Francesa, na Baía de Guanabara– onde atualmente se encontra nessa região a cidade do Rio de Janeiro, estando à frente o cavaleiro de Malta, Nicolas Durand de Villegagnon. Cada um com suas pretensões anexadas à bordo na viagem, na querela de suas representações sobre o que "viram" e "ouviram" sobre o Novo Mundo, vindo a estes causa–lhes interesse para uma narrativa seja pelo fato de informar a comunidade francesa, ou por instâncias próprias.

Defender, catequizar e povoar: a conquista da capitania do Rio Grande no reinado de Filipe III

Elenize Trindade Pereira

O processo de conquista da capitania do Rio Grande no final do século XVI estava inserido em um contexto de expansão territorial impulsionado pela constante ameaça



estrangeira, principalmente francesa, na costa litorânea da América portuguesa. O expressivo avanço territorial neste período evidencia a política de dominação dos territórios empregada no Período Filipino (1580–1640) e que marcou definitivamente uma nova estrutura burocrática, administrativa e de defesa nas colônias do império português. Neste processo de expansão das fronteiras coloniais, principalmente para o norte, o território dos Potiguaras foi conquistado e a capitania do Rio Grande integrada ao império português. O objetivo deste trabalho é apresentar os primeiros resultados da pesquisa de mestrado sobre a colonização da capitania do Rio Grande na conjuntura do estado imperial da monarquia católica Filipina, mais especificamente no reinado de Filipe III, analisando a ocupação do território a partir da doação de sesmarias.

Os degredados do Brasil: A capitania do Rio Grande como destino

Carina Gabriela Damasceno Peixoto

Os Degredados Do Brasil: A capitania do Rio Grande como destino Carina Gabriela Damasceno Peixoto Ainda existem muitas controvérsias sobre como ocorreu o processo de povoamento da nova colônia portuguesa, descoberta em 1500, hoje conhecida por Brasil. Portugal enviou para esta colônia, como também para outras regiões sob seu domínio, homens e mulheres considerados culpados de crimes – heresia (judaísmo), blasfêmia, feitiçaria – os degredados, pois, para estas pessoas era dada a sentença de degredo. Esta penalidade tinha dois possíveis objetivos: o de puni-los, já que se percebia a região como um purgatório, onde os condenados iriam cumprir pena por seus crimes e, também, usá-los como uma maneira de povoar as colônias. Por causa da característica criminosa, a própria sociedade da época percebia a sua vinda como problemática por causa do estigma criado em torno dos degredados: eles seriam a escória que deu origem à sociedade colonial. Contudo, há estudos que tentam desmistificar estes estereótipos, como os de Ronaldo Vainfas destacando a diversidade dos degredados. Vale destacar que os degredados não eram enviados, apenas de Portugal para suas colônias, mas delas para outras áreas de seus territórios. Os residentes de outras capitanias também poderiam receber a pena de degredo como comprovam os documentos encontrados nos livros do Senado da Câmara da capitania do Rio Grande, sobre homens condenados à pena de degredo, vindos, principalmente, da capitania de Pernambuco. O objetivo deste trabalho foi analisar estes registros encontrados sobre os degredados enviados para a capitania do Rio Grande existentes



nos Livros do Senado da Câmara, verificar quem eram esses degredados e como se inseriram na sociedade colonial do Rio Grande.

Quibando e mandiga: feiticaria no RN

Erica Ricelle Costa e Silva

Quimbanda e Mandinga: A feiticaria na capitania do Rio Grande. Autora: Érica Ricelle Costa e Silva Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Carmen Alveal A feiticaria predominava na mentalidade da sociedade no antigo mundo. Os poderes místicos eram demonizados, e protagonizavam a guerra entre o bem e o mal. Essa mentalidade acompanhou a expansão ultramarina através da instituição do Santo Ofício e instrumento inquisitorial passa a ser aplicado nas colônias. Dessa forma, a concepção de feiticaria passou a ser ressignificada em virtude de uma nova diversidade cultural, podendo ser percebido o complexo do outro abordado por Certeau, em que atribui a fatos desconhecidos conceitos já compreendidos socialmente. Sendo assim, as práticas feitas por negros, índios e pardos passaram a ser vistos ao olhar de feiticaria e heresia, chegando ao tribunal da inquisição. E é partindo dessas denúncias ao Santo Ofício, utilizando de documentos do caderno do Promotor que se encontram na Torre do Tombo, que esse trabalho procura perceber como as práticas de quimbanda e a mandinga passaram a ser vistas como feiticaria, com base nos discursos de denúncias feitas por moradores da capitania do Rio Grande aos padres e visitantes, representantes das ordens religiosas e inquisitorial. Portanto, o estudo será realizado com base nos estudos inquisitoriais de Laura de Mello e Souza, Luiz Mott, Ronaldo Vainfas, bem como as pesquisas que auxiliaram a compreender as práticas e significados da Mandinga e Quimbanda, como Vanicléia Silva Santos e Mário Teixeira de Sá Junior.

Almotacés na Capitania do Rio Grande, América Portuguesa, entre 1672 a 1719.

Kallyany Santayne Pinto da Silva

Ao buscar compreender de forma mais detalhada as dinâmicas políticas e sociais que ocorriam na cidade do Natal, pertencente à Capitania do Rio Grande entre os períodos de 1672 a 1719, sob o contexto do período colonial, faz-se necessário conhecer as atribuições dadas àqueles que exerciam cargos administrativos e pertenciam ao poder local. Dentre os que exerciam funções no Senado da Câmara havia os almotacés. Estes eram responsáveis pelo controle das relações de mercado, das edificações e do sistema



sanitário. Estas atribuições consistiam, por exemplo, no controle dos preços dos alimentos, fiscalização quanto ao sistema de pesos e medidas, quanto às questões referentes ao mercado. Este trabalho tem por finalidade mapear quem eram estes almotacés, se estes já haviam sido oficiais da câmara antes de exercer aquele cargo e para os que não tinham este atributo, de que forma conseguiram tal nomeação. Além disso, pretende-se investigar se estes exerciam postos militares, por quem eram nomeados e as relações de poder envolvidas. Para tanto, foram utilizadas fontes referentes aos termos de nomeação do Senado da Câmara da cidade do Natal.

Hierarquia das Tropas do Assú: Organização Militar nas Tropas inseridas nos Conflitos do Assú em fins do século XVII

Diego Barreto Azevedo

Este trabalho visa contribuir para o desenvolvimento de uma História Social e Militar no Rio Grande para o período Colonial. Diversas pesquisas sobre a construção social do Brasil Colonial expõem o caráter militar desta sociedade. No entanto, poucas são as pesquisas que se debruçam sobre a hierarquia militar em si. Tem-se uma visão geral da organização das Tropas, que alguns autores dividem em Tropas de primeira linha, Tropas auxiliares, e Tropas de Ordenança. Existem algumas divergências, mas este “tripé” da organização militar Colonial é consolidado na historiografia. Seria importante, porém, desenvolver uma análise mais profunda sobre a hierarquia interna destas tropas, sobre os postos, os soldados de postos mais baixos, sobre o mando, e sobre disputas de poder dentro de uma mesma tropa. É necessário, também, desenvolver uma análise sobre a atuação de soldados indígenas nestas tropas, pois se observa que, ao menos no Rio Grande, para o período estudado, a maior parte das tropas consistia em indígenas. Portanto, como esses soldados indígenas poderiam atuar como soldados, alferes e até capitães, e o que estes postos significavam? Estariam inseridos na mesma hierarquia dos soldados colonos? Um capitão indígena seria equivalente a um colono capitão? Quais os postos e suas posições na hierarquia militar das tropas militares no Rio Grande? Haveria diferença entre a hierarquia militar para o colono e para o indígena?



Dinâmicas territoriais nos "sertões do norte": as políticas da Coroa e os conflitos coloniais na "fronteira viva" da América Portuguesa (segunda metade do século XVII)

Leonardo Cândido Rolim

O Império ultramarino português teve como um grande desafio o gerenciamento de suas várias conquistas do além-mar. A escolha de pessoas adequadas para assumir o governo delas era uma ação fundamental nesse gerenciamento. Cada conquista possuía um contexto e um valor, dentro de uma hierarquia espacial, distintos. Desta forma, as pessoas que seriam escolhidas para governar deviam seguir um critério que correspondesse às demandas dos lugares os quais estavam sendo designadas. Uma espacialidade de maior importância, exigiria, naturalmente, pessoas de maior qualidade social, assim como uma conquista que estivesse envolvida por muitos conflitos, demandaria uma experiência militar significativa e vasta. No entanto, não se pode afirmar que existiam critérios universais que sempre eram utilizados e aceitos no processo de escolha de um governador. As nomeações precisam ser contextualizadas espacialmente e temporalmente, assim como também é necessário problematizar os sujeitos envolvidos nesse processo, desde os que pretendiam assumir um posto de governo, até os que decidiam ou aconselhavam a nomeação. Pensando o caso da América portuguesa, pela discussão historiográfica é sabido que o seu território era dividido entre capitânicas principais e capitânicas subordinadas. Essa distinção espacial implica em hierarquias que terminavam refletindo no perfil daqueles que governavam essas capitânicas. Governadores de Pernambuco ou do Rio de Janeiro seriam pessoas de qualidade social e com experiências de comando militar superiores aos governadores do Rio Grande ou do Ceará, por exemplo. Essa hierarquia se evidenciava também pela própria designação dos postos de governo, enquanto naquelas os governadores eram capitães-gerais e eram denominados de fato governadores, nestas eles são designados simplesmente como capitães-mores. Mas, e com relação às capitânicas consideradas subordinadas, existia alguma diferença significativa entre elas? Nesse sentido, o estudo das nomeações de governadores para as conquistas ultramarinas, principalmente por meio das consultas do Conselho Ultramarino sobre isso, é uma maneira de procurar entender o sistema de escolha e de distribuição de pessoas pelo Império. Dessa forma, esse trabalho pretende analisar as consultas sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Rio Grande e do Ceará entre os anos de



1666 até 1759, objetivando identificar o perfil desses opositores e analisar os critérios de escolha adotados pelo conselho. Além disso, pretende-se problematizar se a condição de anexa à Pernambuco, reflete em alguma mudança nessa estrutura, tendo em vista que o Ceará foi anexado em 1656 enquanto o Rio Grande apenas em 1701. Desta forma será possível comparar essas duas capitanias enquanto uma era anexa à Pernambuco e outra não.

Conquistando sertões: processo de territorialização de terras no Rio Grande e Siará Grande (1674–1687)

Patricia de Oliveira Dias

A partir de 1674, ano que Antônio Vaz Gondim retornou ao governo da capitania do Rio Grande, os sertões desta passaram a serem almeçados por vários conquistadores, dando continuidade ao processo de territorialização. A concessão de terras nos sertões possibilitou que vários homens e mulheres obtivessem um melhor conhecimento deste espaço, abrindo caminhos para novas conquistas e permitindo que aos poucos se transformasse em território, reelaborando novas fronteiras. Este artigo tem como objetivo analisar este processo na dita capitania entre os anos de 1674 e 1687, no qual uma frente de conquista ultrapassou os sertões do Rio Grande e iniciou a conquista do interior do Siará Grande. As fontes escolhidas para a análise desse processo foram cartas de sesmarias doadas nestas duas capitanias. Após cuidadosa averiguação dessa documentação, percebeu-se uma modificação nas fronteiras, possibilitando o surgimento de um novo limite entre estes dois territórios.

Exercícios de poder, jurisdições e discórdias na política de Dom João de Lencastre no Assu colonial (Rio Grande, 1694–1702)

Tyego Franklim da Silva

O processo de conquista do sertão do Assu na capitania do Rio Grande do Norte, durante a Guerra dos Bárbaros, 1680–1720, foi marcado por disputas de poder ocorridas entre diversos grupos que almejavam tomar posse daquele território recém inserido nos domínios da Coroa portuguesa. O interesse pelas terras conquistadas pelos índios cativos e pelo poder girou em torno do capitão–mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, e o mestre de campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro. Deste modo, o trabalho pretende analisar a política de definição de jurisdições



sobre o território da capitania do Rio Grande, sobretudo o sertão do Assu, desenvolvida pelo governador geral, Dom João de Lencastre (1694–1702), em sua administração no Estado do Brasil e os conflitos que motivaram a implementação dessa política. Para tal, serão utilizadas como fontes as correspondências entre as autoridades envolvidas, verificando como a intervenção do governador geral, no sentido de definir jurisdições do capitão–mor e do mestre de campo, buscou resolver os conflitos por meio do estabelecimento dos territórios de exercício de poder dos agentes envolvidos.

Sessão II – 28/07/2016

Kiriris e jesuítas nos "caminhos de dentro" da América portuguesa (1666–1699)

Ane Luise Silva Mecnas Santos

Após a expulsão dos holandeses, intensifica-se uma rota de povoamento rumo ao sertão da Bahia. Nesse processo de expansão pelo “caminhos de dentro” são estreitados antigos laços com as comunidades de tapuais. Antigos aliados dos portugueses no apressamento de índios e de escravos. Diante da conquista dessa noo espaço, o território religiosos é partilhado entre as ordens religiosas, os jesuítas ficam sob a tutela da margem sul do Rio São Francisco, enquanto que os capuchinhos ficam com a margem ao norte. Esse trabalho visa analisar o processo de conversão jesuítica alicerçado nas comunidades Kiriri do sertão da Capitania da Bahia e de Sergipe Del Rey. O marco temporal adotado compreende a formação das primeiras aldeias administradas pelos jesuítas até a publicação do Catecismo Kiriri organizado pelo padre Mamiani. A conversão dos kiriri foi apresentada em estudos como fato isolado de aldeamentos específicos, como o caso do Geru, sempre debatendo a história e a conversão desse povo levando em consideração os limites territoriais estabelecidos pelo colonizador. Outra contribuição proposta por esse trabalho visa utilizar para a constituição da interpretação histórica confrontando diferentes fontes, de cunho administrativo, dos quais destaco os alvarás, decretos e cartas, e de cunho religioso, cartas ânuas, catecismos e gramáticas. Em virtude da especificidade linguística os jesuítas que aturaram nessa região foram a partir do processo de observação e de registro dos hábitos locais sistematização um código linguístico adequado as suas necessidades. Primeiramente, o padre João de Barros organizou um manuscrito que não chegou a ser publicado e ao final do século XVII o padre Mamiani publica com a



autorização da ordem dois instrumentos de conversão o catecismo em língua kiriri e a gramática. Esses instrumentos foram utilizados nas aldeias de Mirandela, Saco dos Morcegos, Natuba e Geru. Dentre os Kiriri destaca-se os dialetos Kipeá, Dzubukuá, Kamuru e Sapuyá. Os dois primeiros foram alvo de estudo, o primeiro foi analisado pelo padre Mamiani e o segundo pelo capuchinho Bernardo de Nantes. No catecismo Kiriri do padre jesuíta são destacados os hábitos e costumes da população, tanto no Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri como na Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da nação Kiriri.. Os resquícios desse trabalho são os murmúrios dos detentores do poder da escrita que tentam estabelecer a comunicação com os gentios. Para isso, o conhecimento da língua local passa a ser imprescindível para o êxito da catequese. Através desses dois documentos pensamos ser possível perceber a importância do domínio da língua local para a comunicação e como instrumento de conversão na “arte de educar” o gentio. A palavra seria um canal para que o índio pudesse alcançar a salvação, sendo esse o papel fundamental da missão.

Ilustres senhoras da terra: Mulheres, família e povoamento na capitania de Pernambuco (séculos XVII–XVIII)

Angélica Lopes Bulhões

Este trabalho tem o objetivo de analisar como foram formadas as principais famílias da capitania de Pernambuco, suas uniões matrimoniais e seus interesses, além do papel das mulheres das famílias consideradas importantes pela sociedade da época, as quais eram detentoras e transmissoras de propriedades e mostraram sua participação na economia e povoamento na capitania de Pernambuco. Será abordado, com base na documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino e na Documentação Histórica Pernambucana, o perfil das mulheres que tinham posses e contribuíram para um aumento do patrimônio familiar nos séculos XVII e XVIII, bem como o contexto no qual estavam inseridas para requererem sesmarias e outras mercês. Será visto, pela localidade da sesmaria, se ela estava próxima de terras de familiares, quem eram seus confrontantes, as justificativas utilizadas pelas sesmeiras para requererem a terra, se possuía gado ou escravos e o cabedal necessário para o investimento. Assim, as mulheres sesmeiras serão trabalhadas de forma a perceber as redes que formavam dentro da família para obter um maior patrimônio e como elas contrariaram a estrutura



da sociedade patriarcal da época, por meio do requerimento de sesmarias e da manutenção de suas terras, obtendo uma melhor posição social.

Entre a colonização e a guerra: Conflitos de terra entre a Casa da Torre e indígenas na região do São Francisco em finais do século XVII.

Jefferson Silva de Lima

Detentores de uma vastidão de terras, obtidas em forma de sesmarias, os herdeiros da Casa da Torre de Garcia D'Ávila formaram um grupo familiar de grande poder durante o processo de colonização das possessões portuguesas na América. Tal poder e riqueza advieram da concessão de largas posses de terras à família D'Ávila, além de inúmeros títulos e patentes conferidos aos seus membros. Foi por meio dessas posses que se desenvolveram suas principais atividades e rendimentos, tais como criação de gado, plantações e a busca por riquezas minerais. Essa expansão territorial teve, no entanto, consequências e conflitos, sobretudo com os gentios, que tinham constantemente suas terras usurpadas pelo avanço da Casa da Torre. Essas incursões nas terras e as ações de extermínio que as precediam geraram fortes confrontos, levando exploradores e indígenas a entrarem em guerra. Dessa forma, o presente trabalho visa analisar essa expansão territorial comandada pela Casa da Torre, na região do São Francisco, e seus conflitos resultantes contra os indígenas, conflitos esses liderados e registrados pelo Pe. Martinho de Nantes em finais do Século XVII em suas Relações de uma missão no Rio São Francisco.

Terra, mercê e poder: a trajetória de Francisco de Távora e suas conquistas na capitania da Paraíba (século XVIII)

Alyne Érika Américo dos Santos

O processo de territorialização das Capitanias do Norte esteve intrinsecamente ligado à ação de conquistadores que dispuseram de suas armas e desbravaram o sertão, além de homens que viam na América portuguesa possibilidades de ascensão social. Diversos foram os agentes que participaram da conquista, desde militares e missionários cristãos, a homens que prestavam serviços à Coroa, recebendo como benesse o título de terra (sesmaria) para povoar e, quem sabe, adquirir riquezas na colônia, tornando-se membros de uma categoria nova, resultante das conquistas portuguesas no ultramar: as elites coloniais. Dentro desse contexto, é possível observar



como determinados grupos de sesmeiros, notadamente os que integravam a nobreza titulada do Reino, possuíam mais facilidades na obtenção da concessão de sesmarias, mesmo alguns não tendo vindo à América portuguesa, como possivelmente é o caso do objeto de estudo dessa pesquisa. Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo analisar a trajetória de Francisco de Távora – 1º conde de Alvor, oriundo de família nobre e com títulos decorrentes de serviços prestados à Coroa portuguesa – e investigar qual o seu interesse em adquirir terras na capitania da Paraíba, procurando compreender as estratégias utilizadas pelo conde para obter a concessão das sesmarias, e contextualizando com a concepção de que a política de privilégios e a economia de mercê da Coroa possibilitavam poder e influência àqueles que prestavam serviços ao reino de Portugal. As fontes utilizadas nesse trabalho foram as sesmarias disponíveis na Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-Brasileiro), os documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino referentes à Paraíba, os documentos encontrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo que têm relação com o 1º conde de Alvor e com a Casa dos Távora, além de bibliografia de genealogistas que tratam da nobreza de Portugal.

Da incerteza dos ramos, dos rumos da arrecadação: os autos de arrematação da fazenda real do rio grande (1673-1723)

Lívia Brenda da Silva Barbosa

Este trabalho tem o objetivo de analisar um dos aspectos da administração fazendária na capitania do Rio Grande, os autos de arrematação dos contratos dos dízimos reais entre 1673 e 1723. O estabelecimento dos contratos foi o mecanismo adotado pela Coroa para garantir retorno na arrecadação de alguns impostos, por meio dele a Coroa atribuía a particulares a responsabilidade de arrecadar um tributo. Assim, o contratador pagava o valor do contrato arrematado à Fazenda Real e por sua conta arrecadava o imposto. A diferença entre o que o contratador havia pago no contrato e o que arrecadaria era o lucro do seu investimento. O valor dos contratos era definido nos autos de arrematação. Pretende-se, portanto, estudar as características dos autos de arrematação entre 1673 e 1723, processo organizado pela Provedoria da Fazenda Real para que fossem realizados os lances pelos interessados em arrematar os contratos.



“E se fixará nos lugares mais públicos e costumados desta cidade e ribeiras desta capitania”: posturas municipais da Câmara da cidade do Natal na capitania do Rio Grande (1700–1760).

Kleyson Bruno Chaves Barbosa

Este artigo tem por objetivo analisar as posturas municipais elaboradas pelos camarários da cidade do Natal, entre os anos de 1720–1760. Tais posturas eram emitidas anualmente, e, não apenas incidiam sobre o espaço da cidade do Natal, mas controlavam diversos aspectos relacionados a questões como comércio e abastecimento alimentar por toda a capitania do Rio Grande. Nessas posturas, destacam-se, por exemplo, questões como a taxaço de impostos, normas, fiscalizaço e multas para atividades como a pesca e a pecuária, assim como a produço de mantimentos como a mandioca. Tais posturas ainda versavam sobre a venda de diversos produtos, como mel, aguardente, bananas, peixes, carne bovina ou suína, entre outros, ao se impor o preço a ser vendido à populaço; e normas e licenças para quem comercializava tais produtos nas vendas locais. Além disto, aspectos como a questão urbana na cidade e o exercício de ofícios mecânicos eram controlados pelas posturas camarárias. Em todas estas atividades, percebe-se a centralidade da câmara na elaboraçao da regulamentaçao destas atividades, como a emissao de licenças, taxaço de impostos e as penalidades resultantes por descumprimentos dos editais camarários. Pensa-se, portanto, que os camarários realizavam um enquadramento espaço-temporal, ao interferir na vida dos moradores, definindo espaços legais e autorizados para o exercício de determinadas atividades, bem como marcando o ritmo destas, por meio dos editais lançados. Entende-se tais escritos como reveladores da autonomia de açao camarária, termo utilizado por Avanete Sousa, para o caso da cidade de Salvador. Assim, por meio destes documentos produzidos pelos camarários, buscar-se-á compreender como o controle camarário se fazia presente nesse espaço periférico que era a capitania do Rio Grande, interferindo em diversos aspectos do cotidiano dos vassalos de Sua Majestade.

“Entre o austero capitão e o maligno escrivão”: disputas de poder e cultura política na administração da capitania do Rio Grande no século XVIII

Abimael Esdras Carvalho de Moura Lira

A administração das possessões ultramarinas de Portugal requereu, desde os primórdios, que sua estruturaço se processasse tendo por base à própria organizaço



burocrática que, há muito, estava presente no reino ou nas experiências bem sucedidas em outras partes do Império. Tais diretrizes, de modo (in) voluntário, transpuseram para as colônias modos de pensamento e ação que, a partir do exercício das funções dos agentes régios e também do próprio rei, denotavam códigos culturais e comportamentos políticos próprios do Antigo Regime português. Tais similitudes trouxeram, a contento, outras feições presentes na administração daquele período, tais como, o patrimonialismo, a má definição de competências, casos de improbidade administrativa, corrupção e conflitos jurisdicionais permeados por disputas de poder. Nesse sentido, este trabalho analisará uma sequência de conflitos que ocorreu na Capitania do Rio Grande, ao longo da década de 1720, que envolveu o escrivão da câmara da cidade do Natal, Bento Ferreira Mousinho, e o capitão–mor daquela capitania, José Pereira da Fonseca, tendo culminado na prisão deste em 1731, objetivando–se, a partir desse estudo de caso, analisar a cultura política presente na administração da capitania do Rio Grande. Para tanto, analisar–se–á as fontes manuscritas do Arquivo Histórico Ultramarino (cartas, requerimentos, provisões e consultas) e os termos de vereação do Senado da Câmara de Natal, a luz das discussões da Nova História Política.

Dos limites do governo às jurisdições em confronto: o regimento de 1690 e a querela dos provimentos na capitania do Rio Grande (1701–1715)

Marcos Arthur Viana da Fonseca

A regência e reinado de D. Pedro II (1668–1707) foram um período marcante na reestruturação jurisdicional da América portuguesa. Diversos regimentos foram elaborados pela Coroa com o intuito de reorganizar o Estado do Brasil. No caso da capitania do Rio Grande, a jurisdição do capitão–mor foi delimitada pelo regimento criado pelo vice–rei D. Vasco Mascarenhas, conde de Óbidos (1663–1667), em 1663. Durante as décadas seguintes, contudo, as normas não foram cumpridas. Esta situação levou à criação de um novo regimento pelo governador–geral Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho (1690–1694), em 1690. O novo regimento tinha como intenção resolver os problemas relacionados à jurisdição dos capitães–mores no governo da capitania. Uma década após a elaboração das novas diretrizes, a capitania do Rio Grande sofreu uma grande mudança administrativa com o desligamento da capitania da Bahia e a anexação a Pernambuco, em 1701. A partir deste momento, os capitães–mores do Rio Grande passaram a estarem subordinados jurisdicionalmente aos



governadores de Pernambuco. Os problemas relacionados à jurisdição dos capitães–mores e o desrespeito aos regimentos do conde de Óbidos e de Câmara Coutinho persistiram. Os governadores de Pernambuco reclamaram à Coroa da insistência dos capitães–mores em desobedecerem os seus regimentos. As reclamações intermitentes culminaram com a intervenção da Coroa entre os anos de 1712 e 1715, com o intuito de resolver a questão. Portanto, este trabalho tem como objetivo compreender os limites espaço–jurisdicionais dos capitães–mores do Rio Grande entre a elaboração do regimento de Câmara Coutinho, em 1690, e a intervenção régia no conflito de 1712–1715, buscando compreender as relações entre os capitães–mores, os governadores–gerais e os governadores de Pernambuco.

Aqueles que almejam governar: os candidatos ao posto de capitão–mor do Rio Grande e Ceará 1666–1759

Leonardo Paiva de Oliveira

O Império ultramarino português teve como um grande desafio o gerenciamento de suas várias conquistas do além–mar. A escolha de pessoas adequadas para assumir o governo delas era uma ação fundamental nesse gerenciamento. Cada conquista possuía um contexto e um valor, dentro de uma hierarquia espacial, distintos. Desta forma, as pessoas que seriam escolhidas para governar deviam seguir um critério que correspondesse às demandas dos lugares os quais estavam sendo designadas. Uma espacialidade de maior importância, exigiria, naturalmente, pessoas de maior qualidade social, assim como uma conquista que estivesse envolvida por muitos conflitos, demandaria uma experiência militar significativa e vasta. No entanto, não se pode afirmar que existiam critérios universais que sempre eram utilizados e aceitos no processo de escolha de um governador. As nomeações precisam ser contextualizadas espacialmente e temporalmente, assim como também é necessário problematizar os sujeitos envolvidos nesse processo, desde os que pretendiam assumir um posto de governo, até os que decidiam ou aconselhavam a nomeação. Pensando o caso da América portuguesa, pela discussão historiográfica é sabido que o seu território era dividido entre capitanias principais e capitanias subordinadas. Essa distinção espacial implica em hierarquias que terminavam refletindo no perfil daqueles que governavam essas capitanias. Governadores de Pernambuco ou do Rio de Janeiro seriam pessoas de qualidade social e com experiências de comando militar superiores aos governadores



do Rio Grande ou do Ceará, por exemplo. Essa hierarquia se evidenciava também pela própria designação dos postos de governo, enquanto naquelas os governadores eram capitães–gerais e eram denominados de fato governadores, nestas eles são designados simplesmente como capitães–mores. Mas, e com relação às capitanias consideradas subordinadas, existia alguma diferença significativa entre elas? Nesse sentido, o estudo das nomeações de governadores para as conquistas ultramarinas, principalmente por meio das consultas do Conselho Ultramarino sobre isso, é uma maneira de procurar entender o sistema de escolha e de distribuição de pessoas pelo Império. Dessa forma, esse trabalho pretende analisar as consultas sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão–mor do Rio Grande e do Ceará entre os anos de 1666 até 1759, objetivando identificar o perfil desses opositores e analisar os critérios de escolha adotados pelo conselho. Além disso, pretende–se problematizar se a condição de anexa à Pernambuco, reflete em alguma mudança nessa estrutura, tendo em vista que o Ceará foi anexado em 1656 enquanto o Rio Grande apenas em 1701. Desta forma será possível comparar essas duas capitanias enquanto uma era anexa à Pernambuco e outra não.

Sessão III – 29/07/2016

Um estudo sobre a liberdade: perfil da população de mestiços forros na freguesia do Seridó (séculos XVIII–XIX)

Isac Alisson Viana de Medeiros

Propõe a análise e criação de perfil quantitativo e qualitativo da população de “mestiços” qualificada como liberta ou forra que viveu na Freguesia do Seridó, sertão do Rio Grande do Norte, no decurso dos séculos XVIII e XIX. Historiadores a exemplo de Eduardo Paiva e Serge Gruzinski discutem a existência de “mestiços” a partir do fenômeno conhecido como “ocidentalização” onde homens, imaginários e formas de vida oriundos das quatro partes do mundo se misturam gerando novas “identidades”. Estudos acadêmicos recentes, como o de Muirakytan Macêdo e Helder Macedo, apontam evidências de que a formação da sociedade do Seridó não se deu, apenas, a partir de uma elite branca subjugando nativos e afrodescendentes e, sim, em decorrência de dinâmicas de mestiçagens, conceito construído por Eduardo Paiva. Metodologicamente, parte de revisão historiográfica; seleção e coleta das fontes



paroquiais (livros de batizado, casamento e óbito, que vão de 1788 a 1838) e judiciais (inventários post mortem com recorte de 1736–1813 e cartas de alforria, que vão de 1792 a 1814); análise quantitativa e qualitativa das fontes, para estabelecimento de perfil demográfico e reconstrução de trajetórias. Do ponto de vista quantitativo, as fontes paroquiais (em 4904 registros foram encontrados 37 mestiços forros ou libertos) mostraram uma grande maioria de pardos (91,89%) enquanto que nas cartas de alforria (em 122 cartas foram encontrados 50 mestiços forros ou libertos) observou-se um maior número de mulatos (46%) (os quais nem aparecem nas fontes paroquiais) em decorrência de um pequeno número de pardos (apenas 8%). Já do ponto de vista qualitativo observou-se que alguns dos registrados eram detentores de sobrenome e possuem, em um mesmo documento, até duas “qualidades” diferentes, o que demonstra uma relação complexa em respeito à qualificação desses sujeitos.

Tudo em família: casamentos consanguíneos na freguesia da Gloriosa Senhora Sant’ana (XVIII–XIX)

Tatiane Eloise da Silva

Esse trabalho analisa os casos de impedimentos e dispensas de consanguinidade e afinidade em processos matrimoniais na Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana (RN), entre os séculos XVIII e XIX. Tais circunstâncias reguladas desde o Concílio de Trento possibilitam a compreensão da formação familiar na Ribeira do Seridó e do desenvolvimento biológico dos sujeitos sacramentados. Nesse último aspecto, temos como meta fazer uma relação dos casamentos consanguíneos com doenças que possam ter padrões transgeracionais. Esta pesquisa se processa como um tópico investigado no Projeto História dos doentes e das doenças no Rio Grande do Norte (século XVIII e XIX) coordenado pelo professor Muirakytan K. Macêdo. A fundamentação teórica/metodológica ancora-se na noção de rito de passagem (PEREIRA, 2012), nos padrões familiares seridoenses dos séculos XVIII e XIX (MACÊDO, 2015) e nas sensibilidades ligadas ao amor, sexo e casamento (FLANDRIN, 1970). Como resultados preliminares, percebeu-se a recorrências de muitas negociações de dispensas de consanguinidade, o que denota uma tendência para a formação de famílias baseadas na proximidade parental, o que seria um indício para doenças desencadeadas por esta realidade.



Identificação de escravos mulatos em inventários post-mortem da ribeira do Seridó, século XVIII

Wesley Henrique de Moura Simão

O presente trabalho objetiva fazer um levantamento dos escravos qualificados como “mulatos”, que viveram na Ribeira do Seridó especificamente no século XVIII, a partir do exame de 32 inventários post-mortem (1754–1799). Metodologicamente foi feita uma análise quantitativa dos dados referentes a esses escravos presentes nas fontes, recorrendo-se à historiografia acadêmica recente, em especial os estudos de Eduardo França Paiva e Helder Macedo, para compreensão das nomenclaturas usadas para a distinção de indivíduos. Este trabalho encontra-se em seu momento inicial e seus resultados preliminares serão vitais para pesquisas mais profundas sobre as populações fruto de processos de mestiçagens no sertão do Rio Grande do Norte.

Uma família e seus cativos: escravos da família Albuquerque Maranhão (1823)

Pedro Henrique Mendes Ribeiro

O estudo da escravidão negra no Rio Grande do Norte tem-se tornado foco de relevância para a historiografia local, uma vez que a presença deste cativo tem aparecido cada vez mais na documentação estudada. Procurando contribuir para os estudos sobre escravidão africana na Província do Rio Grande do Norte, este trabalho analisou o inventário de um membro da família Albuquerque Maranhão de 1823, objetivando perceber as características dos escravos registrados no documento. A referida família, presente na Capitania desde os primeiros momentos da colonização, possuidora de vastas propriedades de terra desde o século XVI, foi grupo ativo na economia e política da Capitania e Província do Rio Grande do Norte, possuindo importante quantidade de cativos em suas terras. É possível observar no documento estudado a listagem da escravaria pertencente à inventariada, D. Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, assim como suas atividades desempenhadas nas fazendas, proporção de homens e mulheres, valores e suas idades. Portanto, pretende-se analisar quem eram esses escravos.

O compadrio na sociedade escravistas visto pelas redes relacionais

Juliano Tiago Viana de Paula



Nesta comunicação iremos analisar como as relações assimétricas e simétricas do compadrio podem ser abordadas através de novos estudos das redes sociais que trata a sociedade como um campo relacional. Fazendo uso de diferentes concepções teóricas e abordagens historiográficas sobre o tema, analisaremos como a estrutura relacional do compadrio hierarquizava e formalizava alianças políticas entre agentes de distintas realidades heterogêneas, ou seja, indivíduos pertencentes a vários segmentos. Assim, procuraremos entender como os estudos das redes possam no mostrar a lógica social da sociedade brasileira escravista de disciplina social católica.

Visitações do “Santo Ofício” no Brasil colonial: controle religioso e social por meio de uma “catequização pelo medo”

Halyson Rodrygo Silva de Oliveira

Nos últimos anos, as pesquisas na área da história colonial do Brasil tem alcançado uma diversidade de temas e objetos cujas amplitudes e abordagens são resultados de uma produção historiográfica em constante movimento. As discussões sobre a colonização portuguesa no Brasil tem, nesse sentido, ganhado ainda mais vigor quando consideradas sob a perspectiva analítica que privilegia a relação entre história e espaços. A conquista e consolidação do território colonial do Brasil pressupunha o transplante e/ou extensão das estruturas administrativas, políticas e religiosas portuguesas. Nesse sentido, entende-se que a presença dos agentes da Igreja exerceu uma significativa importância para a manutenção da colonização portuguesa no Brasil. Manter o controle sobre este espaço significava manter também o controle religioso colonial. Assim sendo, faz-se necessário ressaltar que além do programa de cristianização das populações indígenas locais, efetivado pela Companhia de Jesus, bem como para além da presença de diversas outras ordens religiosas, a história colonial do Brasil também foi marcada pela presença e atuação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição Portuguesa. Apesar de o Brasil não ter tido a instalação de um tribunal permanente, a Inquisição aqui esteve presente por meio das chamadas Visitações – visitas esporádicas com o objetivo de averiguar o “estado da fé” das populações sob sua inspeção. Ao atuar através de uma “catequização pelo medo” a Inquisição foi uma instituição religiosa especializada no controle social por meio do exame das “consciências” religiosas. Ao longo de todo o período colonial o “Santo Ofício” português enviou ao Brasil quatro comitivas de visitantes – entre 1591–1595



na Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba; entre 1618–1620 mais uma vez na Bahia; entre 1627–1628 nas Capitanias do Sul, Rio de Janeiro, São Vicente e Espírito Santo; e no Grão-Pará entre 1763–1769. Destas visitas, nos restou uma significativa documentação formada por livros de denúncias, confissões, ratificações e relatórios que oferecem um amplo panorama sobre os mais diversos temas da vida colonial. Nesse sentido, ao atuar por meio de uma complexa “rede” de agentes e colaboradores, pode-se dizer que o alcance da Inquisição na colônia estendeu-se, atingindo não somente os períodos específicos de inspeção nas visitas. A articulação da Inquisição portuguesa com o clero regular colonial, sobretudo com os bispos que, em alguns casos exerciam poderes inquisitoriais, possibilitou a construção de uma rede de vigilância religiosa que, não raro, foi utilizada como instrumento de poder e de controle social. Neste texto, nos propomos, portanto, a discutir de que maneira as visitas inquisitoriais enviadas ao Brasil foram utilizadas pelo Estado português como instrumento de controle religioso deste espaço, a fim de evidenciar o alcance da Inquisição, através de seus diálogos com a rede eclesiástica, nos espaços coloniais da América portuguesa.

As festas extraordinárias Del rei e a cidade do Natal: das bodas dos sereníssimos infantes de Bragança e Castela ao perecer de D. Jose I.

Monique Maia de Lima

Em 10 de maio de 1729, Domingos de Moraes Navarro, capitão-mor do Rio Grande, escreveu em carta ao rei D. João V, sobre as festividades relativas ao casamento dos príncipes reais, herdeiros de Espanha e Portugal, que foram realizadas na cidade do Natal. O comunicado repetiu-se sobre as manifestações que ocorreram devido ao falecimento de D. Jose I, em 1777, e posteriormente ao casamento da princesa infanta Mariana Vitória com o também infante D. João em 1786. Essas festas, consideradas extraordinárias por ocorrerem em razão de datas importantes para a família real, foram realizadas em muitas cidades do império luso. Pretende-se por meio dessa investigação perceber as peculiaridades dessa festa para a cidade do Natal e observar a festa no período colonial, como representante de uma produção simbólica utilizada como mecanismo de dominação. Considerando-a como instrumento de comunicação e conhecimento, a festa seria o símbolo, que tornaria possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem



social. Portanto, um reflexo dos laços de obediência aos poderes da Coroa. Nesse interim, verificar-se-á se as festas foram realmente realizadas e as motivações e interesses para a consumação das ordens reais. Para a investigação buscou-se verificar as cartas e provisões do Arquivo Histórico Ultramarino e os termos de vereação da câmara de Natal.

Uma Olinda por restaurar: administração e política na reconstrução da vila (1654–1664)

Aledson Manoel Silva Dantas

A expressão "Olinda restaurada" (MELLO, 2007) possui um significado político preciso, o do retorno do domínio português sobre a capitania de Pernambuco. Não obstante o poder reestabelecido, pode-se afirmar em uma localidade "restaurada" de fato? Durante a segunda metade do século XVII, a vila e, posteriormente, cidade de Olinda enfrentou momentos em que a sua posição como sede da capitania foi contestada por diferentes razões. Entre as questões discutidas, o espaço físico da localidade possuía valor no momento em que o tema da centralidade emergia. Neste artigo, pretende-se analisar os esforços da chamada "nobreza da terra" de Olinda em reconstruir essa localidade, tendo em vista a manutenção desta como o centro da capitania. O período analisado compreenderá os anos entre 1654 e 1664, localizados entre a restauração do domínio português sobre a capitania de Pernambuco e o fim da do governo de Francisco de Brito Freire sobre esta localidade. A sua administração marca um momento de alterações decisivas para centralização política da vila de Olinda, no qual se percebe a discussão sobre as qualidades necessárias para a manutenção da capitalidade da vila, ou a sua mudança. As fontes utilizadas são de natureza administrativa, em sua maioria consultas do Conselho Ultramarino e correspondências entre diferentes autoridades. Por meio desta documentação é possível perceber o sentido das ações dos agentes envolvidos e os mecanismos de diferenciação utilizados para a determinação da centralidade de uma capitania.



Simpósio temático XII

História e Política

Coordenação:

Saul Estevam Fernandes – Doutorando – PUC-RS

Sessão I – 27/07/2016

“Quebrando medidas e voando pesos na rua”: os quebra-quilos contra o sistema métrico decimal francês (Rio Grande do Norte, 1862–1875)

João Fernando Barreto de Brito

Dentro do processo das inovações e racionalizações da economia que se desenrolava com a consolidação do capitalismo no mundo, o Império do Brasil, na segunda metade do século XIX, promovia uma série de mudanças visando o controle de seus súditos – o que implicava também em conhecê-los. Dentre as medidas que estiveram em curso (tais como censos, recrutamento obrigatório, a regulação do mercado de terras entre outras medidas), uma delas pretendia a unificação do sistema de pesos e medidas seguindo os padrões de medições franceses, desconsiderando os diferentes meios utilizados entre os populares. Tal medida desagradou grande parcela da população, insuflou a resistência e a revolta de boa parte dela que via seus direitos e práticas consagradas pela tradição ameaçadas pelo olhar normatizador do Estado. Neste âmbito, analisaremos as ações dos populares envolvidos nos motins conhecidos como “Quebra-quilos” em 1874–1875 na província do Rio Grande do Norte. Para tanto, no sentido de compreendermos os significados construídos pelos revoltosos do “Quebra-quilos” na citada província, investigaremos jornais, relatórios ministeriais, relatórios presidenciais, correspondências entre presidentes e ministros, processos criminais entre outras fontes, que dizem respeito às revoltas ocorridas em 14 localidades, entre elas a vila do Príncipe, Goianinha, Várzea, São José, Canguaretama, Jardim do Seridó, Acari, Mossoró, Patú, Barriguda, Poço Limpo, Sant’Anna do Mattos, Flores e Currais Novos.

Médicos, charlatães e curandeiros: as práticas curativas na Cidade do Natal, segunda metade do século XIX

Avohanne Isabelle Costa de Araújo



Este artigo tem como propósito compreender como se davam as práticas e saberes ligados à cura, em meio a um cenário de carências na saúde pública da Cidade do Natal, tendo como recorte temporal a segunda metade do século XIX. Utilizamos como fontes, os Relatórios dos Presidentes de Província do Rio Grande do Norte e como procedimento metodológico, a leitura e transcrição paleográfica, classificação das temáticas encontradas na documentação, em conjunto com a bibliografia sobre o tema. Os resultados encontrados nestes relatórios nos permitiu perceber que havia conflitos entre práticas e saberes de cura da medicina tida como oficial e a chamada medicina popular, numa tentativa de legitimar o projeto político da profissão médica, em contraponto as práticas curativas dos charlatães e curandeiros, mesmo num contexto em que os recursos humanos com formação médica na Cidade do Natal fossem insuficientes. Mesmo havendo, na Cidade do Natal, práticas da medicina oficial, os charlatães e curandeiros eram procurados pela população por acreditar na eficácia de suas práticas o que, aos olhos das autoridades provinciais, essa legitimidade representava um retrocesso em virtude do conhecimento científico que os médicos diplomados detinham.

Eleições no Império (1867) e a escolha dos votantes a partir das juntas de qualificação

Eduarda Ingrid de Gois Torres

José Evangelista Fagundes

O presente trabalho pretende analisar o processo eleitoral no Império, dando ênfase ao papel das Juntas de Qualificação do Rio Grande do Norte na eleição senatorial, ocorrida em 1867. As eleições na década de 1860 eram indiretas e em dois turnos. Primeiro, era feita uma qualificação para a definição dos votantes. Definidos os votantes, eles escolheriam os eleitores que, por sua vez, escolhiam os deputados provinciais e gerais. A eleição para o Senado também se procedia da mesma forma, com um detalhe a mais: era formada uma lista com os três nomes mais votados e o Imperador indicava um deles para o Senado. Nos processos eleitorais do Império, de uma forma geral, ocorriam muitas denúncias de fraudes, principalmente com relação ao trabalho das Juntas de Qualificação. Nossa análise se fixará nos trabalhos dessas Juntas quando da realização da escolha dos candidatos a uma vaga no Senado representando o Rio Grande do Norte, em 1867. Um processo muito concorrido e com muitas polêmicas.



Usaremos os dados de três periódicos da época: o Assuense, Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro e O Rio-Grandense. Queremos entender como se dava a relação entre os membros das Juntas de Qualificação, os agentes representantes do governo central (Presidente da província, chefe de polícia, juizes etc) e os candidatos a senadores pelo Rio Grande do Norte.

A escolha de Torres Homem para o Senado (1868) e a Historiografia oitocentista José Evangelista Fagundes

Durante todo o Império, as eleições nas províncias eram quase sempre radicalizadas. Era comum aos grupos políticos, quando na condição de oposição, denunciarem a interferência do poder central no processo de escolha dos representantes da província junto à Câmara dos Deputados e ao Senado. Uma campanha eleitoral, porém, notabilizou-se pela radicalidade e pela repercussão que teve nos cenários nacional e local: a escolha, em 1868, do representante da província do Rio Grande do Norte junto ao Senado, a qual resultou na indicação do conselheiro de Estado Francisco de Sales Torres Homem. A eleição, abordada na perspectiva de uma história nacional, não traduz a complexidade de todo o processo, envolvendo uma complexa rede de agentes políticos representando diferentes interesses. Nesta comunicação propomos a analisar esse evento tomando como *corpus* de análise textos dos historiadores José Murilo de Carvalho (1996) e Oliveira Viana (2010) e os discursos realizados nas tribunas do Senado e da Câmara dos Deputados entre os anos de 1868 a 1870.

A Exposição do Mundo Português de 1940: ou de quando o Estado Novo luso precisou da “irmandade” tupiniquim

Arthur Luís de Oliveira Torquato

O ano de 1940 foi marcado por um grande evento em Portugal: a Exposição do Mundo Português. Já em 1938 o Estado Novo lusitano passou a organizar, por meio de solicitação oficial, os festejos que durariam meses. Preparado em meio a um clima de euforia, no ano em que alguns afirmavam ser o auge do Estado Novo português, António Ferro, Diretor de Propaganda de Salazar acionou os dispositivos estatais a fim de trazer o maior número de letrados para organização, dando ares de legitimidade às ações salazaristas de exaltação ao nacionalismo e ao catolicismo. Dentro desse contexto, vários homens das letras do Brasil foram conclamados a participar dos festejos que,



dentre outras, homenagearia o Brasil inclusive com a construção de um Pavilhão dedicado exclusivamente ao governo brasileiro (inclusive organizado por membros nomeados por chefes de Estado do Brasil). É nesse sentido que se questiona: sabendo que Vargas e Salazar possuíam características autoritárias semelhantes, mesmo entendendo de forma simplória a lógica do convite, qual o objetivo político e institucional em dedicar tanta atenção, investimento financeiro e intelectual na participação do Brasil durante a Exposição do Mundo Português? Os vestígios nos levam a crer que a análise dos documentos referentes ao Pavilhão do Brasil e dos anais do Encontro Luso-Brasileiro de História podem dar uma ideia da intenção lusitana na participação do Brasil nesse evento de 1940. Ao que tudo indica, existe uma forte relação com os interesses lusos no discurso colonial, notadamente como forma de justificar a permanência da política exploratória portuguesa no continente africano. É com base nessa hipótese que o objetivo principal do presente trabalho é compreender o processo de aproximação institucional entre os governos luso e brasileiro e qual o sentido da participação brasileira nesse evento. A análise do discurso aplicada aos documentos analisados demonstra uma forte tendência em crer que os interesses portugueses eram bem maiores que os brasileiros. Enquanto Portugal empregava esforço na questão da sua política externa (nem um pouco admirada por países europeus como a Inglaterra, por exemplo), o Brasil aproveitou a oportunidade para usar seu pavilhão na divulgação da sua economia cafeeira. Além disso, os anais do Encontro Luso-Brasileiro de História apontam muito mais um esforço dos letrados brasileiros em prol da política colonial lusa do que qualquer outra iniciativa. Aliás, os textos apresentados são marcados por um discurso pacifista de “irmandade”, principalmente no que se refere ao período da América Portuguesa, demonstrando um forte apelo dos brasileiros à causa portuguesa.

O folclore e a Nova Política do Brasil (1937–1945)

Kaliana Calixto Fernandes

No dia 30 de abril de 1941, na cidade de Natal, situada no Estado do Rio Grande do Norte, o folclorista potiguar, Luís da Câmara Cascudo fundou em sua própria residência – a Sociedade Brasileira de Folk-Lore (SBFL). Em seu acervo de correspondências, identificamos uma carta datada de 08 de novembro de 1941, endereçada ao presidente Getúlio Vargas. Nela, o folclorista afirma que o folclore daria: “às linhas mestras para as campanhas maiores” (...) “no campo administrativo e educacional”. A partir da



análise discursiva do acervo de correspondências e dos diários de memórias de Luís da Câmara Cascudo, além de jornais e revistas de circulação local e nacional pretendemos problematizar o contexto de criação da SBFL e sua relação com a política cultural do Estado Novo. A categoria cultura política será utilizada para problematizarmos essa relação entre o intelectual e o Estado por permitir explicações/interpretações sobre o comportamento político dos atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando-se suas percepções, vivências e sensibilidades. Contudo, destacamos que as ideias de “manipulação” pelo Estado e de “alienação e traição” dos intelectuais em função das ligações estabelecidas com as políticas governamentais estão fora da nossa linha de interpretação. Isso porque para nós a questão do envolvimento de intelectuais com regimes políticos – sobretudo autoritários, como é o caso do Estado Novo– é algo bem mais complexo e instigante, o qual para se compreender é preciso reconhecer o interesse e até a necessidade não só do Estado, como também, do meio intelectual em firmar um pacto de cooperação mútua.

Sessão II – 28/07/2016

Coronéis dos séculos XX e XXI: do sistema aos métodos políticos

Marcondes Alexandre da Silva

Raquel do Nascimento Barboza

Muito se tem discutido na historiografia brasileira a respeito do coronelismo, se o mesmo é um sistema ou um conjunto de práticas políticas, que tem no coronel o agente das suas ações. Assim é imperativo distinguir esses dois termos: coronel e coronelismo como distintos entre si e assim, perceber como se deu a formação de cada um deles e conseqüentemente começar a compreender a política brasileira nos séculos XX e XXI. Nesse processo histórico, primeiro surgiu o termo coronel na época da Guarda Nacional (criada na década de 1830), que foi utilizado para designar agentes daquela instituição, que recebiam uma carta patente, a qual lhes outorgava o título de Coronel e o direito de agir em nome do Estado; depois veio o Coronelismo, na década de 1940, criado por Victor Nunes Leal (1997 [1948.]), serviu para designar um conjunto de práticas que foram oficializadas no II Império e passaram a sistema político na 1ª República (1889–1930). A partir dessas informações e ao estudar a literatura do gênero verifica-se a existência de duas correntes de posicionamentos distintos sobre o coronelismo: um



grupo, que tem como seus principais expoentes Leal (1997) e José Murilo de Carvalho (1997), que o apresentaram como um sistema político da Primeira República, o qual não existiu antes ou depois daquele período, e outro grupo, formado por Queiroz (1975), Janotti (1981; 1997) e outros autores da temática coronelista, que o defenderam como um conjunto de práticas políticas, as quais perpassaram a década de 1930 transformaram-se e chegaram aos dias atuais como uma realidade da política brasileira. Nesse contexto, permanece a impressão que o coronelismo como sistema político acabou, porém seus métodos permanecem mais vivos que nunca nas práticas dos políticos brasileiros.

Redes de parentela e poder: a relação entre poder estadual e municipal na composição e atuação da Intendência Municipal de Natal no início do século XX

Gabriela Fernandes de Siqueira

Este trabalho objetiva analisar a constituição, as atribuições, a composição e a atuação da Intendência Municipal de Natal no início do século XX, investigando a sua relação com o poder estadual e, conseqüentemente, com a rede de parentela que dominou a política norte-rio-grandense nesse período. Pretende-se demonstrar como o governo estadual, mesmo não tendo o poder de aprovar as leis municipais por um órgão equivalente à antiga Assembleia provincial, interferia na gestão municipal, seja de forma direta, via decretos e leis, seja na forma indireta, por meio de relações simbólicas com os integrantes das intendências. Pretende-se priorizar a análise das leis que regularizavam a política de acesso ao patrimônio fundiário, demonstrando a interferência do poder estadual na gestão municipal. Entender o funcionamento da Intendência de Natal é essencial para a compreensão do projeto de modernização pensado pelas redes de poder locais, já que era esse órgão o responsável pela implantação da maior parte das reformas e pela instituição das regras que visavam estabelecer os comportamentos desejados nas áreas urbanas e suburbanas da capital.

O “ouro negro” do sertão potiguar: o início da história do petróleo na região de Mossoró (1854–1960).

Marcos Daniel Rosa de Freitas

Nágylla Nara Rocha Cláudio



A cidade de Mossoró/RN a partir dos anos 1980 passou a se desenvolver em um ritmo acelerado se comparada com os demais municípios da região, fazendo com que muitos de seus habitantes passassem a acreditar que no futuro ela tornaria uma metrópole. Um dos principais responsáveis por esse crescimento foi o mercado petrolífero desenvolvido na região, tornando a cidade na maior produtora de petróleo em explorações terrestres no país. Esse sucesso, porém é resultado de incessantes pesquisas que se iniciam desde o ano de 1854, passando pela década de 1920 e ganhando maior proporção a partir dos anos 1950 quando surge o interesse da família dos Rosados, principal oligarquia da cidade, liderada pelo escritor, professor Vingt-Un Rosado em comprovar que o subsolo de Mossoró era rico em petróleo. Esse trabalho vem, portanto abordar os estudos que insistiam no ouro do sertão na região Oeste Potiguar, analisando e problematizando as primeiras etapas dessa história, conhecendo nomes como o do padre Florêncio Gomes de Oliveira, responsável pelo primeiro registro de petróleo no Brasil, John Casper Brannes e Luís Jacques de Moraes, autores de trabalhos que falavam das possibilidades do líquido preto na região oeste do Rio Grande do Norte além do já citado Vingt-Un Rosado, autor de várias obras com o objetivo de pressionar as autoridades responsáveis pelas perfurações da Petrobrás e criar uma expectativa de um futuro melhor para a cidade de Mossoró entre aqueles que liam suas publicações. Entender a política do Conselho Nacional do Petróleo, na década de 1950, analisando as primeiras pesquisas realizadas pela recém-criada Petrobrás, buscando compreender o que motivava suas equipes de perfuração a sair pelo território nacional perfurando de região em região, muitas vezes abandonando várias delas, por não possuir uma estrutura e um corpo de funcionários adequados para aquela determinada situação. Para a realização dessa pesquisa, serão utilizadas como fontes, matérias do Jornal O Mossoroense que muitas vezes noticiava os acontecimentos não só de sua região, mas também de outras partes do país, como uma espécie de acompanhante das atividades da estatal do petróleo. Vamos trabalhar também com obras da Coleção Mossoroense, responsável por abordar muitas vezes esse assunto de grande interesse da elite local, sobretudo os Rosados, que eram proprietários da Fundação que financiava essas publicações. Com o objetivo de uma melhor compreensão da situação nacional do país acerca das atividades da Petrobrás e a política empregada em suas atividades, contaremos com o apoio de obras que trabalham esse tema, como por exemplo, o livro A Questão do Petróleo no Brasil: Uma história da Petrobrás, de José



Luciano de Mattos Dias e Maria Ana Quagliano, além de Petróleo: Política e Poder de Itamar Penna Marinho Jr.

Djalma Maranhão: entre embates e conciliações políticas (1954–1956)

Jailma Maria de Lima

Lidiane da Silva Santos

O presente trabalho objetiva analisar os posicionamentos políticos de Djalma Maranhão, no período entre 1954 e 1955, período ainda pouco estudado da sua trajetória. Personagem importante na história política do Rio Grande do Norte, principalmente por sua atuação como prefeito de Natal (1956–1959 e 1961–1964), Djalma era na década de 1950 um dos principais articuladores do Partido Social Progressista (PSP), ao lado do vice-presidente e depois presidente Café Filho. A pesquisa está sendo realizada a partir de textos jornalísticos publicados por Djalma Maranhão no Jornal de Natal (periódico pertencente a Café Filho), na coluna intitulada Posto de Observação. Nela, Djalma Maranhão, candidato a deputado estadual em 1954, partilhava os embates, suas ideias e crenças políticas. Os marcos escolhidos são relevantes para a sua trajetória política, pois em 1954 foi eleito deputado estadual pelo PSP e em 1956, depois de seis anos no partido pediu a sua desfiliação, mesmo sendo prefeito indicado pelo governador recém-eleito para a prefeitura de Natal. Esse momento é relevante também em função da presença do ex-presidente João Café Filho, uma das principais lideranças políticas do PSP, no cenário político nacional, como vice-presidente, depois como presidente até novembro de 1955. O trabalho se desenvolve no âmbito da iniciação à pesquisa e faz parte do projeto intitulado Disputas e conciliações políticas: João Café Filho entre udenistas e comunistas.

Grupos políticos e eleições locais em 1950: um olhar sobre o município de Mamanguape/PB.

Aline Marques da Silva

A estrutura partidária que foi estruturada nos últimos meses que antecederam a deposição de Getúlio Vargas, e conseqüentemente o fim do Estado Novo, se consolidou no chamado período democrático, (1945–1964), perpassou da escala nacional e se fez presente nos estados e conseqüentemente nos municípios em todo território brasileiro. A partir desta conjuntura político/partidária se faz necessária na tessitura da



historiografia o aprofundamento destas questões elencando a história local como tema de pesquisa. A análise das eleições e a representação partidária como objetos de pesquisa fazem parte da produção historiográfica que se encontra enquanto proposta advinda com a renovação da história política. Pensando nessa problemática e a partir de autores como René Rémond [1988], Maria do Carmo Campelo de Sousa [1976], Jean Blondel [1954], Monique Cittadino [1998] e Norberto Bobbio [1984] como base principal, mas não única, iremos analisar as eleições municipais do ano de 1950 na cidade de Mamanguape/PB e como se encontrava a composição partidária no município entre os dois grupos familiares que disputavam a hegemonia do poder: a família Lundgren – proprietária da fábrica de tecidos rio tinto – e a família Fernandes de Lima – proprietária da Usina Monte Alegre. Para tanto utilizaremos como fonte jornais, dados do TRE e revisão bibliográfica tendo como base duas obras memorialistas que trazem dados sobre esse período, a saber, José de Oliveira Ramos “Pedacões da História de Mamanguape” e João Batista Fernandes “O extinto Rio Tinto”.

Os efeitos da chegada dos Missionários da Sagrada Família em Patu/RN e suas estratégias de permanência

Hyago Saraiva Domingos

Na segunda metade do século XIX, a Igreja Católica passou por um processo que centralizou suas ordens diretas ao Papa, a chamada "Romanização". Com isso, no Brasil, imigrações de diversas congregações religiosas de várias localidades da Europa vieram para sanar problemas na evangelização. O Nordeste brasileiro foi uma das regiões que mais recebeu apoio desses imigrantes, a exemplo do município de Patu, interior do Rio Grande do Norte, que contou com a chegada da congregação dos Missionários da Sagrada Família nas primeiras décadas do século XX para exterminar a precariedade espiritual. Portanto, este trabalho procura compreender os efeitos produzidos por estes religiosos nas esferas sociais, culturais e econômicas no território patuense. Metodologicamente, seguindo as contribuições de Le Goff (1924 – 2014) e Pierre Nora, caminha-se para também exterminar as memórias oficiais estabelecendo a análise e interpretação racional dos dados colhidos (relatos de livros de tomo, telegramas, cartas, convênios registrados em cartório etc); bem como entender estratégias de permanência contidas nas construções de lugares de memória.



Portugueses, sírios e libaneses no Maranhão do início do século XX

Marcelo Vieira Magalhães

A presença portuguesa foi marcante no Maranhão do século XIX, ainda que numericamente pouco significativa, se comparado à Bahia, Pernambuco, Pará ou Rio de Janeiro, estes estrangeiros ainda hoje habitam a memória local, lembrados pelos casarões e seus azulejos do centro histórico da capital e pela ocupação recente de casas comerciais. Sua hegemonia numérica– comparada à outros grupos fixados no estado–, social e econômica, passou a ser desafiada a partir da presença de outros estrangeiros, os sírios e os libaneses, que começaram a desembarcar no porto de São Luís no final da década de 1880. Em 1929 já somavam o mesmo quantitativo dos portugueses e sua inserção econômica era notada em várias esferas, especialmente a comercial. Entre os primeiros e os últimos existiram fortes semelhanças, ainda que a cultura e a língua os separassem drasticamente, pois todos chegaram sem incentivos do governo; Foram guiados por redes de conterrâneos que garantiram sua sobrevivência nos primeiros momentos na nova terra; O comércio foi seu lugar privilegiado de atuação; Na capital fundaram associações protetoras e ganharam projeção econômica e social. Apesar de pouco significativos numericamente nos dias atuais, esses grupos continuam presentes na memória dos maranhenses, sejam como trabalhadores, comerciantes ou como apegados ao dinheiro e bons comerciantes. Numa guerra de representações travada desde o início do século XIX que tentava denegri-los, esses estrangeiros saíram vencedores.

Imigração de trabalhadores estrangeiros no Nordeste: o debate da classe dominante

Rosane Siqueira Teixeira

No Nordeste, o tema da imigração de trabalhadores estrangeiros, do final do século XIX e início do século XX, ainda não recebeu a devida atenção da historiografia. Talvez porque seja ponto pacífico, entre os estudiosos, afirmar que havia mais disponibilidade de braços do que uma falta absoluta deles e, desse modo, a lavoura nordestina podia prescindir do trabalho do imigrante. Esta comunicação tem por interesse identificar os debates sobre imigração travados no âmbito das classes dominantes dos estados nordestinos, para verificar se houve interesse na importação de trabalhadores estrangeiros. Averiguou-se que a disponibilidade de braços era relativa e, mesmo passando por



experiências malsucedidas com imigrantes, a classe dominante tinha expectativas na introdução de trabalhadores estrangeiros por meio da imigração espontânea.



Simpósio temático XIII

A Lei 10.639/03 e o Ensino de História: entre a
prática e as experiências

Coordenação:

Rodrigo Ferreira da Silva – Mestre – PPGH/UFPB

Sessão I – 27/07/2016

Uma análise sobre a lei 10.639/03: a cultura negra na escola pública do vale do Açú–RN.

Joelton Ramos da Silva

Maria Jaíne Ramos da Silva

Uma análise sobre a Lei 10.639/03: A cultura negra na escola pública do Vale do Açú–RN. DA SILVA, Joelton Ramos DA SILVA, Maria Jaíne Ramos Resumo Este presente trabalho pretende analisar a Lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro–Brasileira nas escolas públicas e privadas no Brasil, tendo como intuito responder algumas problemáticas metodológicas na formação social e cultural brasileira: Como os professores (as) das escolas públicas do vale do Açú estão trabalhando este tema? Quais são as dificuldades para a comunidade escolar abordar a questão Afro–Brasileira?. Essa pesquisa busca mostrar a importância de se discutir essa cultura dentro das salas de aulas para amenizar o preconceito na sociedade e valorizar e destacar a nossa identidade africana, e compreende como as escolas públicas do vale do Açú–RN, estão desenvolvendo essa temática. A pesquisa será realizada em três escolas estaduais do vale do Açú, sendo a cidade de Pendências, Alto do Rodrigues e Assú–RN, e será aplicado o método qualitativo, ou seja, parte de nossas observações e ainda iremos entrevistar alguns Professores (as) e estudantes do 9º ano do ensino fundamental II e o 3º ano do ensino médio. Portanto, este artigo procura comprovar que o ensino sobre a História e Cultura Afro–Brasileira nas escolas públicas contribui com a valorização dos nossos antepassados e ameniza os preconceitos existentes com os afro decentes, e ainda vai ser exposto que a Lei 10.639/03 não é aplicada na sua totalidade.



Vivências do PIBID de História: a inserção da história da África na sala de aula por meio do projeto África– Brasil

Bárbara Sayonara de Souza

Camila Rafaela Pereira de Souza

Em 2003, com a aprovação da Lei Federal nº 10.639/03, tornou-se obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro–Brasileira nas escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio do Brasil. Contudo, é interessante ressaltar a deficiência em que se encontra esse ensino nas escolas, sendo trabalhado sem muito preparo, e por vezes, apenas reforçando o pensamento popular de pobreza, miséria e fome tão divulgado pelos veículos midiáticos quando se fala do continente africano. A partir disso, o presente artigo discute acerca de uma experiência de intervenção do PIBID – História/UFRN – CERES, realizada na Escola Estadual Professor Antônio Aladim de Araújo na cidade de Caicó–RN, em turmas do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio. Partindo do intuito de inserção do conteúdo referente à História da África na sala de aula foi que se desenvolveu o Projeto África–Brasil com a finalidade de apresentar ao alunado, métodos diferenciados do ensino de História da África, partindo do viés ligado à História Cultural, o que possibilitou a inserção de eixos temáticos que não são abordados com frequência nos livros didáticos. Dentro desse contexto, discussões sobre religião, arte, culinária, idiomas e música africana, foram trabalhadas em sala de aula na tentativa de promover uma aproximação entre o cotidiano dos alunos e o continente africano. Nessa perspectiva, o trabalho se mostrou relevante por permitir uma reflexão sobre os preconceitos que estão enraizados pela falta de informação e por favorecer um pensamento crítico baseado no respeito à diversidade.

Ações afirmativas e implementação da lei nº 10.639/03 nos espaços escolas

Maria Edvania da Silva

A lei nº 9394/96 de Diretrizes e bases da Educação nacional foi alterada pela Lei. 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro–Brasileira e Africana na Educação Básica. Todas essas modificações bem como as reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do sec. XX apontam para necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro–brasileiros e dos africanos, assim como a educação de relações étnico–raciais positivas. O objetivo deste artigo é refletir sobre



as ações afirmativas e implementação da Lei nº10. 639/03 nos espaços escolas e os desafios curriculares e práticas cotidianas, almejando contribuições para formações docentes e exercícios afirmativos para uma educação inclusiva nas escolas da rede básica. Refletir sobre as práticas docentes e experiências educacionais nos espaços escolares se faz necessário, afinal a escola faz parte do contexto social e para mudá-la é preciso que a sociedade esteja inserida em um processo de mudança permanente.

Sessão II – 28/07/2016

Nem exótico, nem folclórico: posso lhe contar uma história? Uma análise sobre as observações do cotidiano escolar descritas pelas crianças e jovens da comunidade quilombola Boa Vista dos negros–Parelh

Laísa Fernanda Santos de Farias

A Comunidade quilombola Boa Vista dos Negros, situada nas adjacências da cidade de Parelhas–RN, tem sido nos últimos anos objeto de pesquisas de várias áreas do conhecimento. Neste trabalho voltado para a área do ensino de História, a comunidade em questão passa por uma leitura a partir da análise dos depoimentos de seus próprios membros e, mais especificamente, pelas crianças e jovens quando estes levam a comunidade e seus costumes, comportamentos, opiniões e trajetórias de vida para dentro da sala de aula, no encontro com o material didático que estes se deparam em seu processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, este trabalho apresenta elementos e análises das falas das crianças e jovens desta comunidade quilombola, refletindo acerca de seu entendimento enquanto estudante, ser político e participativo em construção diante dos estereótipos, preconceitos e exclusões presentes inicialmente nos livros didáticos usados por estes em sala de aula e nas demais relações sociais desenvolvidas no seu cotidiano escolar.

Sequência didática: os negros como agentes históricos

Segiefredo Rufino dos Santos

Este projeto de ensino foi pensado a partir de indagações de profissionais da educação a respeito da temática cultura afro brasileira em sala de aula, especificamente relacionada a execução da Lei Federal nº. 10.639/03 que trata da exposição dos conteúdos correspondentes à Cultura Afro Brasileira. Nas últimas décadas



presenciamos mudanças no modo de perceber o escravo no Brasil. Atualmente, a visão da “coisificação” do escravo é considerada ultrapassada e através de pesquisas realizadas em universidades das mais diversas regiões do país, verifica-se que a atual historiografia da escravidão no Brasil trata de colocar o escravo como “agente histórico”. Ao debatermos sobre as produções historiográficas do escravismo no Brasil, percebemos que os livros didáticos não acompanham as mudanças dos últimos estudos historiográficos sobre o tema discutido neste projeto de ensino. Por isso, optamos por realizar um relatório de vivência escolar cujo objetivo central foi de desenvolver uma sequência didática junto com os estudantes do 8º Ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Ensino Fundamental Fausto Meira com o propósito de reconhecer os escravos como agentes históricos a partir do instrumento carta de alforria. O referencial teórico que fundamenta este trabalho baseia-se em discussões sobre a metodologia do ensino de História, (BITTENCOURT,2005; FELINTO, 2012); em reflexões sobre o trabalho com as fontes (BACELLAR, 2005; BASSANEZI, 2009) na historiografia paraibana (GALLIZA, 1979; ROCHA, 2007; MORAES, 2009); na historiografia nacional (SCHWARTZ, 2001; MALAFAIA, 2007; SÊNEGO, 2009). Ao todo foram realizadas seis aulas na quais foram problematizadas à luz da historiografia contemporânea: as percepções que os estudantes possuem do sistema escravocrata brasileiro; as possibilidades temáticas sobre a escravidão no Brasil; a historiografia enfocando especialmente, as últimas pesquisas sobre o escravismo no Brasil e na Paraíba; e por fim cartas de alforria pertencentes a região em que eles residem.

Travessias transatlânticas na literatura: representação dos escravizados no século XIX em Castro Alves

Rodrigo Ferreira da Silva

O presente trabalho pretende discutir através da poesia épica “Navio Negreiro” de Castro Alves, como em sua visão acontecia as travessias transatlânticas no século XIX. Diante deste cenário, o estudo desta poesia no Ensino de história, pode proporcionar ao docente uma amplitude de debates, pois alicerçados na literatura de uma poeta mais dedicados a causa negra, contribui com uma outra visão como acontecia o traslado dos negros africanos, na condição de escravos para o Brasil. O ensino de História de certo, apresenta muitas mudanças desde seu rompimento com os modelos paradigmáticos, e a literatura é um dos documentos mais abordados nas últimas



décadas, pois apresenta um olhar ficcional e literário sobre um fato marcante na sociedade brasileira, que é a escravização dos negros africanos no Brasil. Mas como este negro é tratado nas poesias de Castro Alves? Será que os professores de História dão o a abordagem coerente aos fragmentos de seu poema nos livros? Até que ponto pode os docentes estudar a escravidão pela literatura sem perder a identidade com a História? Assim, a pesquisa tem muitas questões a serem abordadas que, no decorrer de sua narração apresenta as inquietudes, mas também, as possibilidades em trabalhar com a literatura no Ensino de História, tão necessário, mediante ainda a Lei 10.639/03 que implica, na abordagem história e literatura brasileira na Educação Básica.



VII Encontro Estadual de História (ANPUH- RN)

“Contra os preconceitos:
História e democracia”

Realização:



Apoio:

